



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

THAIS RODRIGUES DE FREITAS

**PROPOSTA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
ARQUIVÍSTICOS NO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**

Rio de Janeiro

2022



THAIS RODRIGUES DE FREITAS

**PROPOSTA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS
NO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Rio de Janeiro

2022

THAIS RODRIGUES DE FREITAS

**PROPOSTA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
ARQUIVÍSTICOS NO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**

Produto técnico-científico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Área de concentração: Gestão da Informação Arquivística

Orientador: Prof. Eliezer Pires da Silva, Dr.

Rio de Janeiro

2022

F866 Freitas, Thais Rodrigues de.
Plano de arranjo e descrição dos documentos
arquivísticos do Museu Nacional de Belas Artes / Thais
Rodrigues de Freitas. -- Rio de Janeiro, 2022.
192 f.

Orientador: Eliezer Pires da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2022.

1. Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). 2.
Instrumentos de Pesquisa. 3. Arranjo e Descrição. 4.
Patrimônio Cultural. 5. Reestruturação de acervos. I.
Pires da Silva, Eliezer, orient. II. Título.

CDD 069.81

Thaís Rodrigues de Freitas

**Proposta de arranjo e descrição de documentos arquivísticos no
Museu Nacional de Belas Artes**

Produto técnico-científico, requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos na área de Gestão da Informação Arquivística, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: _____ de _____ de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dra. Mariana Lousada
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a. Dra. Ana Teles da Silva
Museu Nacional de Belas Artes – MNBA

“Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem”.

Zygmunt Bauman , 2000.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e sou grata ao criador do universo, fonte de energia maior de nossas vidas. Obrigada pelos momentos de iluminação, preservação da saúde mental e física durante esses tempos de tantas incertezas, mudanças e transformações.

Aos meus pais Célia e Francisco, os maiores incentivadores e melhores cabeças progressistas que uma filha poderia ter!

Muito obrigada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, presente na transformação da minha vida desde a graduação. Retornar e ter a oportunidade de desenvolver uma pesquisa de mestrado no PPGARQ foi uma experiência enriquecedora, motivadora e maravilhosa.

Agradeço demais meu orientador, Dr. Eliezer Pires da Silva. Sem sua dedicação, ensinamentos, paciência, motivação, incentivo, calma e parceria não sei se a experiência seria tão boa quanto foi com a sua orientação em todo o período de estudo. Você foi incrível!

Gratidão por toda ajuda e motivação recebida no decorrer desta trajetória, de amigos pessoais, professores, colegas da turma de mestrado 2019.

A Daniella Gomes e Jorge Dias da Silva, amigos e parceiros com jornadas também em museus, atuantes no Museu Histórico Nacional e Museu Histórico respectivamente.

Aos amigos do MNBA! Ana Teles, Cláudia Rocha, Danielle Salvioli, meus parceiros do Arquivo Histórico João Henrique, Cintya Callado e a maravilhosa Turma da Biblioteca! Angela Cirene, Mary Komatsu, Márcia Rebelo, Polyana Sales, Vicência Mendes: as melhores parceiras de trabalho e amigas que levo para a vida!

Agradeço demais minha amiga da vida inteira, Luciene de Oliveira Batista, pela força ao revisar documento de qualificação e motivação em todas etapas! Somos irmãs de coração!

Ao meu namorado Eduardo, pela paciência, carinho e força nas horas de desabafo na trajetória. Você foi um dos maiores diferenciais para que eu não desistisse no início do programa, quando em paralelo ao mestrado, em casa nós travávamos uma corrida para descobrir a doença rara hematológica da minha mãe, a qual rendeu internações e um tratamento cuidadoso em início do período de pandemia de COVID-19.

Obrigada Fatinha, meu sobrinho Lucas, minha mãe postiça Sueli, tia Merinha, primo-irmão Ângelo e as minhas irmãs Vivi, Cris e Cláudia (agora recuperada da saúde)! E também aos amigos Vitor, Patrícia, Marcelo, Luiz, Luana. Vocês sempre são conforto em tudo! Todos vocês me inspiraram e ajudaram nesta conclusão do mestrado!

RESUMO

Esta é uma proposta de plano de arranjo e descrição dos documentos arquivísticos do Museu Nacional de Belas Artes, com foco no acervo institucional. O estudo foi desenvolvido com base em análise dos documentos arquivísticos do atual Museu Nacional de Belas Artes, acrescido dos acervos que integraram as duas instituições antecessoras a existência do órgão atual: Academia Imperial de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes. A pesquisa investiga problemas quanto ao arranjo e a descrição aplicadas atualmente, motivada por observações como os entraves de recuperação de dados no acervo, confusões nas relações entre os documentos do passado e a estrutura atual, dificuldades com a constatação de produtores dos itens, além de problemas de diretrizes quanto a classificação e organização interna adotada para o acervo. Para o esclarecimento destas complexidades de reconstituição do passado e a conexão com os documentos sob guarda do museu na atualidade, há contextualização do panorama histórico institucional das três instituições. É um estudo de caso com proposição de melhorias nas ações de gestão dos documentos com guarda no Arquivo Histórico. Como alguns dos resultados da pesquisa, apresentou-se um modelo de proposta de arranjo e descrição seguido de recomendações a serem adotadas. Entre as abordagens realizadas aponta-se o direcionamento para a escolha da plataforma AtoM como ferramenta a ser implantada na gestão dos documentos arquivísticos do Arquivo Histórico do museu. Pondera-se sobre o surgimento de um novo ideal tecnológico, em razão do direcionamento das empresas de tecnologia para constituição de uma web 3.0 e 4.0, com materialização de espaços de criação virtual, surgimento de metaverso e seus possíveis impactos em museus. Insere-se uma análise sobre a reconfiguração e transformação digital em curso na sociedade brasileira, com ampliação dos serviços digitais do governo federal ofertados para a população. Conclui-se que a melhoria na coleta de dados dos consulentes é de grande importância para a adoção de um programa de estudo de usuários. Além disso, pondera sobre a incorporação de rotinas de tramitação documental para obtenção de maior fluxo de informações, bem como a criação de grupos de trabalho interdisciplinares para aprimoramento das técnicas aplicadas na guarda do acervo arquivístico institucional do museu.

Palavras Chaves: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Instrumentos de Pesquisa. Arranjo. Descrição. Patrimônio Cultural. Reestruturação de acervos

ABSTRACT

This work consists of a proposal for an arrangement plan and description of the archival documents of the National Museum of Fine Arts, focusing on its institutional collection. The study was developed based on an analysis of the archival documents of the current National Museum of Fine Arts plus of the collections of its two preceding institutions: the Imperial Academy of Fine Arts and the National School of Fine Arts. The research investigates problems regarding the arrangement and description currently applied. Such study was motivated by the observation of issues like the barriers to data recovery in the collection, confusion in the relations between documents from the past and the current structure, difficulties in finding the items' producers, in addition to problems in the guidelines concerning the classification and internal organization adopted for the collection. A contextualization of the institutional historical panorama of the three institutions was done in order to enlighten the complexities relative to reconstituting the past and its connection with the documents currently under the museum's custody. This work is a case study that proposes improvements for the managing of documents kept in the Historical Archive. A model of proposed arrangement and description was presented, followed by recommendations to be adopted as part of the research results. Among the adopted approaches was the choice of the AtoM platform as a tool to be implemented in the management of archival documents in the Museum's Historical Archive. We are taking into account the emergence of a new technological ideal, due to technology companies heading towards the creation of 3.0 and 4.0 webs, thus allowing for the materialization of spaces for virtual creation and the emergence of a metaverse, and the possible impacts that these will have on museums. An analysis of the digital reconfiguration and transformation taking place in Brazilian society, with the expansion of digital services offered by the federal government to the population, is included, we can conclude thus that the improvement in data collection from the consultants is of great importance for the adoption of a user study program. In addition, we consider the incorporation of document processing routines to obtain a greater flow of information, as well as the creation of interdisciplinary workgroups to improve the techniques applied in the custody of the museum's institutional archival collection.

Keywords: National Museum of Fine Arts (Brazil). Research Instruments. Arrangement. Description. Cultural heritage. Restructuring of collections

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prédio do MNBA na época de sua construção.....	44
Figura 2 – Organograma Museu Nacional de Belas Artes	53
Figura 3 – Sala de Guarda do Arquivo na Reserva Técnica do Museu Nacional de Belas Artes	55
Figura 4 – Sala de Guarda do Arquivo no segundo andar do Museu Nacional de Belas Artes	55
Figura 5 – Historiadora Cintya Callado e Arquivista Thaís Rodrigues realizando a separação de material para tratamento	55
Figura 6 – Visita técnica de bibliotecários americanos, realizada em junho de 2015.....	60
Figura 7 –Visita técnica de Bibliotecários e Arquivistas da Aeronáutica, realizada em 2017.....	60
Figura 8 – Visita Técnica realizada em 2019, projeto Batendo Pernas na Biblioteca, com o Prof. Cataldo.....	61
Figura 9 – Estrutura Acervo Arquivo Histórico MNBA.....	62
Figura 10 – Estrutura do Acervo Institucional MNBA	63
Figura 11 – Carta de D. Pedro II a Cândido Vianna	65
Figura 12 – Parecer sobre Aquisição de Quadros emitido por Agostinho José da Motta/ Victor Meirelles	66
Figura 13 – Lançamento da pedra fundamental da Escola Nacional de Belas Artes, 1906.....	70
Figura 14 – Lançamento da pedra fundamental da Escola Nacional de Belas Artes, 1906.....	70
Figura 15 – Mudanças no nome da instituição ao longo do tempo.....	76
Figura 16 – Proposta de quadro de arranjo para Academia Imperial de Belas Artes.....	78
Figura 17 – Proposta de quadro de arranjo para Escola Nacional de Belas Artes	89
Figura 18 – Proposta de quadro de arranjo para Museu Nacional de Belas Artes	102
Figura 19 – Comparativo das fases da <i>web</i>	168
Figura 20 – Quantos serviços são digitais – versão 1.....	170
Figura 21 – Quantos serviços são digitais – versão 2.....	170
Figura 22 – Realizações de governo eletrônico (2000 – 2007).....	171
Figura 23 – Realizações de governo eletrônico (2008 – 2015).....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretores do Museu Nacional de Belas Artes.....	45
Quadro 2 – História administrativa do MNBA	48
Quadro 3 – História administrativa do Arquivo Histórico MNBA	58
Quadro 4 – Acervos arquivísticos no Museu Nacional de Belas Artes.....	62
Quadro 5 – Diretores da Academia Imperial de Belas Artes	67
Quadro 6 – História administrativa da Academia Imperial de Belas Artes	68
Quadro 7 – Diretores da Escola Nacional de Belas Artes	72
Quadro 8 – História administrativa da Escola Nacional de Belas Artes	74
Quadro 9 – Panorama do acervo da Academia Imperial de Belas Artes.....	77
Quadro 10 – Descrição AIBA – Nível 1 – Coleção	79
Quadro 11 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Administração.....	82
Quadro 12 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Área Técnica.....	83
Quadro 13 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Conservação.....	85
Quadro 14 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Educação.....	86
Quadro 15 – Panorama do acervo da Escola Nacional de Belas Artes	88
Quadro 16 – Descrição ENBA – Nível 1 – Coleção	91
Quadro 17 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Administração.....	94
Quadro 18 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Área Técnica.....	96
Quadro 19 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Arquitetura.....	97
Quadro 20 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Conservação	98
Quadro 21 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Educação	100
Quadro 22 – Panorama do acervo da Academia Imperial de Belas Artes.....	101
Quadro 23 – Descrição MNBA – Nível 1 – Fundo.....	103
Quadro 24 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Direção.....	108
Quadro 25 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Arquitetura	109
Quadro 26 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Assessoria de Comunicação.....	110
Quadro 27 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Coordenação de Comunicação.....	111
Quadro 28 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Coordenação de Conservação	112
Quadro 29 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Divisão Técnica.....	113
Quadro 30 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Divisão Administrativa	114
Quadro 31 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Arquivo Institucional.....	124
Quadro 32 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Eventos.....	125
Quadro 33 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Secretaria de Comunicação	126
Quadro 34 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Divisão Cultural	127
Quadro 35 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo Educativo	128

Quadro 36 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Exposições	129
Quadro 37 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Programação Visual	130
Quadro 38 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Monitoramento Climático	131
Quadro 39 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Restauração de Papel.....	132
Quadro 40 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Restauração de Pintura	133
Quadro 41 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Reserva Técnica	134
Quadro 42 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Arte Africana.....	136
Quadro 43 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Biblioteca	137
Quadro 44 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Arquivo Histórico.....	138
Quadro 45 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Coleções Especiais.....	139
Quadro 46 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Desenho.....	140
Quadro 47 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Sistema Simba / Donato	141
Quadro 48 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Escultura.....	142
Quadro 49 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Fotografia.....	143
Quadro 50 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Gravura.....	144
Quadro 51 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Imagem.....	145
Quadro 52 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Novas Linguagens.....	146
Quadro 53 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Pintura Brasileira.....	147
Quadro 54 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Pintura Estrangeira.....	148
Quadro 55 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Arte Popular	149
Quadro 56 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Registro	150
Quadro 57 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Secretaria da Divisão Técnica	151
Quadro 58 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Secretaria da Administração.....	152
Quadro 59 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Almoxarifado	153
Quadro 60 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Contratos	154
Quadro 61 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Licitações	155
Quadro 62 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Manutenção	156
Quadro 63 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Patrimônio	158
Quadro 64 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Planejamento	159
Quadro 65 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Portaria / Recepção	160
Quadro 66 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Protocolo	161
Quadro 67 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Recursos Humanos.....	162
Quadro 68 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Segurança.....	163
Quadro 69 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Orçamento e Finanças	164
Quadro 70 – Publicações importantes sobre o conteúdo arquivístico em ambiente digital	172

LISTA DE ABREVIATURAS

AN	Arquivo Nacional
AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DIBRATE	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
MAPA	Memória da Administração Pública Brasileira
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PNM	Plano Nacional de Museologia
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo geral.....	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	18
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NO TRABALHO DE ARRANJO	22
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	32
3 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES.....	43
3.1 A HISTÓRIA DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	43
3.2 O ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES E SEUS ACERVOS	54
3.2.1 História da Academia Imperial de Belas Artes.....	63
3.2.2 História da Escola Nacional de Belas Artes	69
3.2.3 Mudanças nos nomes da instituição ao longo do tempo	75
4 PROPOSTA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO PARA OS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MNBA	77
4.1 ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES	77
4.1.1 Coleção Academia Imperial de Belas Artes	79
4.2 ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES	87
4.2.1 Coleção Escola Nacional de Belas Artes	91
4.3 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES.....	101
4.3.1 Fundo Museu Nacional de Belas Artes	103
4.4 RECOMENDAÇÕES.....	165
5 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS	182

1 INTRODUÇÃO

Como fontes de acesso à memória, os museus têm a função de preservá-la e de torná-la acessível a toda a sociedade, além de apresentar outros objetivos e características. Como um conceito vivo, que passa por uma revisão de definições pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), estas instituições apresentam múltiplas facetas e concepções, como reflexo de uma sociedade que constantemente rearranja a organização desses acervos. Neste sentido, as várias perspectivas existentes convergem para uma estrutura museal complexa, quando se busca entender, no âmbito desses alicerces, a organização de bibliotecas e arquivos nessas instituições.

Em sua página virtual, o ICOM disponibiliza textos com conceitos-chave da área, que abordam desde o chamado sistema de valores, englobando museus responsáveis por patrimônio, exposições de obras-primas e espécimes únicos, além da difusão de conhecimentos científicos. Tudo isso reafirma o caráter institucional desses locais, com funções normativas e de autoridade não só nas Belas Artes ou nas Ciências, mas também nos diversos tipos de acervos, como forma de contribuição para a sociedade e seu desenvolvimento como um todo.

Pelo fato de o foco desta pesquisa estar direcionado aos documentos arquivísticos com guarda neste tipo de instituição, considera-se importante contextualizar não somente o acervo com guarda em museu ou a questão da hierarquia setorial. Também é necessário investigar sobre a identidade desta instituição, os fatos de sua historicidade ampla, com um passado de muitas décadas, além de situar seu posicionamento dentro de uma autarquia federal nacional.

Apresenta-se, então, uma repartição integrante de uma estrutura constituída de mais de uma unidade, a qual segue definições válidas também para outras, vinculadas e integrantes da autarquia federal. Esta contextualização macro, sobre um Arquivo Histórico situado nesta esfera museológica, demonstra os impactos diretos de políticas aplicadas no pretérito, bem como na realidade atual.

Objeto central desta pesquisa, o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) é uma unidade museológica criada em 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1937). Essa entidade, plural e multifacetada, das Belas Artes foi herdeira de outras duas instituições: a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes. Ela apresenta, sob sua guarda, a maior e mais valiosa coleção de arte brasileira do século XIX e dispõe de um acervo com mais de 70 mil itens, distribuídos por pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, documentos e livros.

Ademais, é integrante do atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia

federal criada pela Lei 11.906 de 20 de Janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu uma série de competências e finalidades a serem aplicadas aos museus federais subordinados ao órgão.

O acervo institucional do MNBA foi constituído, originalmente, por três conjuntos distintos de obras: as composições trazidas pelo chefe da Missão Artística Francesa, Joaquim Lebreton, no início do século XIX; os trabalhos pertencentes ou produzidos pelos membros daquela missão; e a coleção de D. João VI deixada por ele no país, ao retornar para Portugal, em 1821. Este acervo bicentenário é fonte de informações e material riquíssimo para a cultura nacional.

A instituição de 82 anos conta com obras de grandes artistas, personalidades e figuras públicas como Jean-Batiste Debret, Irmãos Bernardelli, Grandjean de Montigny e D. Pedro II, entre outros. A instituição disponibiliza seu acervo para acesso ao público por meio de consultas realizadas de maneira presencial e remota.

1.1 PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA

No MNBA há uma unidade de processamento técnico arquivístico, denominada Arquivo Histórico, que preserva 35 metros lineares de acervo, envolvendo documentos textuais e aproximadamente 15 mil fotografias históricas, as quais registram eventos da primeira metade do século XIX até a segunda metade do século XX. O acervo registra a história da Academia Imperial de Belas Artes, Escola Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional de Belas Artes. Datado do século XIX até os dias atuais, ele provém de doações recebidas de instituições ou pessoas físicas, por legado ou produzido pela própria instituição.

No Arquivo Histórico do MNBA já foram empregadas diversas metodologias de organização dos acervos arquivísticos, sobretudo nos anos 1980/1990, para classificar documentos de grandes períodos administrativos e a mistura de informações provenientes de diferentes produtores, ao longo do tempo. Constata-se esse problema quando se consulta os instrumentos de pesquisa, em que os documentos atualmente estão disponíveis em duas listagens diferenciadas, da seguinte forma: uma, para o acervo iconográfico, e outra, para os manuscritos. Este recurso é disponibilizado para o uso por pesquisadores internos e externos. A listagem se apresenta de forma simples, sem divisão de séries e subséries, com a notação criada sem seguir a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

Atualmente, o acervo apresenta uma organização física em pastas que unem documentos pertencentes a diferentes períodos da história institucional. Um exemplo é o arquivamento de

documentos oriundos da Academia Imperial de Belas Artes na mesma pasta daqueles produzidos pela Escola Nacional de Belas Artes.

O acervo de documentos arquivísticos institucionais permanentes do MNBA é, na prática, resultado de momentos em que foram selecionados itens considerados como representativos da trajetória da instituição. Nesse sentido, é importante ressaltar que a história arquivística desse acervo não inclui registros das intervenções sofridas e, com isso, os critérios para essas intervenções na avaliação arquivística não foram explicitados.

Importa esclarecer que a autora desta pesquisa atua no Arquivo Histórico do MNBA desde 2011 como arquivista concursada, e observou os seguintes problemas encontrados no arranjo e na descrição dos documentos do acervo:

- a) confusão nas relações entre os documentos institucionais do passado e os da estrutura atual do museu;
- b) dificuldade na recuperação de informações no acervo;
- c) ausência de diretrizes para classificação e organização interna dos conjuntos de documentos;
- d) pastas identificadas por uma descrição sumária do conteúdo;
- e) inconsistência na constatação do produtor, entre outros fatores.

Essas fragilidades de método e padronização do processamento técnico impactam na contextualização da informação e do documento, na organização do acervo e em seu acesso pelos usuários, pois há comprometimento da organicidade, do princípio da proveniência e da ordem original dos documentos.

Antes da criação do setor de Arquivo, os documentos não se concentravam em um espaço físico fixo, mas estavam locados em diversos setores. A sua guarda oscilou conforme os interesses de cada época. Com isso, depreende-se que os itens permaneceram dispersos dentro da estrutura física do órgão. Até o ano de 1980 não existia, ainda, o Arquivo Histórico como setor.

Diante desta problemática apresentada, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: “Como realizar o arranjo e a descrição de documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes?”

1.2 OBJETIVOS

Diante do problema identificada e da consequente pergunta colocada, propôs-se o

objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

A pesquisa teve como objetivo geral a elaboração de um plano de organização e descrição dos acervos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Sistematizar conceitualmente a organização e a descrição de documentos de arquivo na perspectiva da Arquivologia contemporânea;
- b) Caracterizar a trajetória de institucionalização do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes e seus acervos;
- c) Propor modelo de organização e descrição dos documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Com uma problemática complexa a respeito de como proceder na realização de um arranjo adequado para os fundos institucionais, percebe-se o impacto dessa questão principalmente nos momentos em que há a necessidade de localização de acervo pelos pesquisadores. Nos dias atuais, quando um consulente pede informações, a listagem lhe é enviada, e a resposta sobre seu nível de satisfação muitas vezes é parcialmente satisfatório ou insatisfatório.

O pesquisador se sente insatisfatório quando ele busca por algo específico, mas que está descrito de forma muito generalista, situação que resulta em insucesso na localização daquilo que ele procura. Observou-se que a satisfação é parcial quando o pesquisador precisa de algum recorte como ajuda e, com isto, consegue encontrar a informação. No entanto, perde seu tempo analisando muitas informações e dados desnecessários para a pesquisa demandada, sendo este um fator negativo, cuja consequência principal é o comprometimento da preservação e conservação do acervo, devido ao alto grau de manuseio desnecessário.

Espera-se que o benefício gerado por esta pesquisa seja o fato de estar lançando luz às informações de interesse público, histórico, social e cultural da nação brasileira. Pois esta

pesquisa permitirá que o público tenha maior conhecimento sobre os fatos e documentos históricos conservados no acervo. O aprimoramento e ampliação do acesso a essas informações permitirá que pesquisadores que utilizam a fonte primária de informação do acervo possam estabelecer novas conexões sobre os fatos, tal como o público geral se beneficiará com novas questões que fizeram parte da história cultural da arte brasileira.

Este trabalho apresenta relevância para a área arquivística, por proporcionar novas perspectivas sobre acervos em museus com fundos fragmentados e viabilizar a conjuntura através da exposição de situações ocorridas com o acervo institucional do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes.

Discorrer sobre os caminhos percorridos até o ponto atual, e as dificuldades e escolhas necessárias para se conseguir aplicar técnicas que viabilizem o desenvolvimento das funções arquivísticas de arranjar e descrever documentos de arquivos em museus brasileiros contribui para que a experiência do caso Museu Nacional de Belas Artes possa oferecer novas reflexões quanto às possibilidades de organização e instrumentalização de documentos arquivísticos.

Esta é uma pesquisa de cunho exploratório, pois dedica-se ao desenvolvimento de conhecimentos para esclarecer e ofertar novas compreensões quanto ao objeto de estudo. Também é aplicada, porque propõe-se ao esclarecimento e à solução objetiva de situação problema clara específica. Além disso, é qualitativa, por ser um estudo de caso com pesquisa documental.

O método utilizado para a coleta de dados foi a revisão documental e bibliográfica, pautada em leituras de produções científicas atuais, bem como na releitura de conceitos e fatos relacionados à organização de acervos. A legislação relacionada ao tema foi acessada em *sites* como o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Diário Oficial da União, Câmara dos Deputados e Presidência da República.

Para a coleta de dados, buscou-se autores que abordam conceitos sobre arranjo, descrição, tendências da descrição. Ideias importantes de Millar, Martins, Bellotto, Nesmith, Hollós, Duchein, Cook, entre outros, foram utilizadas para embasamento teórico. Além disso, também se fez um levantamento bibliográfico usando Google Acadêmico, páginas da *web* de instituições como a UFRJ, Arquivo Nacional, Itaú Cultural, entre outras.

Por se tratar de uma história complexa, sentiu-se a necessidade de utilizar a história oral para complementar os dados da pesquisa que possibilitassem recuperar fatos relacionados a um passado recente e não registrados. Ressalta-se que as informações foram coletadas através de diálogos informais, sem roteiro de entrevista, nos quais apenas alguma pergunta foi desenvolvida quanto a dúvidas pontuais. A realização da coleta de dados por história oral

informal, com funcionários ativos e aposentados da instituição, foi feita através de mensagens via aplicativos de conversa. No entanto, esta coleta não pôde ser instrumentalizada de forma tradicional científica, por uma questão de dificuldades consequentes do momento de pandemia global causada pelo Covid-19.

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Logo, a revisitação de conceitos e busca por novos estudos da área ocorrem devido ao entrelaçamento de fatores de alto grau de complexidade, fazendo com que seja primordial para o encontro de reflexões mais assertivas e norteadoras para as questões em análise. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não “descoberta” de ideias já expressas, a não inclusão de “lugares-comuns” no trabalho. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 225)

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é estruturado em cinco capítulos e respectivas subseções, focados em viabilizar uma compreensão panorâmica do acervo arquivístico institucional com guarda no Arquivo Histórico do MNBA e sua problemática. Apresenta, além disso, as minúcias que permeiam a temática abordada, através da exposição de elementos de impacto dentro do processo investigativo. Nesse sentido, apresenta-se uma proposta e uma forma de viabilizar um arranjo e a descrição adequados aos documentos deste acervo.

No segundo capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica do trabalho, organizada em duas partes: a primeira, intitulada “Os desafios da organização dos acervos arquivísticos no trabalho de arranjo”, transita por questões relacionadas a acervos fragmentados, contextualização, classificação e arranjo de documentos de arquivos. Em segunda seção, apresenta-se as “Considerações sobre a descrição arquivística”, em que esta autora desenvolve uma narrativa sobre o universo da descrição, por meio de referências à história, autores e publicações essenciais sobre a prática neste campo. Também inclui a citação de normativas e estabelece conexão entre a teoria e o campo prático de seu estudo com o acervo arquivístico cultural museal.

O terceiro capítulo, com o título Museu Nacional de Belas Artes, discorre sobre toda a trajetória da instituição. Na primeira subseção tem-se “A história do Museu Nacional de Belas Artes”, com abordagem sobre o período em que o MNBA foi criado, seus diversos diretores, legislações e fatos de impacto e relevância para o estudo. Sequencialmente, apresenta-se “O Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes e seus acervos”, um panorama da

constituição do setor responsável pelos documentos de arquivo em fase permanente na repartição, acrescido de dados sobre os acervos do passado institucional relacionadas às instituições anteriores ao órgão atual, nas subseções “História da Academia Imperial de Belas Artes” e “História da Escola Nacional de Belas Artes”.

No quarto capítulo apresenta-se a “Proposta de arranjo e descrição” desenvolvida para cada um dos três acervos abordados neste trabalho, nas subseções Academia Imperial de Belas Artes, Escola Nacional de Belas Artes e Museu Nacional de Belas Artes.

A proposta é apresentada por meio de quadros ilustrativos que possibilitam ao leitor entender, na prática, todo o processo de aplicação das técnicas arquivísticas pertinentes a estes campos do fazer arquivístico. Após a apresentação da proposta, na subseção dedicada às “Recomendações”, aborda-se a adoção do ATOM como plataforma de acesso, finalizando com a subseção relativa à “Implementação de estudo de usuário”.

O trabalho se encerra com o quinto capítulo, em que se analisa os “Resultados da pesquisa” e se apresentam as “Considerações finais”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda os marcos teóricos, trazendo os conceitos importantes que serviram de base para esta pesquisa. Esta seção foi dividida em duas partes: a primeira discorre sobre arranjo, e a segunda aborda a descrição dos arquivos, por meio dos levantamentos bibliográficos realizados sobre as funções arquivísticas. O texto busca sistematizar diferentes posicionamentos sobre o assunto e, ainda, aproximar essas compreensões ao objeto da pesquisa.

2.1 OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NO TRABALHO DE ARRANJO

Definidos pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) como “unidade de informações de registro”, os documentos são elementos essenciais de uma análise para que o processamento arquivístico seja viável e ocorra. Atribuir, executar uma forma de processar toda informação que venha a ser gerada nos nichos institucionais é atividade rotineira nas ações dos profissionais que atuam nos arquivos.

O trabalho de base de qualquer acervo passa pela elaboração de métodos de organização que priorizem a rápida recuperação da informação. Este é o processo primário e essencial para a validação da própria existência de um arquivo.

Outro ponto essencial do trabalho arquivístico é compreender as instituições, a sociedade e os usuários como partes em constante evolução, necessidades e transformações por novos anseios, principalmente quando se atua no domínio dos acervos permanentes de natureza cultural. Logo, sem medidas que viabilizem análises e processamentos técnicos de arquivamento e uso adequado dos documentos, o sentido da guarda de acervos pode-se perder.

Como parte deste empenho por uma organização mais eficiente e eficaz, a estratégia vital de análise é iniciar pelo exame dos fundos que possam estar fragmentados, assim como pensar no arranjo e descrição de documentos arquivísticos. Um arranjo e uma descrição bem feitos permitirão que o processamento de dados arquivísticos seja realizado de forma a facilitar os acessos, ampliar a visibilidade do acervo e tornar mais eficaz sua pesquisa pelos consulentes em qualquer unidade de arquivo.

Por meio do arranjo e da descrição consegue-se entender o macro e apontar melhores formas de tratamento do arquivo, bem como indicar aprimoramentos no atendimento aos usuários.

Apesar das muitas transformações sofridas pelos conceitos ligados originalmente à

arquivologia, em seu período clássico, percebe-se que, de tempos em tempos, os primeiros conceitos estabelecidos podem ser revisitados e readaptados para um mundo em constante transformação. Isto se deve ao fato de as estruturas norteadoras das funções tradicionais da arquivologia passarem por constantes processos de reformulação. Logo, os progressos advindos da própria evolução social viabilizam as mudanças necessárias diante das lacunas observadas na área, com o passar dos anos.

Dessa forma, entraves nos acervos que se distanciam da lógica arquivística tradicional impulsionam os profissionais a encontrar medidas que possibilitem respostas a essas dificuldades. Igualmente, as dificuldades estimulam adequações que viabilizem o melhor caminho para a contextualização, análise e processamento dos dados. Há casos em que os acervos necessitam de cuidados de forma a se mostrarem o mais fidedignos possível ao âmbito de criação e tramitação dos documentos, principalmente quando estes se encontram fragmentados ou já muito alterados por ações de interferência externa. Autores como Millar (2015) apresentam alternativas e caminhos nesse sentido.

Trabalhar com acervos permanentes, que foram acumulados nos moldes de sua base histórica, permite a esses profissionais da informação uma experiência rica em sua vivência cultural, no decorrer do tempo. Não é como trabalhar com documentos jurídicos, ou de partes financeiras, e suas respostas práticas, exatas. Envolve muito mais que isso, conforme analisa Martins:

A história é um componente comum a todas as formas de cultura, mantendo, no entanto, sua especificidade. Essa especificidade está na articulação temporal dos sujeitos com o processo de sua formação no passado, de seu agir no presente e de sua projeção no futuro. O indivíduo, como agente racional humano, define-se substantivamente como um ser para cuja existência, para cujo sentido de ser, é indispensável vincular a consciência do todo (do grupo, da sociedade) com a consciência de si (MARTINS, 2007, p. 32)

O contato com arquivos de origem antiga faz emergir um vasto campo de elementos complexos. Este nicho, que lida diretamente com documentos de arquivos históricos, precisa de muita atenção para ser corretamente compreendido. Logo, essa complexidade da atividade de contextualização e organização do acervo, inerente ao trabalho do arquivista, é o fator que lhe permite a correta compreensão do caminho mais exato para a prática arquivística:

Arquivos, Bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens. (BELLOTTO, 2005, p. 35).

Com seu acervo originado em duas outras instituições que existiram no passado, o Museu Nacional de Belas Artes apresenta uma multiplicidade de escolhas de processamento técnico desde sua origem como instituição. Em sua base, este acervo centenário estimula as inquietudes naturais que qualquer arquivista tem, ao iniciar um novo trabalho de organização de acervo. Soma-se a isto a dificuldade em identificar e contextualizar cada item, quando este arquivista analisa um acervo cujo passado está ligado a outras duas instituições que já se findaram, em que uma foi academia de artes e outra foi escola, e cujos documentos foram agrupados e mantidos sob a guarda do MNBA, que atualmente tem como função ser museu.

Constituído por documentos que já foram altamente manipulados, o acervo sob a guarda do Arquivo Histórico reflete as muitas investidas de organização já ocorridas. Em sua análise, percebe-se que muitos esforços já foram realizados, desde os tempos de Academia Imperial de Belas Artes, nas tentativas de dar uma organização adequada aos documentos sob sua guarda.

Este emaranhado de itens, assemelhado a um “quebra-cabeças”, em alguns momentos explicita o quanto a contextualização de acervos pode fazer a diferença para o trabalho arquivístico. Algo inclusive latente nos estudos de Nesmith (2018), nesta releitura sobre os arquivos e as novas contextualidades entre a teoria e a prática arquivística: “Recentemente, essa guinada contextual tomou alguns rumos importantes e radicalmente novos na teoria arquivística, sob a influência de perspectivas pós-modernas. Em decorrência disso, está surgindo uma visão mais ampla da contextualidade” (NESMITH, 2018, p. 156).

No exercício de contextualizar, o multifacetado fazer arquivístico tem, como aliada, a ação de obediência ao princípio da proveniência e respeito aos fundos (DUCHEIN, 1986, p. 20)¹. O ideal de um mundo perfeito é trabalhar não somente com os conceitos, e mas também com a prática desses aspectos essenciais. Isto seria totalmente viável se a única preocupação se referisse as acervos que seguiram fluxos, tramitações e todo um ciclo de vida conforme variados caminhos da arquivologia tradicional. Entretanto, há de se ponderar que os ideais não são

¹ Para Duchein, cinco princípios são responsáveis para a definição de um órgão quanto produtor de fundos. São eles: “a) Para produzir um fundo de arquivos, no sentido atribuído ao termo pela Arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos), um organismo seja público ou privado, deve possuir denominação e existência jurídica próprias, resultantes de um ato (lei, decreto, resolução, etc.) preciso e datado. / b) Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal e regulamentar./ c) Sua posição na hierarquia administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; em especial, sua subordinação a outro organismo de posição hierárquica mais elevada estar claramente estabelecida./d) Deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente ao seu nível hierárquico. Ou seja, capaz de tratar os assuntos de sua competência sem precisar submetê-los, automaticamente, à decisão de uma autoridade superior. (Isto não significa, evidentemente, que ele deva gozar de poder de decisão em relação a todos os assuntos, certos assuntos importantes podem ser submetidos à decisão do escalão superior da hierarquia administrativa. Entretanto, para poder produzir um fundo de arquivos que lhe seja próprio, um organismo deve gozar de poder decisório, pelo menos, no que disser respeito a determinados assuntos) /e) Sua organização interna deve ser, na medida do possível, conhecida e fixada num organograma.” (DUCHEIN, 1986, p. 20) .

sempre possíveis.

Millar (2015) toca num ponto que dá exatamente o tom daquilo que neste momento se pretende ressaltar quanto à complexidade de se processar tecnicamente um acervo como o do MNBA. Em seu estudo, em que discorre sobre a morte aos fundos em prol da proveniência, referindo-se ao fundo fragmentado, a autora aponta a abordagem canadense como exemplo, ensinando que:

[...] se você possui documentos de uma entidade produtora, você deve mantê-los reunidos de acordo com o seu produtor, como um todo orgânico. Não se deve separá-los por assunto, cronologia ou suporte; não se deve misturá-los com documentos de outras fontes. Respeite os fundos. Respeite o produtor. Esses procedimentos garantirão a unidade orgânica dos documentos e reforçarão o consenso de que os documentos pertencem a uma totalidade e, não, a uma parte. (MILLAR, 2015, p. 147)

Ao se ter em mãos um acervo em que documentos de produtores diferentes foram, em parte, misturados de forma inadequada, sem que houvesse uma correta identificação de cada agente produtor, como no caso do MNBA, em que documentos da Academia Nacional de Belas Artes, da Escola Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional de Belas Artes foram misturados e organizados de acordo com critérios diferenciados, tem-se, portanto, o tom do enredamento, assim como a dificuldade de se trabalhar com esta documentação.

Este emaranhado, criado pela junção de produtores, não acontece com todos os documentos do acervo. No entanto, a situação é evidenciada, de forma a incitar o aprofundamento de estudos sobre as relações documentais entre os itens, dentro da teoria arquivística. E isto já seria um fator de extrema complexidade, caso abrangesse apenas dois produtores documentais em processamento técnico arquivístico. Na presença de três produtores, o trabalho adquire a necessidade de critério triplicado, visto que se atua com três distintas personalidades jurídicas, próprias, com existências em datas pontuais, sendo duas delas com cronologia de criação e de extinção, ou seja, fundos fechados.

Millar (2015) observa um aspecto latente no domínio do campo arquivístico, o qual se aplica não somente ao tratamento de acervo, mas também a outras variadas questões na área: “[...] A realidade intelectual da proveniência e a realidade física dos arquivos não são equivalentes” (2015, p.148). Isso demonstra que, na prática rotineira, trabalha-se o tempo todo muito mais com a readequação de condições teóricas perfeitas, desconstruindo esses ideais técnicos, para poder viabilizar o fazer arquivístico.

Caso os profissionais da informação não tivessem esta flexibilidade para lidar com os meandros rotineiros da área, seria impossível manter o rigor entre a teoria e a prática, para a

grande maioria de acervos que não foram organizados de acordo com a tramitação documental tradicional. E este seria o caso dos documentos do Museu Nacional de Belas Artes.

De acordo com Hollós (2006): “Quando se ilumina a ideia da impossibilidade da memória plena e da preservação integral do passado, percebemos que é exatamente essa impossibilidade que permite o confronto criativo entre o ‘mal de arquivo’ e a ‘pulsão de destruição’” (HOLLÓS, 2006, p. 31).

As fragmentações e junções de itens documentais da Academia, da Escola e do Museu são observadas quando se acessa principalmente a listagem, que é o único instrumento de pesquisa atual para localização dos documentos e identificação geral dos fundos. Esse instrumento de pesquisa apresenta lacunas entre os dados, uma junção de longos períodos e um critério que não consegue seguir uma lógica arquivística eficaz.

Os documentos hoje disponíveis no acervo institucional permanente são heranças de um fluxo histórico que dificultou sua tramitação orgânica natural. Sem um histórico de classificação e temporalidades mapeável, os documentos foram agrupados sob uma lógica que faz o instrumento de pesquisa no modo listagem apresentar lacunas complexas até para se compreender como os itens funcionavam nas funções originais em que foram concebidos:

Uma das dificuldades fundamentais: a classificação dada aos documentos pelos organismos produtores nunca é uma classificação concebida sobre um longo período de tempo. A sua utilidade é essencialmente funcional, pragmática e não histórica. Ela raramente corresponde aos métodos de classificação arquivística que geralmente se aplica sobre partes cronológicas bastante longas. (DUCHEIN, 1986, p.14)

Para o usuário do acervo do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes, pesquisar é um ato que demanda um tempo além do ideal. Ressalvadas as lacunas que intempéries do tempo naturalmente provocariam, através das perdas esperadas dentro do processo de tramitação documental, poderia-se ter melhores resultados no uso do acervo pelos consulentes caso este apresentasse arranjo e descrição adequados.

O caminho natural de partir do documento completo para se chegar ao tema específico, na organização, não se aplica necessariamente aos documentos do museu. Essa concepção é distorcida na listagem atual. Tendo isso em mente, pode-se afirmar que, se a organização fosse menos genérica, mais definida nos conceitos básicos, a instituição e seus usuários seriam beneficiados com a ampliação da acessibilidade e a preservação de materiais que os consulentes acabam por manusear desnecessariamente, ao investigarem assuntos para suas pesquisas.

O arranjo é a função que apresenta a principal importância estratégica nos arquivos de valor secundário já em guarda permanente. A ausência de um arranjo, ou até mesmo a existência

de um que não reflita com clareza os métodos de definições empregados na organização do acervo, compromete entendimentos futuros sobre as estruturas institucionais e objetivos.

O Museu Nacional de Belas Artes não apresenta arranjo dos documentos institucionais sob guarda do Arquivo Histórico. Como ressaltam Duranti e Michetti (2019) apud Bonaini sobre arranjo, “deveria ser considerado algo mais abrangente, um princípio fundamental da doutrina arquivística e a condição necessária para usando arquivos”.

A revisão, nova formulação do arranjo e respectiva descrição documental do acervo arquivístico da Academia, Escola e Museu são os caminhos mais basilares para a construção de soluções viáveis e assertivas. Para isso, é necessário aceitar, conforme Millar (2015), que é possível a expansão e a respectiva redefinição daquilo que se considera como proveniência, englobando três componentes relacionados a cada documento: a história do produtor, a história dos arquivos e, por fim, a história arquivística.

Nesse sentido, em seu campo de estudo, esta autora investiga informações relacionadas à ordem original, fundos e método. Direciona-se a pensar a melhor forma de se fazer um arranjo e, por consequência, como descrever os documentos, para conseguir estabelecer as corretas conexões e o entendimento de funções de acordo com a questão central desta pesquisa.

Dessa forma, para se buscar mais esclarecimentos, de modo a encontrar uma resposta a esta indagação, estabeleceu-se conexões analíticas envolvendo herança cultural, memória, contexto dos arquivos, ordem original, metodologias, classificação, arranjo e descrição. Tal medida tem o objetivo de viabilizar e ampliar o acesso ao acervo por parte dos pesquisadores e público em geral. Portanto, o cerne do estudo passa pela necessidade de entender a própria historicidade e organicidade da instituição. Após tantas intervenções na organização dos documentos, no passado, o processo de percepção, hierarquização, lógica e estabelecimento de conexões entre as informações existentes no acervo tornou-se complexo e de difícil compreensão. Segundo Bellotto:

A identificação de fundos é um trabalho complexo que requer conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências (e suas mutações) dos órgãos produtores de documentação, nos respectivos níveis da administração pública e nos vários setores da administração privada, se for o caso. Desse conhecimento depende todo o arranjo de um arquivo permanente, arranjo sem o qual o trabalho posterior de descrição e levantamento de conteúdo dos documentos componentes será seriamente prejudicado. Esse prejuízo fatalmente atingirá toda a otimização da informação administrativa e da pesquisa histórica, cuja eficiência é, afinal, a própria razão de ser do arquivo permanente. (BELLOTTO, 2005, p. 134)

Após alguns estudos concernentes à temática, nota-se que, mesmo assuntos como princípio da proveniência, conceitos de fundo arquivístico, ordem original, organicidade,

autenticidade, arranjo, descrição e indexação, mesmo que muito estudados e abordados em seus variados aspectos, são questões complexas e ainda extremamente ligadas a problemas enfrentados por muitas instituições na atualidade.

O arranjo e a descrição de documentos são funções arquivísticas essenciais em acervos que perderam seus valores primários e passaram para a guarda permanente. O arranjo trabalha com o que ainda é denominado de classificação por muitos arquivistas que atuam em acervos correntes. Logo, quando os documentos são recolhidos para guarda permanente, a lógica de ordenação passa a ser atribuída ao que se denomina de arranjo.

Diante disso e com os conceitos existentes na área, segundo os quais, a melhor opção seria manter a classificação para a sistemática de arranjo, questiona-se de que forma organizar um arranjo para o acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Da mesma forma, também se questiona a respeito de como descrever estes documentos.

Num primeiro momento, o reconhecimento dos documentos de arquivo pode parecer uma tarefa simples. No entanto, não o é. Esta ação de reconhecimento exige um olhar mais aguçado. Entender suas especificidades de tipos e suas inter-relações favorece a distinção das funções primárias (de produtor) e secundárias (a herança cultural). Analisar as ações que os geraram, assim como a percepção de como o documento está vinculado a pessoas, famílias, comunidades e governos, é essencial e permite fomentar a memória coletiva. O estado dos documentos e suas distintas percepções entre a forma física e a forma intelectual impactam tanto na representação das relações sociais, na história e na identidade de um povo. Isto demonstra a complexidade de definição e interpretação sobre o que é o documento, bem como o que são os arquivos.

Esses aspectos, de construção de memória e seus impactos em diversas esferas de análise, podem ser correlacionados a alguns fragmentos do texto de Joan Schwartz e Terry Cook e publicado em 2004, intitulado *Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna*, principalmente quando os autores afirmam que os arquivos “são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades” (p.27). Sendo assim, é possível refletir que a correta análise e o estabelecimento de correlações e funções de arquivo, é também um exercício de responsabilidade com a coletividade social.

Ressalta-se ainda que, em muitos casos, os arquivistas são muito práticos em analisar documentos de passados longínquos, ainda que a acessibilidade e facilidade para perceber as estruturas e funções dos órgãos em análise nem sempre sejam possíveis. Por isso, é tão vital a reflexão correta e cautelosa sobre o meio que envolve o acervo.

Ketelaar (2018) pondera que “cada indivíduo ou cada geração pode ter sua própria interpretação dos arquivos, tem o direito de reinventar e de reconstruir sua visão do passado”. Portanto, quando se tem o cuidado de entender o passado das estruturas de instituições como o MNBA, para compreender as funções ligadas ao contexto original, nota-se a enorme dificuldade para hierarquização e estruturação institucional da realidade anterior.

As reflexões de Ketelaar (2018) quanto às funções são interessantes principalmente quanto à necessidade de se atentar às funções, ao contexto de criação e também à mudança na dinâmica de interpretação sobre cópias e originais. Este fato exige uma investigação ainda mais criteriosa sobre o passado organizacional. Nesse sentido, é essencial procurar as composições de organograma e as funções que englobaram as relações com influência na confecção dos documentos produzidos.

Ao se observar o acervo atual do museu, objetivando diagnóstico, nota-se o quanto fica urgente e visível que a organicidade, a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127), foi muito comprometida.

Cook (2017) aponta que a natureza orgânica, quando não foi preservada, demonstra o problema de um arquivo negligente por não ter dado a devida importância ao respeito pelos fundos. Estes fatos são evidenciados quando os princípios da proveniência e da ordem original não são seguidos desde o início. Os profissionais da área são unânimes em afirmar que os norteadores de fatos são justificados pela questão de que: “Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações” (COOK, 2017, p. 9).

Quanto à importância do princípio da ordem original em arquivos, Macedo (2018) aponta a interferência de ações realizadas na custódia de acervos, por sucessores dos produtores dos documentos. Portanto, quem passa a ter a responsabilidade posterior pela guarda realiza intervenções de múltiplos aspectos.

Posteriormente, os gestores da guarda são os que ponderam o estabelecimento de linhas de investigação para buscar as contextualizações. Nesse sentido, Macedo (2018) defende principalmente o uso da “contextualização expansiva e o conceito de expansividade” para o entendimento de lógicas de acervos, com o intuito de se alcançar o ponto mais fiel das origens da produção dos documentos. Para a autora, “a ordem original possibilita se restabelecer a ação do produtor em seu arquivo”, por isso, o estabelecimento de critérios é necessário para o entendimento da relação entre produtor e acervo (MACEDO, 2018, p. 186).

Os arquivos devem representar os processos de trabalho e, para tanto, precisam refletir

a realidade de sua estrutura através da sua contextualização. Logo, o arquivo por meio da ordem física adotada inicialmente, assim como o local de armazenamento e acondicionamento, viabiliza uma leitura do seu real valor e da importância atribuída por seu produtor:

A adoção de uma determinada forma de ordenação está longe de ser uma obviedade. Além de ter de considerar os interesses dos usuários e a própria perspectiva de avaliação e eliminação de documentos, o arquivista deve verificar se a ordenação adotada não cria dificuldades para os funcionários que ficarão diretamente incumbidos dela. Por tudo isso, deve-se optar, tanto quanto possível, por formas simples de ordenação. (GONÇALVES, 1998, p. 29)

Os arquivistas do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) percebem grande dificuldade em interpretar o que motivou a criação desses documentos, de modo a poder contextualizar a produção, o uso e a manutenção do seu acervo. Na instituição estão locados acervos que sofreram influências das mais diferentes categorias, conforme abordado por Macedo (2018). Autores como Millar (2015), que também citam a dificuldade dessas conexões de acervos muito “mexidos”, estimulam a pensar sobre de que forma se pode trabalhar a questão de fragmentação de fundo.

Eastwood (2016), em seu texto *Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística*, examina a busca pelo estabelecimento das discussões ontológicas sobre os arquivos e documentos de forma interdependente. O autor reconhece a dificuldade de se padronizar o entendimento do conceito sobre a natureza dos arquivos pelos arquivistas. O conceito de “Arquivo Histórico” é apontado pelo estudioso como uma definição antiga, utilizada na organização de documentos importantes do passado. A ideia remete a um panorama e sistematização de conceitos utilizados através do tempo. Demonstra como os arquivistas pensavam sobre o assunto de ordem para acervo de guarda permanente.

Thomasem (2006) observa que o cuidado metodológico empregado no processo de trabalho com o arquivo permite observar o grau de importância concedido pelo produtor à documentação sob sua guarda. Além disso, a metodologia aplicada impacta diretamente na viabilização de melhor recuperação de informação e uso em pesquisas.

A revolução do pensamento da arquivologia, desde o século XIX ao início do século XX, é reconhecida como o período de surgimento dos arquivos históricos como instituições. Também é uma época transformadora de metodologias arquivísticas como um todo. As práticas, antes mais voltadas para guarda simples, em que arquivistas atuavam como guardiões da informação, em uma era considerada como de ações essencialmente manuais, passaram por um período mais desafiador, em que todo tipo de questionamento e de reconceituação desconstruía

o molde clássico. Essa reformatação da área para um novo padrão de perfil profissional, além de novas maneiras de atuar na organização e guarda dos arquivos, com maior dinâmica, ainda se manifesta nas transformações pós-modernas, até o período atual da arquivologia.

Sendo assim, as instituições herdeiras desse antigo padrão cultural por diversas vezes tiveram seus acervos nomeados de Arquivo Histórico. Isto denota que as ditas metodologias mais modernas ainda não foram aplicadas na gestão desses acervos mais antigos. As técnicas que facilitariam o tratamento documental e, por consequência, a guarda em fase permanente, apresentam os momentos de criação e guarda dos documentos comprometidos. Logo, o recurso de estabelecer método, apontado por Thomasem (2006) como mecanismo indicativo de cuidado do produtor, na maior parte dos acervos históricos ainda não foi realizado, mesmo naqueles reconhecidos por sua enorme importância. Um exemplo é o caso no Museu Nacional de Belas Artes.

Como bem destacado por Thomasem (2006), o estabelecimento de metodologia é vital para permitir a adoção de critérios que tornem as pesquisas de arquivo efetivas. No artigo *O método arquivístico*, Duranti e Michetti (2019) sinalizam a dificuldade de clareza identificada na pesquisa arquivística, e também fazem ressalvas em relação à falta de hábito, por parte de arquivistas, em demonstrar e registrar os métodos que utilizam. Posto isto, um erro na metodologia aplicada ao tratamento de dados poderá impactar negativamente na sua identificação e manuseio pela coletividade social e cultural futura.

Com esta análise macro, é notório hoje buscar elementos que redirecionem o acervo a seguir corretamente os preceitos que acima de tudo garantam a salvaguarda da informação, assim como a aplicar os fatores previstos e determinados em legislação, principalmente no que cabe aos acervos permanentes, conforme apontado na Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, em seu art. 4º:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991).

Dessa forma, o poder público tem por missão oferecer à população o acesso aos dados públicos. O Conselho Internacional de Arquivos (ICA, em inglês para International Council on Archives), através da sua *Declaração universal sobre os arquivos*, ressalta o papel primordial deste cuidado, necessário com a memória, como “papel essencial no desenvolvimento das

sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva” (ICA, 2010).

A classificação é responsável por refletir as funções e operações que fazem parte das atividades do órgão, como Schellenberg (2005, p. 83) bem define. Sendo assim, a inexistência dela na origem, pois no pretérito não ocorreu esta preocupação com os documentos, impede a facilitação do arranjo, que Bellotto (2005, p. 29) aponta como “a classificação no âmbito dos arquivos permanentes”.

Arranjo, descrição e inventário são temas que continuam a ser empregados mesmo com a mudança de perspectiva tecnológica. E isto fica bem claro em estudo realizado por Macedo (2018). Por mais moderno e diferenciado que seja um arquivo, não há como desconsiderar o uso dessas técnicas. Não há outro sistema que consiga preencher lacunas de estruturação e descrição de acervo.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Em acervos permanentes, a descrição é parte estratégica para o estabelecimento das relações orgânicas, entendimento e criação de conexões entre as funções e espécies. O desenvolvimento de instrumento de pesquisa é viável a partir da atividade descritiva. Sem uma descrição bem desenvolvida, a atividade de acesso aos acervos torna-se complexa. Afinal, esta função arquivística impacta diretamente na elaboração de instrumentos de pesquisa, que são responsáveis por permitir a localização e, conseqüentemente, o acesso aos documentos.

Descrever documentos pertencentes a Arquivos Históricos é uma atividade essencial do trabalho arquivístico. A boa execução pode contribuir para maior alcance dos dados armazenados por um número maior de pessoas ou tornar o acervo algo sem muito acesso pelos interessados da área, como resultado de desconhecimento. Conseqüentemente, para a organização de um acervo, é imprescindível o uso da descrição:

A organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação. A classificação arquivística, desprovida das atividades de descrição, somente é inteligível para as pessoas que organizaram o acervo. (LOPEZ, 2002, p. 12)

Ademais, é uma atividade intelectual complexa, que precisa de aprofundamento do saber em relação ao acervo trabalhado. Como ponderam Andrade e Silva (2008), em seus estudos sobre aspectos teóricos e históricos, para a explicitação de contextos e conteúdos são necessárias habilidades e competências relacionadas a entendimentos sobre produtores, períodos históricos e idiomas da documentação:

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a linguagem que estão sendo produzidas as informações descritivas. (ANDRADE; SILVA, 2008, p.15)

Tendo por base a afirmação de Oliveira (2010, p. 46) de que a descrição também é “uma forma de representação arquivística da mesma maneira que o arranjo”, pode-se ampliar a perspectiva quanto aos aspectos históricos e teóricos desta temática, além de acrescentar considerações que são características próprias da função, quando se dialoga sobre os conceitos específicos da área.

A existência da descrição em antigos registros da Mesopotâmia, desde 1.500 A.C., é apontada por estudiosos dos primórdios da Humanidade. Observada através de práticas que englobavam a compilação de repertórios para o uso administrativo pelos produtores dos documentos, esta forma de cuidar da informação na época contribuiu para a preservação de muitos dos documentos daquele momento remoto. Isto possibilitou a recuperação de muitos itens daquele período, com base nos arranjos físicos realizados principalmente através da utilização de anos e assuntos para classificação.

Já nos períodos de apogeu das civilizações da antiga Grécia e Roma, a descrição passou sem destaque, com exceção apenas para o reconhecimento do uso de cópias, medida aplicada de serventia exclusiva aos escribas ou usuários. Afinal, estes tinham o hábito de copiar documentos apenas com a intenção de posteriormente consultá-los. A isto Duranti (1993) considerou como algo que ajudou futuros pesquisadores a resgatá-los, sendo estes dados recuperados conforme sua disposição física e a forma.

Denominado por Duranti (1993) como a descrição em seu significado simples, tal como “escrever sobre registros”, o autor ainda registra que o ato de descrever só passou a ser uma atividade específica do arquivo após o Século XII, com o surgimento da autonomia municipal, o que exigiu o conhecimento de precedentes e documentação de direitos, em decorrência da necessidade de defesa dos interesses públicos e privados.

Leão (2006 *apud* ANDRADE; SILVA, 2008) ressalta que, inicialmente, a descrição era empregada para controlar os acervos. Portanto, isso apenas se transformou no final do século XIX, a partir do Iluminismo e das respectivas reformas administrativas na França, que promoveram impactos profundos ao ponto de causarem o fechamento de acervos resultantes de estruturas burocráticas do período pré-reformas. Segundo Leão (2006 *apud* ANDRADE; SILVA, 2008), após esses fatos, os acervos passaram a ter função cultural, com instituições responsáveis pela custódia daqueles documentos:

Nesse momento, a descrição arquivística se tornou a solução para um problema que ocorreu quando os primeiros profissionais, historiadores contratados pelas instituições de custódia, passaram a organizar os acervos por tema, descaracterizando o que seria a identidade vinculante mais importante da documentação com seu respectivo produtor, culminando em uma situação irreversível no que se refere à organização física do acervo. (LEÃO, 2006 *apud* ANDRADE; SILVA, 2008, p. 16)

No final do século XIX, a Associação dos Arquivistas Holandeses publicou o clássico *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (ARQUIVO NACIONAL, 1973), influenciando as futuras gerações. Dito isto, pode-se destacar um aspecto interessante do estudo de Oliveira (2010) sobre essa obra. O referido autor aponta a existência de 67 páginas no *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* dedicadas ao relato de procedimentos cabíveis à descrição e elaboração de inventários. A exposição dos procedimentos é apontada como um marco para a arquivística moderna e contemporânea, por apresentar normas, regras e métodos para essa prática dentro do universo dos arquivos.

A partir de então, esta temática passou a ser uma constante no fazer prático e perspectiva teórica arquivística, como parte essencial de discussões, aprimoramentos e evoluções para a área, concebendo novos significados. Isto inclui a intenção de uso da descrição para fomentar maior difusão e acessibilidade aos acervos.

Atualmente, debates em torno das práticas descritivas são constantemente realizados como tentativas de se traçar formas estáveis para sua realização na comunidade arquivística. De canadenses, americanos, europeus a profissionais de tantas outras nações, as percepções sobre descrição foram amadurecendo e seguem em constante evolução. Isto se deve ao fato de os arquivistas estarem em constante busca por uma forma de viabilizar o maior número possível de elementos consistentes para a construção de conteúdo substancial quanto à produção de descrições fidedignas:

O resultado da descrição arquivística precisa conter elementos acerca do contexto de criação e outros retirados do próprio conjunto documental descrito. Dessa forma, os

arquivistas devem sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da *evidência*, característica própria do documento arquivístico. (HAWORTH, 2001 *apud* ANDRADE; SILVA, 2008, p. 17).

A capacidade do Museu de estar conectado aos anseios dos consulentes, na sua busca por se familiarizar, investigar, entender as artes nacionais, além de pesquisar por conhecimento cultural e artístico, favorece a valoração do acervo sob guarda museal e o interesse do público nacional por essa iniciativa de investigação, que tem por objetivo a manutenção da memória coletiva.

O ato de classificar documentos, estabelecer conexões desde a fase de criação, para facilitar a gestão de acervos e até a própria localização de um dado dentro de determinado universo com grande volume de dados armazenados, pode ser considerado como uma das primeiras formas de descrição de acervos arquivísticos. De acordo com Lopez (2002):

Muitas vezes, as atividades de descrição são iniciadas durante a própria classificação dos documentos. A sistematização de informações geradas para o controle durante a organização pode ajudar a constituir ótimos instrumentos de pesquisa. Dados como o plano de classificação, os critérios de ordenação dos documentos nas séries, o arrolamento das datas-limite dos tipos documentais, entre outros, serão ótimos pontos de partida. Na organização arquivística, é necessário ter sempre em mente a importância das atividades de descrição. Igualmente importante é prever os instrumentos de pesquisa que poderão ser produzidos como resultado direto da classificação arquivística. Muitas vezes, uma informação, secundária no momento da classificação, pode vir a ser importante para a descrição do documento. Um bom planejamento pode concentrar esforços, ao coletar essa informação durante a classificação, agilizando a produção dos instrumentos de pesquisa. (LOPEZ, 2002, p. 11)

Muito debatida, e sem que se tenha um consenso universal estabelecido através dos tempos, a descrição é o mecanismo que permite aos gestores de acervos uma série de medidas que vão desde sua identificação e controle, até sua difusão e acesso. Segundo Yeo (2016, p. 135): “A descrição é tanto processo quanto produto. É amplamente aceita como elemento essencial no controle de documentos de arquivo, mas muito de seus aspectos, inclusive seus papéis e suas funções sempre foram tema de debate”.

A contextualizações do acervo a ser descrito é de suma importância como técnica a ser aplicada no fazer arquivístico. Reconstruir lacunas que remontam a perspectivas de criação, produção e a razão pela qual uma instituição e seu acervo foram criados, é parte estratégica a ser seguida em um programa descritivo. E, como Oliveira (2010) relata, precisa ser mais que um processo minucioso, uma opção metodológica que depende de um trabalho de pesquisa detalhado.

A representação de ideias, viabilizada pela descrição de documentos, tem a função de explicitar conteúdos informacionais que auxiliam o trabalho investigativo dos usuários. Ao mesmo tempo, a construção de instrumentos de pesquisa a partir do ato descritivo contribui para a preservação dos documentos, evitando o seu manuseio excessivo, além de otimizar o tempo de busca e uso das informações arquivísticas.

Outro aspecto a ser balizado está na questão de a instrumentalização de acervo por meio de inventário ser uma forma primordialmente estratégica na administração de qualquer arquivo. O uso de instrumentos de pesquisa serve para substanciar desde tomadas de decisões até conferências de consistências e dar solidez ao que está contido, de fato, no acervo. Conforme Bellotto:

A qualidade de um arquivista transparece na precisão do instrumento de pesquisa que ele elabora e na medida em que seu trabalho satisfaz ao pesquisador. Ao tornar claro e profícuo o encontro entre documento e historiador, ele está cumprindo a missão que lhe foi confiada. Um instrumento de pesquisa incompleto pode esterilizar uma pesquisa, uma vez que o consulente não tem acesso ao acervo e que nenhum meio de busca será refeito, dada a vastidão da documentação a ser descrita. (BELLOTTO, 2005, p. 177)

Todavia, deve-se ter cuidado para que o processo de descrição não venha a ser apresentado sem o devido reconhecimento dos esforços de um fazer intelectual. Deve-se evitar então, sua restrição a um rótulo como algo simplificado ou limitado a um ato simplório, no caminho para se constituir a elaboração de instrumentos de pesquisa. Entender sua singularidade dentro de toda a construção deste processo é o que pode garantir ao arquivista o desenvolvimento de um trabalho mais próximo da realidade das organizações e/ou pessoas. Conforme corroborado por Oliveira:

A simplificação da descrição, restringindo-a à elaboração de um instrumento de pesquisa para o usuário final, não reconhece o trabalho de pesquisa realizado pelo arquivista. O instrumento de pesquisa constitui-se apenas como um dos produtos do processo descritivo e não traduz todo o conhecimento produzido pelo arquivista sobre o acervo. (OLIVEIRA, 2010, p. 52)

Outro aspecto a ser refletido está na aplicação de instrumentos de pesquisa como uma forma de padronização, de acordo com modelos e recomendações previstas em normas. Esta medida possibilita observar os processos de padronização de métodos através das normatizações. As normas, muito trabalhadas principalmente a partir do final do século XX, demonstram ser um reflexo da própria maturação da área por si só, o que contribui para um fazer arquivístico mais objetivo e eficaz.

Atualmente, na arquivística nacional, trabalha-se com algum número de publicações cabíveis de serem aplicadas como alternativas e possibilidades para normatização de instrumentalização de acervos arquivísticos. São normas publicadas e difundidas pelo Arquivo Nacional, como a ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDF, ISDIAH e Nobrade. Sem adentrar na questão do próprio Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e sua função perante a estrutura do Estado brasileiro, visto que este não é o foco deste trabalho, pode-se ressaltar que a aplicação de instrumentos de pesquisa preconizados por normas arquivísticas é um caminho facilitador e agregador para melhorias de serviços nos setores de arquivo.

Em casos como o deste estudo, solucionar estas fundamentações no acervo, por meio do uso de normas, permitirá identificar, analisar o contexto e o conteúdo dos documentos do arquivo. Com isto, a aplicação de normativas facilitadoras da recuperação da informação será abordada na sua aplicabilidade científica para melhoria e acessibilidade dos acervos.

Conforme dito anteriormente, o acervo arquivístico do Museu Nacional de Belas Artes encontra-se disponível para consulta e acesso através de um instrumento de pesquisa em forma de listagem. O modo de apontar os documentos, descrever dados de identificação, segue uma configuração muito resumida. Não há a aplicação das normas estabelecidas na área, recomendadas para serem utilizadas como mecanismos de representação dos conteúdos de acervos.

Normativas como Nobrade (CONARQ, 2006) e ISAD(G) (CIA, 2000), dentre outras, não estão presentes no método atual utilizado no instrumento de pesquisa. Observa-se, portanto, a dificuldade em se definir os campos, aos quais cabe utilizar elementos apontados por critérios simples.

O citado método requer a inclusão do nome do produtor, com observância para alguns casos que incluem dois produtores distintos, quando esse formato não deveria acontecer. Considera-se essa opção como não adequada, visto que a existência desses arquivos ocorreu em períodos distintos, estabelecidos por decretos, inclusive. Há o apontamento das datas, que abrangem grandes períodos de produção dos itens, colaborando para a dificuldade de pesquisadores, com a indução de manuseios desnecessários nas buscas. E, por fim, tem-se alguma identificação de itens atribuída, referenciada conforme algum evento ocorrido, personalidade famosa ou fator artístico.

Desde a publicação do clássico *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, dos Arquivistas Holandeses, conforme ressaltam Andrade e Silva (2008), a sociedade busca por uma linguagem universal ou, pelo menos, mais padronizada, para a realização da descrição. Isto, principalmente, com o intuito de evitar que uma não padronização possa conceder

privilégios a um documento em detrimento dos dados contidos em outro. Deste modo, seria permitida uma análise fria e isonômica para todos os dados.

Dada a historicidade do próprio curso da Arquivologia Contemporânea na sociedade, apesar de ser de longa data esta demanda por padronizar linguagens, o maior desenvolvimento para a área ocorreu a partir do final da década de 1980. Por consequência, o grande salto no cenário nacional brasileiro ocorreu mais tardiamente. O estabelecimento da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), como a adaptação da ISAD(G) (CIA, 2000) para a realidade local, foi publicada somente em 2006, através do Arquivo Nacional (CONARQ, 2006).

Não se deve pensar que todo acervo precisa ser padronizado, como uma literalidade de imposição de medidas apenas para seguir um conjunto de normas da área. O uso da normativa deve ser visto de forma mais ampla. Em casos como o do MNBA, nota-se claramente os impactos causados pelo uso de métodos menos realistas para o processamento técnico-arquivístico de seu acervo. Devido ao fato de o Museu ter sido organizado antes da vigência destas novas metodologias, as técnicas que até agora lhe foram aplicadas deixam a desejar diante da realidade atual. Não conseguem mais atender às expectativas e demandas de usuários e gestores.

Ao se abordar o processo descritivo no contexto de registros documentais em acervos arquivísticos, mesmo com a delimitação de um universo de arquivo permanente, em que se nota a predominância de itens com mais de século de existência, não se pode desconsiderar a interconexão dos suportes para salvaguarda do acervo. Na era atual, a forma de pensar o processo descritivo engloba mais do que confeccionar mecanismos de padrão clássico, por meio de instrumentos de pesquisas no suporte papel, dentro das instituições.

Não se vive mais na época de instrumentos disponíveis só para quando pesquisadores estiverem no ambiente de acesso ao acervo físico. Vive-se momentos de controles de gestão híbrida, em que o ambiente físico coabita com o digital. Portanto, mesmo com a necessidade de se pensar a descrição dos documentos, que hoje estão em suporte papel, apresentando-se em modo textual, é necessário pensar a descrição enquadrando-a na realidade atual. É essencial refletir a melhor forma de descrição a ser aplicada na instituição, independente do seu suporte, englobando os documentos nos moldes mais tradicionais, como o papel, aos mais modernos, como os documentos digitalizados (MARIZ; CORDEIRO, 2018). Segundo esses autores, a relação orgânica que os documentos mantêm entre si é uma noção geral da Arquivologia e permite a visão integral sobre determinado conjunto documental.

Considerando as avaliações dadas pela sociedade atual às consultas ao acervo do

Arquivo Histórico do MNBA, julga-se que estas poderiam ser mais ágeis e eficazes caso as descrições estivessem em sintonia com as inovações tecnológicas, inserindo-as na dinâmica de rotina do setor. Portanto, sobre transformações necessárias para renovações na área arquivística, pode-se afirmar que urge uma demanda por adaptação descritiva. Esta, portanto, deve considerar desde os formatos de descrição para documentos tradicionais, passando por controles híbridos, até chegar aos produzidos em âmbito digital. Conforme afirma Koyama:

À medida que os Arquivos se colocam na rede mundial, vemos multiplicarem-se em suas seções educativas as linhas do tempo e prevalecerem imagens que reafirmam essa representação instrumental do tempo, tendencialmente unitária, eurocêntrica, expressão de uma dada racionalidade técnica ainda presente na academia. (KOYAMA, 2016, p. 83)

Andrade e Silva corroboram o trabalho de Haworth (2001 *apud* ANDRADE; SILVA, 2008), quando este afirma que “[...] a descrição é o coração do trabalho arquivístico”. Para o melhor acesso e uso da informação contida nos documentos, a ampliação do poder de seus conteúdos, além de descrição bem desenvolvida, são fatores cruciais para sua valorização estratégica. Uma descrição bem realizada é capaz de transcodificar dados essenciais que facilitam seu acesso aos usuários de acervos.

Um acervo atualmente controlado por pacote Microsoft Office, com projeto de transferência para gestão eletrônica por *softwares* específicos da área, precisa estar em conformidade de linguagens, até mesmo para uma transcodificação de dados no futuro. Portanto, estar de acordo com as transformações tecnológicas da sociedade atual é um ponto crucial para este acervo histórico cultural:

O uso da informação, no cenário de inovações voltado para atender o processo de tomada de decisão e/ou para referenciar o valor primário dos documentos de arquivo, atende ao seu valor secundário e, em especial, se estivermos analisando o quadro a partir da perspectiva da internet. Os programas de descrição são distintos, pois os usuários e os usos dos acervos – no contexto do processo de decisão e do contexto da pesquisa acadêmica, cultural ou probatória – são diferenciados. (OLIVEIRA, 2010, p. 44-45).

No que diz respeito à padronização de informações, a aplicação de normas no tratamento descritivo traz uniformidade ao processo. Há toda uma nova geração de instrumentos arquivísticos que carece de uma convergência de dados de modo regular. Neste sentido, as normas da Arquivologia revelam, por meio da descrição multinível, a ligação entre todos os documentos pertencentes ao mesmo conjunto.

Em um processo de construção de instrumento de pesquisa, a descrição atua como base

constante para o apontamento de informações relevantes, além de identificação do acervo. O mundo contemporâneo lida com o tempo de processamento e a resposta a demandas de maneira muito diferente das gerações anteriores. Logo, a alta demanda por respostas e a ampliação da velocidade de difusão e do processamento da informação exprimem não mais uma necessidade de adequação por parte das instituições, e sim uma obrigatoriedade para a geração atual. Isto devido ao fato de o usuário de arquivo ter o perfil similar ao descrito por Oliveira (2010, p. 44): “[...] demanda ao serviço de arquivo um documento para dar continuidade a uma ação, normalmente o faz utilizando-se de um desses elementos de identificação do documento, que constituem o próprio documento e que se transformam em elementos para sua recuperação”.

As tecnologias também contribuíram para o surgimento de novas formas de trabalhar com os instrumentos de pesquisa, com uma nova geração desses instrumentos de referência. Andrade e Silva (2008) lembram os novos recursos viabilizados pelo advento da internet, além da potência apresentada pelo acesso através da *web* via instrumentos de pesquisa *on-line*. Todas essas vantagens convergem para a percepção da urgência de se repensar os moldes utilizados atualmente na oferta de informações pelo Arquivo Histórico Institucional do Museu Nacional de Belas Artes.

Aprimorar a forma de detalhamento dos dados, com a respectiva adoção de métodos que construam instrumentos referenciais eficazes, ágeis e ao alcance de todos, com facilitação de acessos, são desafios principalmente quando se pensa em instituições públicas como as de cultura, as quais oscilam de acordo com as medidas, interesses e importância que lhes são atribuídas pelos governantes que ocupam o poder decisório em dado momento.

Como profissionais, os arquivistas devem seguir atuantes em análises, realizando amadurecimentos e adequações possíveis. Isto se aplica à proposta de reformulação de arranjo e descrição dos documentos arquivísticos institucionais do Museu Nacional de Belas Artes.

Os documentos institucionais do MNBA apresentam notações das mais variadas, bem como carecem de uma linguagem facilitadora. Normativas que poderiam ajudar a otimizar a organização, além de contribuir ativamente para aprimoramento de acessos, com o uso de normas como a NOBRADE, por exemplo, nunca foram empregadas na realidade do acervo institucional do Arquivo Histórico do museu.

Há, portanto, uma grande lacuna deficitária de dados. Todas essas lacunas atuais são negativas, visto que muitas vezes se perdem informações sobre fotografias em que estão retratadas grandes personalidades não só das artes, mas da política e vida pública brasileira. A necessidade desses dados que se perderam nas metodologias de ordenação anteriores intriga a estes arquivistas e os incita a trabalhar de forma investigativa, em uma busca por ofertar dados

descritivos que são essenciais para os mais variados processo de pesquisa.

Oliveira (2013), em seu artigo sobre descrição e reinvenção dos arquivos, aborda aspectos das necessidades do mundo atual, em que as bases de dados precisam pensar a perspectiva da descrição nos arquivos. Nesse artigo, em que analisa pontos positivos e negativos do processo descritivo, em conjunção com a busca por normatizações, a autora ressalta que “[...] é por meio da descrição que poderemos aumentar a demanda aos arquivos e ampliar o número de usuários e diversificar o seu perfil” (OLIVEIRA, 2013, p. 331).

Isto demonstra que, ao se trabalhar com o acervo institucional do MNBA, deve-se buscar maneiras que possam conectar o que foi tratado como o estabelecimento de conexões contextuais entre os documentos. Os mecanismos empregados no pretérito colaboraram para a perda de sentidos atribuídos por ordem original e constituíram fragmentação.

Pressupõe-se que, devido ao emprego das técnicas que falharam ao não seguirem o princípio básico de respeito à ordem original e aos fundos, tanto a notação como a indexação deixaram de apresentar correlação com os documentos textuais. No entanto, não há como se ter tanta certeza se foi exatamente isso, visto que não há registro do fazer arquivístico empregado na época em que houve essa separação das fotos do restante do acervo. Não há, portanto, a explicitação dos critérios empregados na organização desses documentos.

Sabe-se que muitos documentos naturalmente foram criados de forma independente, como no caso de registros de eventos que aconteceram no museu, por exemplo. Assim, o que é mais latente nesta situação é a falta de dados suficientes na descrição. O que existe, atualmente, é uma lista genérica, com dados que puderam ser resgatados em algum momento.

Os esforços atuais, iniciados com a ampliação da investigação de dados e a inclusão de diálogos com antigos funcionários do museu, para entender algumas transformações que não poderiam ser entendidas apenas por meio de leituras dos poucos registros localizados, são alternativa que colaboraram para o entendimento sobre o motivo de um setor estar subordinado a uma hierarquização setorial que não consta com registro em documentos oficiais regimentais em vigência. Isso, por exemplo, ajudou a repensar campos descritivos e seus respectivos níveis, para deixar tudo de modo mais claro nos dados a serem disponibilizados para os consulentes.

Nesmith (2018), em seu texto sobre releitura de arquivos e novas contextualidades para teoria e prática, cita o diferencial que história arquivística ou oferecimento de visões introdutórias “[...] mais detalhadas dos vários tipos de informação contextual sobre os documentos no sistema [...]” (2018, p.171) poderiam oferecer aos pesquisadores. O que é uma ideia para novas perspectivas para a descrição arquivística.

Ações como esta, aliadas ao estabelecimento de procedimentos, podem garantir no

futuro a manutenção de medidas adotadas como parâmetros de descrição para o Arquivo Histórico do museu. Este deve ser o foco desta pesquisa. Estas medidas devem ser uma parte estratégica essencial para a construção de instrumento de pesquisa e arranjos sólidos, para perpetuar a documentação histórica desta unidade museal para a população como um todo.

As adversidades existentes entre técnica e o fazer são constantes na rotina da prática arquivística. Nas instituições, os documentos sofrem os impactos das inconstâncias das metodologias aplicadas para o tratamento documental. A transcodificação da representação da linguagem documental para o registro em instrumentos de pesquisa é o ponto essencial para contribuir na lógica de organização de um acervo. O reflexo da atribuição de linguagem verbal, assumida pela descrição daquilo que é retratado nos documentos, impactará nos instrumentos de pesquisa como produto desta incumbência.

Ao mesmo tempo, quando se baliza que a descrição pode facilitar e ampliar o acesso, há de se ter clara a importância de aplicar normalizações que viabilizem o uso de linguagens facilitadoras e padronizadas. A falta de uso de padrões implica em um montante de dados, cujo descompasso causa impactos diretos na maneira de ofertar acessos eficazes ao que os pesquisadores buscam. Não que o uso de normas como a ISAD(G), por exemplo, tenha a perfeição e resolva todas as arestas que englobam a temática, longe disso. No entanto, como ponto de partida para acervos que atualmente não apresentam o que se busca, essa atualização das ferramentas pode se converter em benefício automático para os consulentes.

As salvaguardas de acervo de imagens com o emprego de técnicas de linguagens de descrição padronizadas colaboram positivamente para garantia do legado histórico, preservação, acesso, uso e ampliação dos impactos na memória cultural da sociedade. Não há viabilidade de implantação de banco de dados, acessos remotos, se o trabalho essencial de construção inicial na base não for feito. É por isso que tudo pode se transformar na Arquivologia, mas o papel da descrição quanto função segue importante tanto para documentos textuais quanto para os iconográficos. Apenas passa por reformulações, como elaboração de normas atualizadas ou adaptação de instrumentos de pesquisa ao meio digital. Portanto, seu lugar na arquivologia segue com aprimoramentos, visando melhorias de acessos.

3 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

Neste capítulo, apresenta-se os marcos empíricos desta pesquisa. Trabalha-se, portanto, com a delimitação de pontos essenciais, que aportam compreensão ao contexto institucional em estudo. Descreve-se a configuração da instituição, sua história e a exposição da composição arquivística do acervo permanente do Museu Nacional de Belas Artes.

Esta seção está dividida em duas subseções: a primeira, relata a história do Museu Nacional de Belas Artes; a segunda, aborda o Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes e seus acervos.

3.1 A HISTÓRIA DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

O objetivo central deste trabalho é analisar e estabelecer critérios que possam propor recomendações para o melhor arranjo e descrição dos documentos arquivísticos institucionais com guarda no Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes. Tal medida viabilizará um caminho para ampliar o acesso ao acervo pelos pesquisadores e o público em geral. Portanto, o cerne do estudo passa pela necessidade de entender a própria historicidade e organicidade da instituição. Após tantas intervenções para organização do acervo no passado, o processo de entendimento, hierarquização, lógica e estabelecimento de conexões das informações existentes no acervo tornou-se complexo.

Criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378 (BRASIL, 1937), e inaugurado por Getúlio Vargas, então presidente da República, em 19 de agosto de 1938, o Museu Nacional de Belas Artes, como dito anteriormente, apresenta patrimônio artístico formado a partir de coleções da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) (1826-1889) e da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) (1889-1965). Ocupa uma área de 17 mil m² de uma edificação construída entre os anos 1906-1908, projeto de Adolfo Morales de los Rios, conforme se pode observar na figura 1, sendo destinada a abrigar a ENBA, sucessora da AIBA, e seu acervo.

Desde sua criação, a unidade museológica dividiu seu espaço com outras instituições. Primeiramente, com a própria Escola Nacional de Belas Artes, mesmo após esta já ter sido incorporada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a qual deixou o recinto apenas em 1976. Em segundo momento, dividiu o espaço com a Fundação Nacional de Artes (Funarte), instituição criada em 1975, que passou a coabitar o espaço posteriormente.

Figura 1 – Prédio do MNBA na época de sua construção



Fonte: Arquivo Histórico Museu Nacional de Belas Artes.

Obs.: Vista da fachada posterior, Rua México, 1908, Rio de Janeiro (RJ).

O imponente prédio localizado na Avenida Rio Branco, 199, antiga Avenida Central, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 24 de maio de 1973 e apenas a partir de 2003 passou a ser totalmente ocupado pelo Museu.

Detentor de acervo museológico, bibliográfico e arquivístico, ao acessar a história institucional, disponível em publicações como livros e a própria homepage do MNBA, constata-se que o museu passou por variadas transições de gestão e posicionamento em estruturas hierárquicas nacionais, com diversificadas subordinações. Essa constância nas mudanças impacta diretamente na própria dificuldade do museu em se reconhecer, entender seu passado de forma mais clara, para além dos feudos de alguns estudiosos ou pessoas ligadas mais diretamente à produção artística nacional.

Um exemplo disso está na complexidade em se conseguir resgatar todos os ciclos dos diretores que já integraram o quadro de gestores, sendo partes da história do museu no decorrer do tempo. O pesquisador mais leigo e generalista precisa de um árduo trabalho para obter acesso às fontes, situação que poderia ser facilitada se o próprio MNBA apresentasse uma cultura de fomentação de dados institucionais de maneira mais clara.

Com a missão preservar, estudar, pesquisar, documentar, comunicar, divulgar e ampliar o acervo museológico, bibliográfico, arquivístico e arquitetônico sob sua guarda, esta instituição mantém um Plano Museológico que prevê o fomento à comunicação com o público, além da intenção de ampliar sua atuação na sociedade. Isto deverá promover o reconhecimento de necessidades e identificar relações existentes entre comunidade, pesquisadores e o acervo sob sua guarda, buscando democratizar o conhecimento através de trocas interculturais que possam fortalecer a cidadania, e a acessibilidade física, social, informacional, sensorial e estética de todos os públicos ao patrimônio cultural brasileiro.

Consciente das novas perspectivas do museu, sem deixar de lado sua evolução no decorrer da própria existência, salienta-se que as políticas públicas adotadas em cada período revelam nuances adicionais que ajudarão a compreender as escolhas realizadas no fomento da cultura documental de cada período estudado.

No quadro 1 são apresentadas informações sobre todos os Diretores, tanto os titulares como os interinos, que atuaram na gestão do Museu Nacional de Belas Artes desde a sua criação. A elaboração do quadro também considerou além das fontes institucionais, informações fornecidas pela ex-funcionária bibliotecária Mary Komatsu, acesso a páginas dos sites Itaú Cultural, Fapesp, Escritório de Arte, Governo Federal, Mafra, E-Biografias, IHGB e UFRJ.²

Quadro 1 – Diretores do Museu Nacional de Belas Artes

DIRETORES DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES			
GESTÃO	DIRETOR(A)	PERÍODO	EXERCÍCIO
1ª Gestão	Oswaldo Teixeira do Amaral	12.05.1937 – 15.05.1961	Pintor, professor, crítico e historiador de arte. Nomeado por Decreto de 12 de maio de 1937 – Posse e Exercício em 17 de maio de 1937. Exonerado do cargo de Diretor do MNBA conforme Decreto de 15 de maio de 1961, publicado no D.O.U. de 16 de maio de 1961.
2ª Gestão	José Roberto Teixeira Leite	15.06.1961 – 08.10.1964	Jornalista, professor, curador, perito, escritor, historiador e crítico de arte brasileiro. Nomeado por Decreto de 15 de maio de 1961, para exercer o Cargo de Diretor do MNBA, tomou

² Sites consultados para referências de biografias: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br>
<https://www.escritoriodearte.com/artista/oswaldo-teixeira>
<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/90551/jose-roberto-teixeira-leite/>
<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JRTLeite.html>
<http://biblioteca.eba.ufrj.br/index.php/conheca-a-biblioteca/alfredo-galvao>
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8639/edson-motta>
<http://biblioteca.eba.ufrj.br/index.php/conheca-a-biblioteca/alfredo-galvao>
<http://www.mafra.com.br/genealogia/getperson.php?personID=I009909&tree=arfamis001>
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa686/alcidio-mafra-de-souza>
<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11536/alfredo-galvao>
<http://cultura.gov.br/paulo-herkenhoff-deixa-museu-nacional-de-belas-artes-com-elogios-a-gilberto-gil-57660/>

			<p>posse em 26 de maio de 1961 – Exercício a partir de 29 de maio de 1961.</p> <p>Exonerado do cargo de Diretor do MNBA por Decreto em 07 de outubro de 1964 – D.O.U. de 08 de outubro de 1964.</p>
3ª Gestão	Alfredo Galvão	25.11.1964 – 10.07.1970	<p>Pintor, desenhista, historiador, artista plástico e professor de artes plásticas. Ex-aluno da ENBA. Foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes de 1955 a 1958, quando esta já tinha sido incorporada pela UFRJ. Nomeado para exercer o Cargo de Diretor do MNBA por Decreto de 25 de novembro de 1964 D.O.U. de 26 de novembro de 1964. Posse e Exercício em 02 de dezembro de 1964. Afastado compulsoriamente a partir de 04 de março de 1970, por ter completado 70 anos de idade. Foi exonerado do Cargo de Diretor do MNBA por Decreto de 07 de julho de 1970 – D.O.U. de 10 de julho de 1970.</p>
4ª Gestão	Celso Otávio do Prado Kelly (Diretor Substituto)	11.07.1970 – sem dados confirmados para data de saída	<p>Advogado, pintor e crítico de arte. Nomeado pelo Presidente Médici para exercer o Cargo de Diretor do MNBA em substituição ao Sr. Alfredo Galvão, exonerado em virtude de sua aposentadoria.</p>
5ª Gestão	Maria Elisa Carrazzoni	04.11.1970 – 16.12.1976	<p>Museóloga. Nomeada para exercer o Cargo de Diretora do MNBA por Decreto de 04 de novembro de 1970 – D.O.U. de 05 de novembro de 1970 – Posse e Exercício em 13 de novembro de 1970. Dispensada do Cargo de Diretoria do MNBA conforme Portaria Ministerial nº 917 de 10 de setembro de 1976 – D.O.U. de 16 de dezembro de 1976.</p>
6ª Gestão	Edson Motta	10.12.1976 – 03.05.1981	<p>Pintor, restaurador, professor. Nomeado para exercer o Cargo de Diretor do MNBA pela Portaria Ministerial nº 918 de 10 de dezembro de 1976. Publicada no D.O.U. de 16 de dezembro de 1976 – Posse em 16 de dezembro de 1976.</p> <p>Nota: Faleceu em 03 de maio de 1981. Não foram localizados dados sobre quem assumiu a direção como interino.</p>
7ª Gestão	Alcídio Mafra de Souza	24.11.1981 – dez.1990	<p>Professor e crítico de artes visuais. Nomeado para o Cargo de Diretor do MNBA, conforme Portaria nº 2 de 24 de novembro de 1981 da Presidência da Pró-Memória.</p> <p>Nomeado para o Cargo de Diretor do MNBA pela Portaria Ministerial nº 007 de 15 de setembro de 1982 – FNPM – Presidência, nos termos do Regimento Interno, aprovado pela Determinação nº 56 de 15 de setembro de 1982.</p>
8ª Gestão	Heloisa Aleixo Lustosa de Andrade	Jan.1991 – 20.03.2003	<p>Professora. Nomeada em Janeiro de 1991. Exonerada do cargo de Diretora do MNBA conforme Portaria Ministerial nº 98, de 20 de março e 2003 – D.O.U. de 23 de março de 2003.</p>
9ª Gestão	Paulo Estellita Herkenhoff Filho	20.03.2003 – 29.01.2006	<p>Curador, crítico e historiador de arte. Nomeado para exercer o cargo de Diretor do MNBA conforme Portaria Ministerial nº 99, de 20 de março de 2003 – D.O.U. de 23 de março de 2003.</p>
10ª Gestão	Mônica Figueiredo Braunschweiger Xexéo	08.03.2006 – 04.02.2021	<p>Museóloga. Ex- Coordenadora da Divisão Técnica do museu. Servidora pública federal de carreira. Nomeada para exercer o cargo em comissão do Diretor do MNBA, conforme Portaria Ministerial nº 46, de 07 de março de 2006 – D.O.U. de 08 de março de 2006. Exonerada do cargo de Diretora do MNBA conforme Portaria Pessoal MTUR nº 51, de 3 de fevereiro de 2021 – D.O.U. de 4 de fevereiro de 2021.</p>
11ª Gestão	Vera Lucia	27.01.2021 –	<p>Historiadora, mestre em Ciência da Informação. Designada</p>

	Mangas da Silva (Interina / Eventual)	atual	através da Portaria de Pessoal Ibram nº 13, de 27 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021a) para exercer encargo de substituta eventual do Cargo Comissionado de Diretora no Museu Nacional de Belas Artes, nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares do titular. Com a exoneração da diretora Mônica Xexéo, assumiu a direção da instituição até que o Edital de seleção pública fosse concluído e (a) novo (a) ocupante para o cargo selecionado (a).
--	--	-------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base em informações obtidas em documentos internos e também pela ex-funcionária, aposentada, bibliotecária Mary Komatsu Shinkado.

Na última etapa da pesquisa, com a intenção de ir mais a fundo neste processo de resgate de Diários Oficiais e Decretos, não se obteve tanto sucesso quanto o esperado para todos os detalhes, apesar de se considerar a importância de obter uma maior precisão possível, em decorrência do efeito na estruturação e contextualização do acervo.

No entanto, a variação de dados limitou-se a apenas três pequenas divergências. A primeira se refere à exoneração de Oswaldo Teixeira do Amaral, cujo desligamento é informado tanto para maio como para junho, denotando divergência entre duas fontes consultadas. A segunda divergência é relacionada à exatidão da data de saída do cargo, por aposentadoria, de Celso Otávio do Prado Kelly. Por fim, após a gestão de Edson Motta, com a vacância do cargo, não se localizou um nome para uma possível direção interina até a nomeação da nova direção, em novembro do mesmo ano.

Apontada na Nobrade (2006) como elemento ligado ao Produtor Documental, em que a oferta de contextualização temática tem por objetivo “oferecer informações referenciais sistematizadas da trajetória do(s) produtor(es), da sua criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento” (2006, p. 32), o fornecimento de elementos que remontem à história administrativa do Museu facilita o rastreamento de informações essenciais a quem busca dados no acervo.

Diante disso, para facilitar a compreensão das complexidades inerentes ao processo investigativo institucional, aponta-se, no quadro 2, a trajetória e as transições de subordinação hierárquica enfrentadas no decorrer das atividades do MNBA enquanto Unidade Museológica.

Portanto, no quadro 2 seguem as considerações de fatos importantes e também a informação de quais outros órgãos o museu fez parte.

Quadro 2 – História administrativa do MNBA

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO MNBA	
Ano	Marcos Legais de vínculos da Instituição
1937	MNBA: Criado através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 (BRASIL, 1937) e inaugurado em 19 de agosto de 1938.
1955	Decreto nº 36.778, de 14 de janeiro de 1955: aprovação do Primeiro Regimento Interno do Museu (BRASIL, 1955).
1973	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: primeiramente o Museu não estava subordinado a qualquer órgão específico. A partir do seu tombamento, conforme o processo nº 860-T-72 no livro das Belas Artes, Inscrição nº 505, fls. 92, de 24/05/1973, passou a compor o quadro do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).
1975	Escola Nacional de Belas Artes (ENBA): deixa definitivamente o prédio do MNBA, e o museu passa a compartilhar esse espaço com a Fundação Nacional de Arte (Funarte), criada nesse mesmo ano. Aprovação do Segundo Regimento Interno , através da Portaria Ministerial nº 486 de 07/10/1975, caracterizado por ampliar a estrutura institucional, o que inclui a criação de uma Divisão de Atividades Pedagógicas e melhor definição de competências dos setores.
1979	Fundação Pró-Memória: criada pela Lei 6.757 em 17/12/1979 (BRASIL, 1979). Em seu artigo segundo, transfere ao domínio da Fundação, os bens móveis e imóveis da União, que estavam em uso ou sob a guarda de responsabilidade do extinto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passando a integrar o patrimônio da nova instituição.
1982	Terceiro Regimento Interno do MNBA: por meio da Determinação nº 56 de 15 de setembro de 1982. É o que está em prática até os dias atuais, enquanto há um novo documento em definição para publicação em breve. Em relação aos anteriores, apresenta nova estrutura e divide o museu em três grandes áreas de coordenação: técnica, educação e administrativa. Difere do regimento anterior por incluir uma nova forma de propor as competências para a área técnica e de educação.
1985	Ministério da Cultura: criado pelo Decreto nº 91.144 de 15/03/1985 (BRASIL, 1985); por consequência, a Fundação Nacional Pró-Memória e seus órgãos subordinados foram transferidos para este Ministério; também houve a criação do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes.
1990	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC): a Lei nº 8.029, de 12.04.1990 (BRASIL, 1990a) dissolveu e extinguiu a Fundação Pró-Memória e constituiu o IBPC, o qual assumiu as responsabilidades do órgão extinto.
1990	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Constituído nos termos da Lei nº 8029, de 12/04/1990 (BRASIL, 1990a), o IPHAN sucede a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nas competências previstas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 e na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Com a publicação do Decreto nº 99.492, de 30 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990b), foram constituídas as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), Biblioteca Nacional (BN), e a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), vinculadas à Secretaria da Cultura da Presidência da República. Assim, o MNBA, como subordinado ao IBPC, passou a ser parte desse quadro.
2002	Desocupação pela FUNARTE, em 2002, deixando as dependências da edificação integralmente ocupadas pelo MNBA.
2005-2006	Obras de restauração da fachada do prédio.
2009	Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM): criado pela Lei nº 11.906 de 20/01/2009 (BRASIL, 2009), por meio da qual os museus federais passaram a compor o quadro desta nova instituição. O MNBA está atualmente vinculado a esta autarquia que, nos últimos anos, passou por transição ministerial. Com a extinção do Ministério da Cultura, na gestão do governo atual, as autarquias vinculadas à cultura foram subordinadas à Secretaria Especial da Cultura. Em primeiro momento, a secretaria foi vinculada ao Ministério da Cidadania. E posteriormente, passou para a posição atual,

	com vínculo ao Ministério do Turismo.
2019	<p>Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019: extingue o Ministério da Cultura e passa a subordinar as vinculadas à Secretaria Especial de Cultura, dentro do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019a).</p> <p>Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019: transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2019b).</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

O MNBA, tal como vários outros museus federais, é atualmente uma unidade museológica subordinada hierarquicamente ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia instituída pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), subordinada, atualmente, ao Ministério do Turismo.

O IBRAM tem sob sua responsabilidade a Política Nacional de Museus (PNM), criada com o objetivo promover melhorias para a área. Portanto, conforme informações da página oficial do IBRAM (BRASIL, 2021b), essa autarquia atua na promoção de quantitativos de visitas e arrecadações dos museus, no fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos, além de criar ações que promovam a integração entre os museus brasileiros, sendo responsável pela administração direta de 30 museus.

De acordo com essa linhagem hierárquica, o MNBA, tem, assim, não somente seus mecanismos normativos internos, mas também determinações definidas pela instância superior, emanadas daquela autarquia, com a qual mantém vínculo, em Brasília. Esta forma de relação e subordinação hierárquica denota um museu cujas políticas internas dependem de suas decisões, orientações e determinações administrativas, mas que devem sempre estar em conformidade com as diretrizes definidas e propostas pela autarquia superior.

De acordo com a nomenclatura interna, o MNBA está denominado, até então, como uma Unidade Gestora Financeira, devido à sua autonomia administrativa. Porém, passa por um processo de transição, que deve submeter a unidade a uma revisão em que, presumivelmente, perderá esta independência nas decisões financeiras internas.

O Museu Nacional de Belas Artes está, por sua vez, também estruturalmente organizado em divisões que se apresentam hierarquizadas. Os dados sobre a situação da estrutura, seus desdobramentos e como constam na atualidade são oriundos de análises e consultas a documentos internos, assim como em diálogos com funcionários e ex-funcionários mais antigos da casa. As informações coletadas sobre a estrutura do museu foram baseadas nas unidades geradoras de documentos cadastradas pela instituição no Sistema Eletrônico de Informações

(SEI)³:

Definido como “Regimento Interno”, este tipo documental foi e ainda é o principal responsável para especificar as atribuições institucionais adotadas pelo MNBA. Também é mecanismo encarregado por definir, organizar as áreas e instrumento designado para buscar garantir a eficiência no desempenho das atividades.

A instituição teve, até hoje, três regimentos internos, datados de 1955, 1975 e 1982. No entanto, ao rememorar o tempo de existência do museu, além de academia e escola, nota-se a ausência de mais documentos desse tipo, que demonstrem a estrutura real de cada época. Há carência principalmente da memória dos anos anteriores, com regimentos responsáveis por dados da estrutura do Museu na época de Academia, Escola e até dos primeiros anos de existência institucional.

Para os períodos para os quais não se obteve a localização do Regimento Interno, em uma primeira busca ampla, procedeu-se à investigação em documentos com guarda no Arquivo Histórico, ampliando-se as investigações no *site* das edições do Diário Oficial da União, através de consultas a publicações desde o tempo do Brasil Imperial. Esta medida ocorreu no decorrer de toda a pesquisa. No entanto, o novo formato das plataformas de busca a diários oficiais mais antigos foi um fator dificultante, contribuindo para a continuidade dos problemas enfrentados no resgate dos dados relativos a regimentos para a Academia e a Escola.

Desde 1982 não houve mudança no regimento interno para o Museu Nacional de Belas Artes. Os nomes utilizados oficialmente para os setores da instituição em 2021, na prática, ainda são os mesmos observados na estrutura organizada pelo último Regimento Interno, datado de 1982. Diante disto, recorreu-se a uma investigação com base no acesso a documentos que estão sendo editados internamente na instituição e submetidos ao IBRAM para aprovação.

Os documentos acessados internamente estão sob revisão e submissão interna, para posterior publicação oficial. Adiciona-se a este cenário o fato de o regimento de 1982 conter a indicação de algumas definições que não foram supridas ou efetivadas no decorrer das atividades do museu. Considera-se, portanto, para efeito de registro nesta pesquisa, as definições que foram aplicadas na implantação do SEI pelo IBRAM, na instituição. No entanto, não há como desconsiderar as inúmeras oscilações nas definições de cargos, coordenações,

³ Conforme dados do Ministério da Economia, o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para ser uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos. Apresenta como objetivo promover a eficiência administrativa no serviço federal. O SEI integra o Processo Eletrônico Nacional (PEN), uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônico. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/sei>

seções e chefias.

A exceção nos padrões adotados na aplicação do SEI foi a inclusão do Arquivo Institucional, um setor que fora desvinculado da responsabilidade do setor de administração do MNBA. Após muitas demandas institucionais para a Representação Ibram Rio (escritório representante da sede do Instituto Brasileiro de Museus no Rio de Janeiro) e percepções internas da necessidade de um tratamento especializado, o museu recebeu outra profissional especialista em gestão de arquivos. A Representação do Ibram atuante no Rio foi migrada totalmente para Brasília, e a maioria dos funcionários foi redistribuída. Assim, o Museu foi contemplado com alguns profissionais de diversas áreas, como administração, museologia e também uma arquivista redistribuída dessa gestão central do IBRAM. A chegada da profissional contribuiu para a criação de um setor responsável pela gestão, bem como a tramitação de documentos de uso corrente e intermediário do órgão. Portanto, o estabelecimento desse setor ocorreu após 2016, com vínculo direto à direção e sem ter constado na organização do Sistema em 2015.

No decorrer de sua existência, o MNBA teve por prática criar, alterar ou adaptar internamente procedimentos para conseguir viabilizar melhores formas de trabalhar especificidades. Essa prática é consequente de demandas por diversas áreas técnicas, não contempladas no último regimento interno, ou consequência de o país estar vivenciando um novo momento social e tecnológico.

No início dos anos 1980, as áreas de tecnologia eram embrionárias neste país. Estudos para variados setores do saber cultural eram mais simples ou inexistiam. Assim, era difícil prever a complexidade de áreas que passariam a ser essenciais nas rotinas internas do órgão. Além das criações e adaptações, há a questão de a estrutura estar subordinada a um órgão público federal, em que a criação ou aglutinação de setores precisa passar pelo crivo de aprovação fora do âmbito das autarquias responsáveis pelo museu, em sua subordinação administrativa. Logo, os processos não seguem o mesmo compasso da celeridade demandada pelas necessidades práticas.

Em paralelo, há a dificuldade de pessoal. Setores passam a existir e deixam de funcionar não somente por definições de regimento ou questões legais, mas também por carência de retenção ou reposição de profissionais para atuarem nos segmentos do órgão. As contratações e efetivações de servidores por concurso são escassas. Uma pessoa pode ser responsável por mais de uma área. Portanto, muitos desligamentos ocorrem por morte, invalidez, aposentadoria e outros fatores e impactam diretamente na paralisação parcial, ou até completa, de áreas de trabalho.

As atividades que foram realizadas durante algum período produziram documentação

própria. Sendo assim, mesmo que um novo regimento modifique tudo, ou que não se criem cargos de chefias, nota-se que áreas como o próprio Arquivo Histórico seguirão com um trabalho próprio e produzindo material específico em seus setores. Conseqüentemente, isto se reflete na produção documental. Diante deste panorama, utilizou-se como base as divisões implantadas na estrutura pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Apesar de estar ciente de uma nova previsão de mudança, optou-se por trabalhar com o sistema atual.

Há muita dificuldade em se entender a estrutura do museu. O organograma não é de fácil acesso, devido ao fato de o arquivo institucional, no corrente e intermediário, ainda não ter passado por tratamento, justamente devido às constantes oscilações apontadas até aqui.

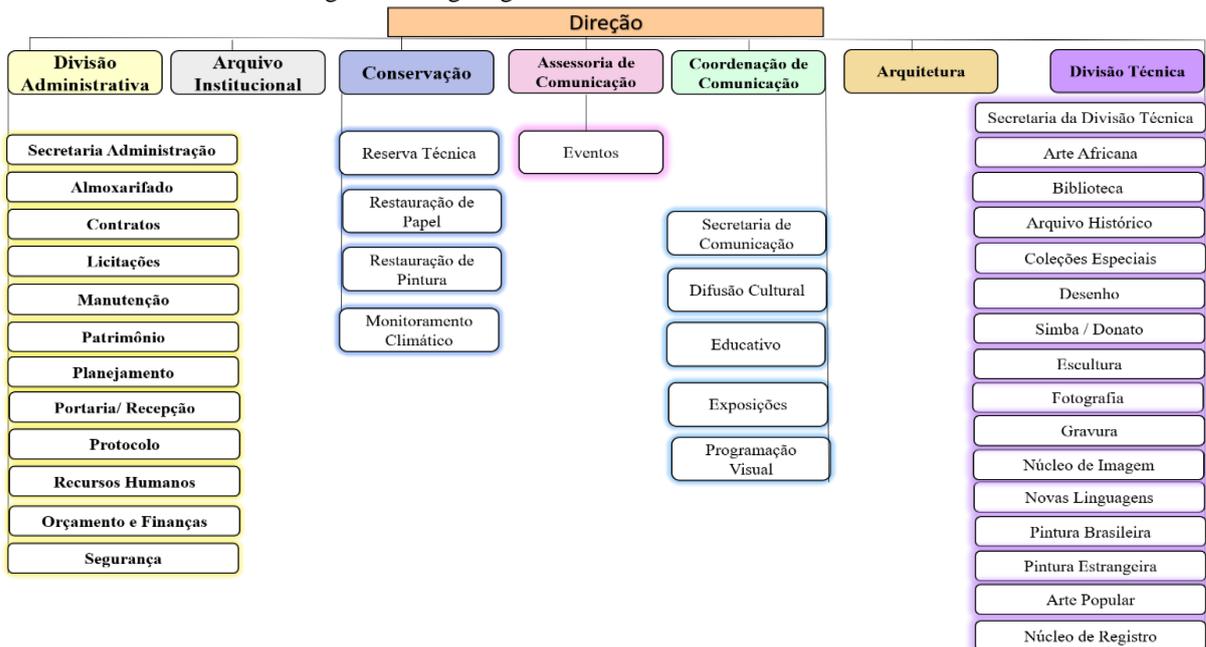
Sendo assim, replicou-se, para este estudo, a configuração desenvolvida pelo SEI, para demonstrar a organização desenhada em 2015, quando um trabalho da unidade, em conjunto com a gestão do IBRAM, implantou este recurso nos órgãos.

De acordo com este organograma, a Direção está no topo da hierarquia, e as demais áreas se encontram delimitadas e agrupadas de acordo com as competências de cada campo do saber, dentro da instituição. Portanto, conforme se pode observar na figura 2, a Direção aparece no topo da estrutura, seguida por setores que estão diretamente vinculados a ela: Arquivo Institucional (criado recentemente, não consta na projeção do SEI de 2015), Arquitetura, Assessoria de Comunicação, Coordenação de Comunicação, Coordenação de Conservação, Divisão Técnica, Divisão Administrativa.

Subordinado à Assessoria de Comunicação há o Núcleo de Eventos. Vinculadas à Coordenação de Comunicação estão: Secretaria de Comunicação, Difusão Cultural, Educativo, Exposições e Programação Visual. Na Coordenação de Conservação há a Reserva Técnica, Restauração de Papel, Restauração de Pintura e Monitoramento Climático. A Divisão Administrativa consta com o Almoxarifado, Contratos, Licitações, Manutenção, Patrimônio, Planejamento, Portaria/Recepção, Protocolo, Recursos Humanos, Segurança, Orçamento e Finanças, acrescidos da Secretaria da Administração.

Conforme também se pode observar na figura 2, o Arquivo Histórico se encontra vinculado à Divisão Técnica, a qual também inclui a Secretaria da Divisão Técnica, além dos núcleos Arte Africana, Biblioteca, Coleções Especiais, Desenho, Simba/Donato, Escultura, Fotografia, Gravura, Núcleo de Imagem, Novas Linguagens, Pintura Brasileira, Pintura Estrangeira, Arte Popular, e Núcleo de Registro.

Figura 2 – Organograma Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas unidades cadastradas pela instituição no SEI (2021).

A proposta do regimento é alterar grande parte da estrutura atual, que provém do Regimento Interno de 1982. No entanto, em razão de o novo documento ainda estar em processo de finalização e aprovação, não é possível contar com esse material para análise da estrutura atual.

Porém, observa-se uma distorção entre a própria situação atual e o que foi proposto no documento desenvolvido na década de 1980. O próprio Arquivo Histórico do Museu é uma criação posterior ao regimento, visto que sua origem é datada de 1985. Mapear e aprofundar as relações de conhecimentos estruturais foi essencial para poder remontar a importância atribuída aos documentos criados e qual lógica de preservação foi aplicada.

Delmas (2010), ao citar os arquivos como centrais na sociedade do conhecimento, aponta uma análise interessante que pode ilustrar a questão da rapidez nas dinâmicas contemporâneas: “Tudo muda o tempo todo, todas as referências tradicionais desaparecem e, ao mesmo tempo, é preciso se adaptar às novas regras que se buscam e nem sempre estão bem estabilizadas” (DELMAS, 2010, p. 9). Portanto, após tantos anos sem regimento atualizado, é compreensível que a dinâmica prática não corresponda mais à realidade do que foi oficializado no documento de 1982.

3.2 O ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES E SEUS ACERVOS

O conteúdo do acervo arquivístico do MNBA sofre com os impactos causados pela dificuldade da instituição em apresentar uma tabela de temporalidade para atividades meio, tal como uma política de gestão documental. Os entraves no estabelecimento de uma prática de cultura de tramitação documental impactam na forma como a produção, uso e guarda se refletem nas práticas realizadas rotineiramente na instituição.

O IBRAM e o MNBA têm dificuldade em dar fluidez aos mecanismos de trâmites e recolhimento. O museu atualmente busca o estabelecimento de uma rotina de gestão, com profissionais atuantes nos entraves, nas dificuldades. Uma arquivista foi destinada a adotar medidas, buscar melhorias para os acervos correntes e intermediários; enquanto a equipe do Arquivo Histórico trabalha para contribuir na organização institucional do acervo que consta em guarda permanente. Por consequência, o Arquivo Histórico Institucional é impactado por este panorama.

Com sua constituição oficial datada de 1985, o Arquivo Histórico tem, na composição dos documentos do MNBA, elementos de diferentes proveniências, devido ao fato de a instituição atual ser oriunda de duas estruturas organizacionais anteriores à sua existência. Em processos investigativos em curso, foi possível localizar o apontamento de setores de arquivos nos órgãos do passado. Entretanto, ainda não é algo que apresente clareza suficiente para confirmar a presença institucionalizada de setor especialista no tratamento do acervo de arquivo ou, de outra forma, se era apenas algum modo de existir acoplado a outro setor, como apêndice de uma biblioteca local. Assim, busca-se, neste projeto, subsídios teóricos para estabelecer as conexões existentes desde a vigência do primeiro órgão, como Academia Imperial de Belas Artes, passando para Escola Nacional de Belas Artes, até chegar ao momento atual, como Museu Nacional de Belas Artes. As figuras 3 e 4 trazem imagens atuais da Sala de Guarda do Arquivo do MNBA.

Figura 3 – Sala de Guarda do Arquivo na Reserva Técnica do Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: João Henrique do Nascimento.

Figura 4 – Sala de Guarda do Arquivo no segundo andar do Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: João Henrique do Nascimento.

Na figura 5, observa-se a historiadora Cintya Callado e esta pesquisadora, em sua atuação como arquivista no MNBA.

Figura 5 – Historiadora Cintya Callado e Arquivista Thaís Rodrigues realizando a separação de material para tratamento



Fonte: Mary Komatsu Shinkado.

O acervo do MNBA inicialmente sofreu com a falta de ordenação lógica. As investidas de soluções para os documentos permanentes institucionais com guarda no Arquivo Histórico foram realizadas por profissionais que não eram da área arquivística.

Nos anos 1980/1990 ocorreram tentativas de organização do acervo. Como informado anteriormente, essas ações contribuíram para ampliar o comprometimento da ordem dos documentos provenientes de três instituições distintas. Nota-se isto ao olhar o instrumento de pesquisa que hoje existe como listagem.

Após alguns estudos concernentes à temática arquivística, nota-se que, mesmo assuntos como princípio da proveniência, conceitos de fundo arquivístico, ordem original, organicidade, autenticidade, arranjo, descrição e indexação, ainda que muito estudados, abordados em seus variados aspectos, são questões complexas e ainda extremamente ligadas a problemas enfrentados por muitas instituições. Como um pensamento interessante quanto à disciplina arquivística, Eastwood analisa que, “se a teoria em sentido lato não é senão a análise das ideias, todos os aspectos de temas, métodos e práticas abordados pela sociedade, e pelo arquivista atuando para a sociedade, são teóricos” (EASTWOOD, 2013, p. 26).

Na década de 1990, o acervo do museu passou por um tratamento que não atende às expectativas do usuário na atualidade. Nesse sentido, houve o agrupamento de itens de proveniências diferentes, que foram colocados fisicamente na mesma pasta e notação, contendo documentos de instituições que existiram em momentos distintos na história. Isto denota que a ordem original não foi respeitada, assim como a proveniência. Os documentos foram misturados. Este fato equivocado unificou grandes períodos e originou problemas com o instrumento de pesquisa atual, pelo fato de este não garantir a recuperação exata da informação. Isso se deve não somente ao indevido tratamento arquivístico aplicado no passado, mas também à dispersão dos documentos dentro da estrutura física do órgão.

Ainda sobre o período em que a primeira tentativa de trabalho foi desenvolvida, deve-se dizer que a organização se tornou mais complexa, pelo fato de atualmente não ser possível identificar a memória das etapas de execução da organização aplicada anteriormente, nem dados quantitativos do que foi feito. Assim, há apenas o produto final, em forma de listagem.

Portanto, a listagem descritiva do acervo, o atual instrumento de pesquisa do arquivo, precisa ser revista, por não representar o espelho fidedigno da realidade dos documentos. Além disso, a organização dada também não está de acordo com a Nobrade (CONARQ, 2006), Isad(G) (CIA, 2000), Isdiah (CIA, 2008), dentre outras normativas padronizadoras e facilitadoras.

No Museu Nacional de Belas Artes, sua própria historicidade, decorrente de diversas

transformações institucionais, impactou no retrato atual do acervo. Ter existido primeiro como Academia Imperial de Belas Artes, passando por Escola Nacional de Belas Artes e, por último, Museu Nacional de Belas Artes comprometeu a compreensão da própria estrutura funcional de cada um destes órgãos.

Mais um ponto a se destacar é o fato de que o acervo institucional também é composto por outra série de detalhes fragmentados que precisam de um tratamento arquivístico. Na década de 1970, anterior à existência do Arquivo Histórico do museu, estes documentos, hoje com guarda no setor, foram submetidos a uma lógica de organização desconhecida dos funcionários atuais. Parte da documentação que existia na época foi movida para o acervo do Museu D. João VI. Ao serem analisados por meio do mapeamento de fundos, estes documentos apresentam lacunas que provavelmente seriam complementadas por aqueles dados movidos sem critério aparente. A dificuldade é conseguir entender o critério utilizado e onde conseguir localizar o registro dos parâmetros que guiaram esta decisão:

A ordem arquivística não surge como resultado de alguma obrigação inevitável que nos é imposta e que não possamos rejeitar. A ordem evidência vigente nos arquivos é produzida pela prática do *agrupamento*. Tais agrupamentos de documentos são criações; tomando por empréstimo um termo recentemente cunhado na sociologia da ciência, são *micromundos* demarcados por fronteiras escolhidas por nós – indivíduos, estrutura institucionais, etc. – e que encobrem uma profusa complexidade que também é crescente no governo e no mundo em geral. (BROTHMAN, 2018, p. 97)

O arranjo e a descrição de documentos são funções arquivísticas essenciais em acervos que perderam seus valores primários e passaram para a guarda permanente. O arranjo trabalha com o que, para muitos, em acervos correntes, é denominado como classificação. Logo, quando os documentos são recolhidos para guarda permanente, a lógica de ordenação passa a ser atribuída ao chamado arranjo.

A descrição é essencial para o estabelecimento das relações orgânicas, entendimento e criação de conexões entre as funções e espécies nos acervos permanentes. O desenvolvimento de instrumento de pesquisa é viável a partir da atividade descritiva. Sem uma descrição bem desenvolvida, a atividade de acesso aos acervos torna-se complexa. Afinal, a descrição impacta diretamente na elaboração de instrumentos de pesquisa, que são os responsáveis por permitirem a localização e, conseqüentemente, o acesso aos documentos.

A falta de um cuidado arquivístico em estágios anteriores torna o tratamento dos documentos institucionais um processo que demanda investigação sobre a própria razão de a unidade museológica existir. A elaboração de um arranjo documental está conectada diretamente com a ação de conhecer a estrutura atual e todas as transformações sofridas pelo

museu ao longo dos anos. Ter a história administrativa esclarecida, por meio de conexões com o passado que ajudem a interpretar corretamente a atualidade, é vital para a confecção de um bom arranjo e descrição.

Diante disso e com os conceitos na área, segundo os quais a melhor opção seria manter a classificação para a sistemática de arranjo, questiona-se de que forma realizar um arranjo para o acervo do MNBA e de que forma realizar a descrição desses documentos. Afinal, a falta de tradição arquivística no passado refletiu-se na inexistência de métodos que pudessem ser aplicados aos documentos quando estes ainda apresentavam valor primário.

O processo investigativo sobre o Arquivo Histórico e seu acervo arquivístico institucional passa pela busca de compreensão das complexidades inerentes ao panorama do “quebra-cabeças” que se tornaram as tentativas de solucionar a ordenação e o tratamento dos documentos do setor. Toda esta situação pode ser melhor evidenciada através do rastreamento da trajetória dos documentos, por meio do mapeamento da História Administrativa.

Para tanto, mapeou-se o percurso e as transições ocorridas desde a criação do Arquivo Histórico, em 1985. Listou-se, deste modo, as considerações sobre fatos importantes e informações consideradas de grande relevância. Salienta-se que, desde a transferência do acervo para a guarda na Biblioteca, em breve período, o Arquivo Histórico passou a ter uma gestão mais apurada, em que os profissionais responsáveis, de áreas correlatas, se preocuparam em realizar intervenções que resguardassem e oferecessem maior acesso ao acervo.

Devido a essas limitações identificadas, até pelo fato de o Arquivo Histórico na época não contar com profissionais especialistas em acervos de arquivos dentro do quadro efetivo do museu, estas medidas foram tomadas de forma pontual e intermitente, por meio de contratação de arquivistas externos, em contratos de trabalho com prazos determinados. As ações aconteceram sobretudo a partir dos anos 1990.

Após balizar todos esses aspectos de transformação, destaca-se, no quadro 3, a cronografia do Setor Histórico do MNBA.

Quadro 3 – História administrativa do arquivo histórico MNBA

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO ARQUIVO HISTÓRICO MNBA	
Ano	Marcos legais de vínculos da Instituição
1985	Criação em 1985 – anteriormente os documentos ficavam dispersos pelas diversas áreas técnico-administrativas do museu. Desde o início, foi subordinado à Coordenadoria Técnica.
1994 / 1995	Entre 1994 e 1995, o acervo ficou sob a responsabilidade do Setor de Memória Belas Artes.

1995	A partir de 1995, os documentos do setor Arquivo Histórico passou para a guarda da Biblioteca da instituição.
2010	Em 2010, ocorreu o recolhimento das fotografias do Setor Núcleo de Imagens do próprio museu.
2011	Arquivista concursada assume a responsabilidade pelo Setor Arquivo Histórico do MNBA.
2014	Primeira vaga de estágio para atuar no Arquivo Histórico e auxiliar a profissional atuante na área.
2017	Entrada de historiadora. A funcionária foi redistribuída da sede e direcionada ao setor no museu. É servidora de carreira. Foi designada para trabalhar com a arquivista, que até então era a única profissional que atuava nesta parte do acervo.
2018	Contratação, do até então estagiário, como profissional de reforço às atividades do acervo. Formou-se, então, a primeira equipe totalmente composta por pessoas especializadas em atuar no Arquivo Histórico do MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Pode-se dizer que a última década foi o período em que o setor Arquivo Histórico do museu apresentou maior estabilidade em sua gestão e em suas ações. Isto por ter agregado, ao seu quadro funcional, uma pessoa especializada e formada na área, e por ter composto uma equipe totalmente dedicada a suprir as demandas e necessidades do acervo. Por 25 anos, o setor permaneceu transitando entre as alterações nas políticas internas e as transformações no cenário geopolítico nacional, o que impactava a viabilidade de se contratar profissionais para projetos pontuais de intervenção em acervos de maior importância, no momento da disponibilidade orçamentária para a execução desses trabalhos.

Na última década, apesar de ainda haver oscilações devido aos impactos políticos de toda natureza, o fato de o museu ter um profissional fixo no seu quadro institucional, totalmente direcionado para o setor, contribuiu para aprofundar o entendimento da estrutura, colaborou na investigação de possíveis soluções e permitiu o uso de alternativas para solucionar os entraves que ainda dificultam o desenvolvimento de ações essenciais na garantia de acesso, preservação e difusão deste patrimônio histórico cultural nacional.

Ter um olhar técnico específico para as atividades arquivísticas da instituição ajuda a compreender não somente a necessidade urgente de reformular as estruturas internas de organização dos fundos e coleções do setor. Permite também identificar o perfil de quem busca por essas informações públicas sobre a arte, no panorama histórico cultural nacional, ao contribuir para o entendimento de quais acervos são mais procurados, por exemplo.

Os usuários que buscam acessar e consultar este material são funcionários do museu, curiosos em geral, estudantes de diferentes níveis de graduação e pessoas com grande apreço pelas artes como um todo. Esse público entra em contato com a instituição por *e-mail*, ligações ou presencialmente, para solicitar maiores informações sobre como viabilizar a permissão para consultar os documentos com guarda no arquivo. Além disso, há o trabalho de difusão cultural,

com agendamento visitas técnicas de grupos para apresentação do acervo. As figuras 6, 7 e 8 ilustram visitas técnicas realizadas entre 2015 e 2019.

Figura 6 – Visita técnica de bibliotecários americanos, realizada em junho de 2015



Fonte: Mary Komatsu Shinkado (2015).

Obs.: Apresentação em inglês para profissionais das instituições: Hampshire College; Librarian, Art Center College of Design Library; Art Information New York Public Library, Southern Methodist University; Frick Art Reference Library; The Getty Research Institute; Massachusetts College of Art and Design; Haskell Indian Nations University; The University of Texas at Austin; Queens College; University of Notre Dame, Metropolitan Museum of Art; MOMA; Institute of Fine Arts, NYU; Washington University – St. Louis

Figura 7 –Visita técnica de Bibliotecários e Arquivistas da Aeronáutica, realizada em 2017



Fonte: Mary Komatsu Shinkado (2017).

Figura 8 – Visita Técnica realizada em 2019, projeto Batendo Pernas na Biblioteca, com o Prof. Cataldo



Fonte: Mary Komatsu Shinkado (2019).

Antes de 2011, ano do início da gestão atual do acervo, os pedidos de acesso ocorriam em menor quantidade. O único instrumento de pesquisa era uma listagem com dados muito superficiais para as necessidades do usuário. À medida que evoluía a implantação do trabalho de mapeamento e conferência, a facilidade para localizar documentos crescia, e também se elevava o número de acessos. No entanto, ainda não era o suficiente para o aproveitamento mais efetivo deste acervo, em benefício de informações sobre a arte para a sociedade contemporânea. Este pensamento é essencial principalmente quando se tem a convicção de que “Os arquivos – como documentos – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p.18).

Para destacar os elementos considerados importantes para a compreensão dos aspectos com maior impacto na formação do Arquivo Histórico MNBA, estruturou-se, no quadro 4, as informações que configuram a formação do acervo arquivístico institucional. Nele constam dados de ocorrências com os documentos da Academia, Escola e Museu, os quais se encontram com guarda no setor.

Quadro 4 – Acervos arquivísticos no Museu Nacional de Belas Artes

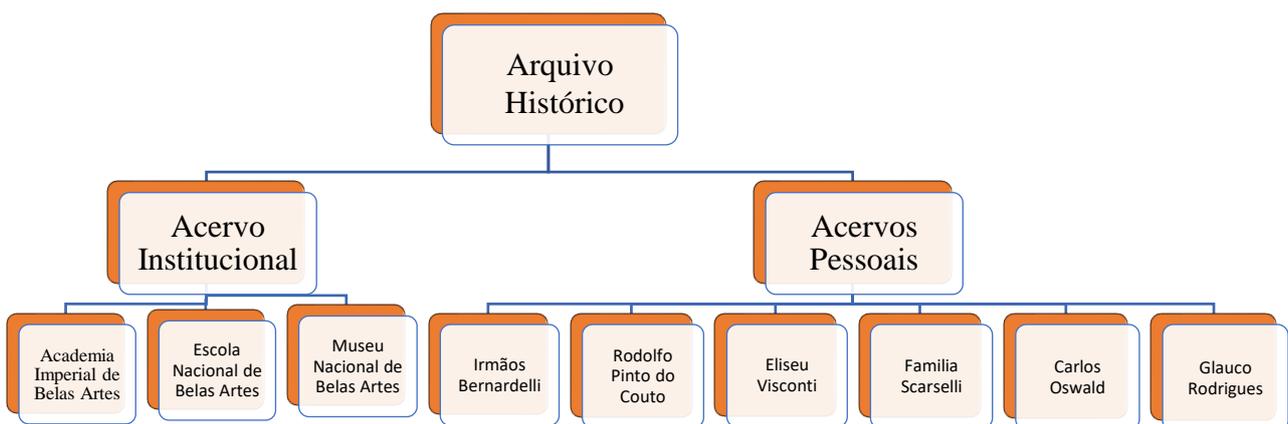
ÂMBITO E CONTEÚDO
História institucional desde a fundação; vida e obra dos artistas brasileiros do século XIX; Djanira; imagens de coleção de Pintura Estrangeira, Pintura Brasileira, Gravura Brasileira e Estrangeira, Desenho Brasileiro e Estrangeiro, Escultura Brasileira e Estrangeira, Arte Africana; algumas fotografias do escultor Rodolfo Bernardelli.
Documentos herdados do período em que funcionava como Academia Imperial de Belas Artes.
Documentos herdados do período em que funcionou como Escola Nacional de Belas Artes. Outros acervos pessoais de artistas, personalidades que apresentaram importância nas artes e cultura nacional.
Observação extra: Ocorreu uma divisão no acervo, na década de 1970, em que parte dos documentos foi remetida para a EBA – UFRJ. Não há registro de quais critérios foram utilizados para a transferência.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Na figura 9 hierarquizou-se os fundos e as coleções que integram o acervo do Arquivo Histórico do MNBA, classificando-os de duas formas distintas: Acervo institucional e Acervos pessoais. O Acervo institucional é composto por documentos ligados ao histórico do museu em sua existência como instituição.

Os Acervos pessoais estão totalmente vinculados aos acervos de artistas e personalidades das artes nacionais, em que se engloba desde doações recebidas, até itens que já constavam como legado institucional.

Figura 9 – Estrutura Acervo Arquivo Histórico MNBA



Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Este olhar mais integral sobre a historicidade, os tipos de documentos e a hierarquia de acervo ainda nunca havia ocorrido. As ações que ocorriam para o setor sempre eram planejadas e focadas em algum acervo específico institucional ou sob custódia. E a escolha era balizada

conforme demandas da gestão principal da repartição, em cada momento.

Dito isto, salienta-se que, destes acervos, organizados conforme normas arquivísticas vigentes, como Isad(G) e Nobrade, tem-se apenas a documentação de Rodolfo Pinto do Couto. Todo o resto está organizado de modo mais simples, até em razão de este setor do museu estar, há muito tempo, sem uma equipe atuando diretamente nesta parte, com um olhar focado em contribuir com essas escolhas.

Para uma melhor visualização da parte do acervo em análise neste trabalho, com novas propostas de tratamento e sistematização, destaca-se, na figura 10, a parte relacionada apenas aos documentos institucionais custodiados pelo MNBA e com guarda no Arquivo Histórico.

Figura 10 – Estrutura do Acervo Institucional MNBA



Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Até este momento da pesquisa, discorreu-se sobre as temáticas concernentes à apresentação da história, contextualização institucional do Museu Nacional de Belas Artes, sua unidade arquivística, representada pelo Arquivo Histórico, além de expor o acervo produzido no órgão. Logo, nas subseções a seguir, são apresentados e analisados os dois conjuntos documentais que impactam ativamente na estruturação deste trabalho: os acervos documentais da Academia Imperial de Belas Artes, na subseção 3.2.1, e da Escola Nacional de Belas Artes, na subseção 3.2.2.

3.2.1 História da Academia Imperial de Belas Artes

Nesta subseção aponta-se os elementos primários que contribuem na identificação arquivística deste acervo, após a apresentação de diferentes elementos, como instituição, estrutura e composição atual, que contextualizam o Museu Nacional de Belas Artes.

Para se compreender esta entidade centenária por legado institucional, remonta-se seu percurso histórico, através de pesquisa, análise, investigação de origem, suas inúmeras transformações e sua trajetória. Acredita-se que só com este panorama, através de identificação

básica e ampliada de elementos com impacto nestes acervos arquivísticos, será possível demarcar, de maneira ampla, aquilo que ainda não foi descrito.

3.2.1.1 A Escola Real de Artes e Ofícios

Criada pelo Decreto de 12 de agosto de 1816 (BRASIL, 1816), a Escola Real de Artes e Ofícios foi o primeiro projeto no país relacionado ao ensino de artes. Portanto, ela pode ser considerada como a origem da academia, escola e museu. Oriunda da “Missão Artística Francesa”, teve seu idealizador, Joaquim Lebreton, por primeiro diretor da instituição.

A intenção inicial não era que ela fosse direcionado apenas para as artes. Havia o propósito de difusão de ensino e estudos de conhecimentos das áreas de exatas, ciências naturais e físicas, consideradas estratégicas e indispensáveis para as necessidades do Brasil naquele momento. De acordo com artigo de Angélica Ricci Camargo, publicado em 2016 na *homepage* do Arquivo Nacional, dedicada à Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA):

Os estudos desses diversos campos do saber destinavam-se a atender os interesses do Estado, com o objetivo de preparar homens para os empregos públicos, além de formar especialistas em atividades técnicas como construção naval e arquitetura, até então inexistentes no Brasil. O projeto inicial de Lebreton visava estabelecer no país uma instituição nos moldes franceses dos séculos XVII e XVIII. (CAMARGO, 2016)

Apesar da publicação do decreto e das definições sobre o ensino, a instituição não chegou a funcionar efetivamente. Poucos professores lecionaram para uma pequena quantidade de alunos. Assim, a escola apresentou, além do diretor, outros nomes que integraram a “missão francesa”, como Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay, Auguste-Marie Taunay e Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny, como professores da instituição. Em pouco tempo, esta passou por nova reformulação, incluindo a troca de nome, definido por decretos.

3.2.1.2 A Imperial Academia e Escola das Bellas Artes

O insucesso na criação de uma instituição de ensino focada nas artes, ciências naturais, exatas e físicas, para a qual ocorreu pouca adesão, contribuiu para que em 1820 fossem decretadas duas novas medidas, com alteração do nome da Escola de Real de Artes e Ofícios. Em 23 de novembro de 1820, este foi alterado duas vezes: primeiro, para Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, e logo na sequência, para Academia de Artes. O decreto que determinou esta última alteração incluiu a atribuição do primeiro estatuto

institucional.

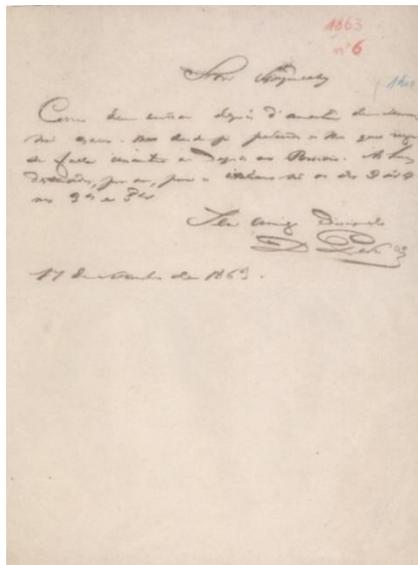
Transições políticas determinantes para o país alcançar a autonomia e independência política influenciaram em mais uma troca de nomes, convertendo a instituição Academia de Artes para Imperial Academia e Escola de Belas-Artes e, logo, em pouquíssimo tempo depois, para Academia Imperial de Belas-Artes. No entanto, o seu funcionamento ocorreu de forma deficitária até 1826, quando a escola foi transferida para uma edificação projetada por Grandjean de Montigny.

Entretanto, apenas com a publicação do Decreto de 30 de dezembro de 1831 (BRASIL, 1831), um novo regulamento foi aprovado para a instituição. Este determinou que a Academia Imperial se dedicasse, em definitivo, exclusivamente ao ensino de artes, retirando de seu quadro o ensino de ciências naturais, físicas e exatas. A partir de então a Academia se dedicou a ensinar escultura, arquitetura, pintura histórica, paisagem, além de aulas de fisiologia, anatomia e desenho.

3.2.1.3 Academia Imperial de Belas Artes

Oficialmente decretada a partir de 1826, e considerada como atividade efetiva a partir de 1831 (BRASIL, 1831), a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), objeto de estudo deste trabalho, tem como característica marcante o fato de ser uma das grandes representantes do programa para a cultura nacional, fomentado pelo imperador D. Pedro II, conforme nota-se em documentos como o apresentado na figura 11.

Figura 11 – Carta de D. Pedro II a Cândido Vianna

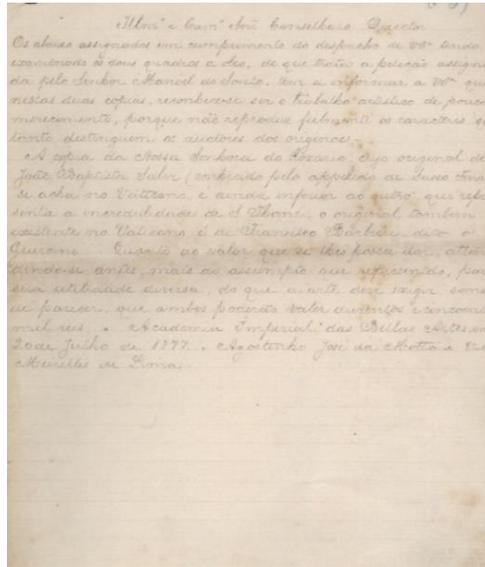


Fonte: Arquivo Histórico Museu Nacional de Belas Artes.

Obs.: Documento AI / EN 10 – D. Pedro II / Pertenceram ao Visconde de Sapucahy.

Outro documento interessante do acerto é o Parecer emitido por Agostinho José da Motta e Vitor Meirelles, ilustrado na figura 12.

Figura 12 – Parecer sobre Aquisição de Quadros emitido por Agostinho José da Motta/ Victor Meirelles



Fonte: Arquivo Histórico Museu Nacional de Belas Artes; documento identificado como AI/ EN 23.

Nomes com grande destaque nas artes nacionais frequentaram aulas, participaram de eventos ou foram integrantes da instituição, como professores ou ocupando a direção. Como forma de estruturar os personagens que estiveram à frente da AIBA como gestores, aponta-se, no quadro 5, os nomes dos diretores até 1889, antes de Rodolfo Bernardelli assumir a instituição e iniciar o que é considerada, por muitos, como a época de transição entre as instituições AIBA e a Escola Nacional de Belas Artes. A elaboração do quadro também considerou além das fontes institucionais, informações fornecidas pela ex-funcionária bibliotecária Mary Komatsu, acesso a páginas dos sites Itaú Cultural, Guia das Artes, IHGB e UFF⁴.

⁴ Sites consultados para referências de biografias: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23315/henrique-jose-da-silva>
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23073/felix-taunay>
<https://www.guiadasartes.com.br/felix-emile-taunay/obras-e-biografia>
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18773/manuel-de-araujo-porto-alegre>
<http://www.pensario.uff.br/texto/1857-1858-antonio-nicolau-tolentino>

Quadro 5 – Diretores da Academia Imperial de Belas Artes

DIRETORES DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES			
GESTÃO	DIRETOR (A)	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
1ª Gestão	Henrique José da Silva	20/11/1820 – 29/08/1834	Desenhista, ilustrador, pintor e professor de Artes Plásticas.
2ª Gestão	Félix Emilio Taunay	12/12/1834 – 08/04/1851	Pintor, professor, escritor, poeta e tradutor. Visitou a cidade do Rio de Janeiro em 1816, para acompanhar seu pai, o pintor Nicolas Antoine Taunay (1755-1830), o qual era também integrante da Missão Artística Francesa, sendo responsável por seu direcionamento para uma formação artística. Título de 2º Barão de Taunay. Assume a instituição após a morte do antigo diretor.
3ª Gestão	Job Justino D'Alcantara Barros	30/06/1851 – 22/04/1854	Arquiteto. Era vice-diretor interino. Assumiu o cargo após Taunay pedir exoneração.
4ª Gestão	Manuel de Araújo Porto-alegre	22/04/1854 – 03/10/1857	Pintor, desenhista, caricaturista, escritor, arquiteto, crítico de arte, poeta, teatrólogo, tradutor, diplomata e professor de artes plásticas.
5ª Gestão	Tomás Gomes dos Santos	23/10/1857 – 14/10/1874	Médico, político, e integrante da Academia desde 1855. Ficou licenciado desde 30/08/1871, cedendo seu lugar para posse do vice-diretor Ernesto Gomes Moreira Maia, o qual atuou até 1874.
6ª Gestão	Ernesto Gomes Moreira Maia (Diretor Interino)	1871 – 1874	Vice-diretor na gestão Tomás Gomes dos Santos, assumiu temporariamente quando o diretor esteve doente. Professor de desenho geométrico. Foi capitão honorário do exército e membro do Conselho do Imperador. Recebeu a comenda da Ordem da Rosa no grau de oficial. Elaborou reformas acadêmicas em parceria com Rodolfo Amoedo e Rodolfo Bernardelli, o que resultou na criação da Escola Nacional de Belas Artes.
7ª Gestão	Antonio Nicolau Tolentino	14/10/1874 – 17/03/1888	Integrante do Conservatório de Música. Atuante na política e serviço público. Exerceu o cargo até 1888, quando pediu exoneração em 07.03.1888, por motivo de saúde. Recebeu do Imperador D. Pedro II a comenda da Ordem da Rosa no grau de Grande Dignitário, e da Ordem de Cristo, no grau de Comendador.
8ª Gestão	Ernesto Gomes Moreira Maia	02/07/1888 – ___/11/1889	Jubilado em 30/08/1888, mas continuou na Direção. Foi o último diretor da instituição durante o período imperial. Rodolfo Bernardelli foi nomeado em 17/10/1890, sendo um diretor de período de transição entre as instituições e tornando-se o primeiro a dirigir a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

Fonte: A autora (2021), com base em documentos internos e fornecidos pela ex-funcionária, aposentada, Mary Komatsu Shinkado.

Nos anos em que esteve consolidada como Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), foram constantes as mudanças em normas internas, adaptações de disciplinas e revisões na regulamentação.

Cabe ressaltar que, ainda assim, a AIBA seguiu, até a proclamação da República, com

o estatuto regulamentado por decreto de 1850. Apenas através do Decreto nº 983 de 8 de novembro de 1890 ocorreram mudanças consideráveis, o que incluiu alteração do seu nome para Escola Nacional de Belas Artes (BRASIL, 1890).

O distanciamento temporal desses fatos históricos ajuda a perceber quais acontecimentos mais impactaram na construção da identidade arquivística do conjunto de documentos da AIBA. Logo, colabora para a análise do reflexo das relevâncias históricas sobre este acervo. É de grande valia ter uma percepção deste aspecto da historicidade, para aprofundar o processo investigativo em relação à academia. Isto posto, apresenta-se, no quadro 6, alguns aspectos importantes a serem considerados nesta trajetória institucional.

Quadro 6 – História administrativa da Academia Imperial de Belas Artes

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES	
Ano	Trajectoria
1820	Decreto de 23 de novembro de 1820, publicado por D. João VI, criava a Imperial Academia e Escola das Bellas Artes.
1826	Data em que a instituição passa a funcionar com o nome de Academia Imperial de Belas Artes e ocorre sua mudança para o prédio projetado por Grandjean de Montigny. Anteriormente, a instituição funcionava de forma precária em outro endereço.
1831	Pelo decreto de 30 de dezembro 1831, um novo regulamento foi aprovado, em que é possível perceber que a academia passava a dedicar-se exclusivamente às artes. As ciências naturais, físicas e exatas deixaram de integrar o quadro da instituição. Passaram a serem lecionadas as especialidades de pintura histórica, paisagem, arquitetura e escultura. Havia também aulas de desenho, anatomia e fisiologia, funcionando como disciplinas complementares aos quatro cursos da escola (BRASIL, 1831).
1855	Com um grande projeto de reforma educacional idealizado entre os anos 1853-1857, diversas instituições de ensino, como a AIBA, passaram por reformas. Logo, a Academia passou por um projeto reformista, que determinou transformações na instituição. Estas mudanças ocorreram no momento em que o pintor Manuel de Araújo Porto Alegre passou a ser diretor (1854-1857). O artista foi responsável pela construção de novos estatutos, oficializados pelo Decreto n. 1.603, de 14 de maio de 1855 (BRASIL, 1855).
1859	O Decreto n. 2.424, de 25 de maio, de 1859 (BRASIL, 1859) alterou vários aspectos do estatuto de 1855, instituindo divisão das aulas em diferentes turnos: curso diurno, com foco nas lições artísticas, e curso noturno, com o foco na formação prática. O período noturno fez sucesso inicialmente, no entanto, com a criação de outros cursos na Corte, este decaiu, deixando de existir em 1888.
1889	Com o fim da Monarquia e o advento da República, naquele ano o país começa a passar por vários processos de transformações políticas internas, com remodelagens das estruturas de repartições nacionais, o que incluiu um novo projeto a ser pensado para as artes nacionais.
1890	O impacto da constituição de um novo sistema político, instaurado através da mudança para República, fez com que em novembro de 1890, a instituição deixasse de ser chamada de Academia Imperial de Belas Artes, transformando-se em Escola Nacional de Belas Artes, fato instituído através da publicação de um novo decreto (BRASIL, 1890).

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Dentre os acervos institucionais, os documentos da AIBA compõem o acervo com a

menor quantidade de itens sob custódia do MNBA. As intempéries do tempo, intervenções e desfragmentação do fundo contribuíram para ampliar as dificuldades interpretativas e o desconhecimento sobre como as estruturas funcionavam. O estatutos publicados nos Decretos de 1831 (BRASIL, 1831), 1855 (BRASIL, 1855) e 1859 (BRASIL, 1859) tornaram-se as melhores fontes para compreensão da forma de funcionamento da Academia.

Os itens documentais não destinados ao Museu D. João VI, ainda sob custódia do MNBA, abrangem elementos como correspondências gerais e de personalidades, como exemplo, D. Pedro II, Pedro Américo, Antônio Nicolau Tolentino, Visconde de Sapucahy, entre outros. Há ofícios, recibos, parceres, recorte de jornal e uma gama de dados sobre o cenário das Belas Artes no período imperial. É um dos acervos mais procurados para consulta, juntamente aos documentos da AIBA e MNBA.

3.2.2 História da Escola Nacional de Belas Artes

Com o fim do período imperial e o advento da República, o governo tomou medidas políticas destinadas à difusão dos ideais do novo momento político, iniciando com reformas para o ensino e a cultura. Assim, foram publicadas medidas através de decretos, que readequavam as instituições para uma nova etapa na estrutura do Estado brasileiro. A extinção do Conservatório de música, a transferência da Academia para a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, os Correios e Telégrafos, a alteração do nome da instituição para Escola Nacional de Belas Artes, bem como a aprovação de novos estatutos, foram resultantes de todas as transformações que o país realizou por consequência de um novo momento político. O lançamento da pedra fundamental para a construção da Escola Nacional de Belas Artes está documentado nas figuras 13 e 14.

Figura 13 – Lançamento da pedra fundamental da Escola Nacional de Belas Artes, 1906



Fonte: Arquivo Histórico Museu Nacional de Belas Artes.

Obs.: F/MNBA220 – Doc° 01 – Prédios e dependências. Construção do prédio.

Figura 14 – Lançamento da pedra fundamental da Escola Nacional de Belas Artes, 1906



Fonte: Arquivo Histórico Museu Nacional de Belas Artes.

Obs.: F/MNBA220 – Doc° 04 – Prédios e dependências. Construção do prédio.

Dentre outras ações com impacto nas artes nacionais, ocorreu a criação do Conselho Superior de Belas-Artes, o qual passou a ter responsabilidade em resoluções em esferas de alta hierarquia no âmbito da escola. Isto incluía desde decisões sobre divulgação, até reformas nos métodos de ensino de artes.

Em 1891, a Lei nº 23 publicada em 30 de outubro (BRASIL, 1891), reorganiza novamente os serviços da administração federal, extinguindo a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, os Correios e Telégrafos, e subordinando a ENBA ao Ministério

da Justiça e Negócios Interiores.

Internamente, desde a transição do período da academia, a escola, em si, passava por muitos conflitos de linhas de pensamento entre catedráticos que divergiam quanto aos estilos de seus modelos práticos a serem adotados no ensino das artes. Modernistas e positivistas, em lados distintos, aproveitavam todas as mudanças para tentar modificar ou manter as influências de seus estilos de pensamento em suas práticas de ensino artístico na instituição. Ainda assim, mesmo sendo possível observar esse cenário institucional de nuances diversificadas, nos primeiros anos não se pôde notar expressivas mudanças na forma de a nova instituição proceder na educação artística que ofertava para a sociedade.

Em um artigo publicado no *site* de Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) do Arquivo Nacional, GABLER (2019) aponta Eliseu Visconti, França Júnior, Henrique Bernardelli, Rodolfo Bernardelli, Rodolfo Amoedo e Zeferino da Costa como os professores modernos, que “defendiam a renovação do modelo acadêmico francês em vigor e que a escola deveria ensinar, exclusivamente, as belas-artes” (GLABER, 2019). Enquanto os educadores identificados como positivistas, e que não desejavam maiores alterações no método de ensino, seriam Montenegro Cordeiro, Decio Villares e Aurélio de Figueiredo. Ambas as linhas de pensamento seguiram internamente até a década de 1930, período em que o Conselho Superior de Belas Artes é dissolvido e a ENBA é integrada à Universidade do Brasil, posteriormente chamada UFRJ.

Entre outras questões interessantes, com relevância histórica, cabe apontar a dissolução do Conselho Superior de Belas Artes, nos anos 1930, em mais uma tentativa de modernizar a metodologia educacional da instituição, bem como fortalecer o cargo de direção. Além de tudo, a presença do arquiteto Lúcio Costa na direção deu destaque aos artistas com perfil de arte moderna.

O diretor foi responsável por reestruturar premiações, alterou o nome das Exposições Gerais de Belas Artes para Salões Nacionais de Belas Artes em 1933, e criou uma comissão responsável pela sua organização. Dentre os nomes que integravam esta comissão estavam os de Portinari, passando por Anita Malfatti e Manuel Bandeira. Muitas dessas personalidades não só integraram a instituição atuantes na docência, mas também foram gestores, ocupando o cargo de direção na escola.

Para melhor exposição dos perfis envolvidos nas decisões do órgão, foi elaborado o quadro 7, com os nomes dos diretores e seus respectivos períodos à frente dos cargos, com o objetivo de mapear transições, conexões e períodos. A elaboração do quadro também considerou além das fontes institucionais, informações fornecidas pela ex-funcionária

bibliotecária Mary Komatsu, acesso a páginas dos sites Itaú Cultural, Escritório de Arte, Dezenovevinte, E-Biografia, e UFRGS⁵.

Quadro 7 – Diretores da Escola Nacional de Belas Artes

DIRETORES DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES			
GESTÃO	DIRETOR (A)	PERÍODO	EXERCÍCIO
1ª Gestão	Rodolfo Bernardelli	14.11.1890 – 21.05.1915	José Maria Oscar Rodolfo Bernardelli y Thierry foi escultor e professor de artes plásticas, com algumas poucas incursões entre a pintura e o desenho. Famoso por suas obras tumulares. Irmão dos artistas Henrique Bernardelli e Félix Bernardelli. Responsável pelo período de transição entre Academia e Escola. Ficou por 25 anos na direção.
2ª Gestão	Rodolfo Amoedo (Diretor Interino por três vezes)	03.08.1893 – 02.07.1894 25.05.1896 – 06.08.1896 06.06.1899 – 08.05.1900	Pintor, professor de artes plásticas. Foi vice-diretor em 11.02.1893, exercendo por três vezes o cargo de diretor interino. Deixou a ENBA em 1905. Foi Membro do extinto Conselho Superior de Belas Artes em diversas ocasiões, como secretário. Contribuiu, em parceria com Rodolfo Bernardelli, na reforma da escola.
3ª Gestão	João Baptista da Costa	21.05.1915 – 20.04.1926	Desenhista, pintor e professor de artes plásticas. Um dos grandes pintores brasileiros de paisagem. Trabalhou como diretor da ENBA de 1915 até a sua morte em 20 abril de 1926.
4ª Gestão	José Marianno Filho	19.06.1926 – 09.06.1927	Médico e historiador de arte. Escritor, crítico de arte e arquitetura. Defendia o estilo arquitetônico neocolonial, o que causou impacto entre arquitetos e estudantes da ENBA. Após exercer o cargo de diretor, manteve-se combativo às medidas e posturas de Lúcio Costa, Diretor da ENBA de 1930 a 1931.
5ª Gestão	José Octávio Corrêa Lima	09.06.1927 – 08.12.1930	Escultor e professor de artes plásticas, foi discípulo de Rodolfo Bernardelli. De estilo clássico, foi vencedor de vários prêmios, como o primeiro lugar em concurso da Marinha, o qual lhe concedeu a oportunidade de realizar uma escultura na Praça Paris (RJ). Ao deixar a direção da escola, foi nomeado presidente de honra da Sociedade Brasileira de Belas Artes do Rio de Janeiro.

⁵ Sites consultados para referências de biografias: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22066/rodolfo-bernardelli>

<https://www.escritoriodearte.com/artista/rodolfo-bernardelli>

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21342/rodolfo-amoedo>

<https://www.escritoriodearte.com/artista/joao-baptista-da-costa>

https://www.ufrgs.br/acervopbsa/autor_/baptista-da-costa-joao/?view_mode=masonry&perpage=12&paged=1&order=DESC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_17&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=256&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN

http://www.dezenovevinte.net/criticas/la_jmarianno.htm

https://www.ebiografia.com/lucio_costa/

https://www.ebiografia.com/lucio_costa/

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa408608/arquimedes-memoria>

6ª Gestão	Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa	08.12.1930 – 10.09.1931	Arquiteto, urbanista e conservador do patrimônio. Responsável pelo plano-piloto da cidade de Brasília, atual capital do país. Ex-aluno da instituição, formou-se na ENBA em 1924. Adotou o modernismo, realizando grande transformação no ensino da escola, com a demissão de antigos professores, para então contratar outros, de orientação moderna.
7ª Gestão	Arquimedes Memória	19.09.1931 – 12.03.1938	Arquiteto, ex-aluno da ENBA e professor. Desde 1920 atuou na instituição, lecionando nas cadeiras de desenho de ornatos, elementos de arquitetura e composição de arquitetura. Atuou como diretor pela primeira vez, de 1931 até 1934. Afastado por pressão de professores contrários à tentativa de modernização do ensino na instituição. Foi reconduzido ao cargo em 1938.

Fonte: A autora (2021), conforme informações obtidas por documentos internos e fornecidos pela ex-funcionária, aposentada, Mary Komatsu Shinkado.

O perfil polêmico de Lúcio Costa fê-lo permanecer por pouco tempo na direção da escola. Com isso, Memória assumiu o posto até 1934. Há muitas informações desconhecidas sobre o período em que Arquimedes Memória deixou a direção, em 1934. As oscilações ocorridas no período registram o retorno dele, por meio de recondução ao cargo, apenas em 1938. Este foi um período de muita efervescência, de conflitos internos entre direção e professores, que reflete, portanto, a dificuldade de se entender as instabilidades latentes numa mesma posição quanto a este período.

Assim, a decisão de apresentar o histórico dos diretores da instituição até o ano de 1931 deve-se aos dados disponíveis sobre a legislação publicada na época. Nota-se que este foi um período de transição, assim como ocorreu na época em que a AIBA mudou para ENBA.

Nesse período de gestão, notou-se grande influência das relações entre os gestores, com impacto na remodelagem da ENBA e surgimento do MNBA. Isto pode ser verificado em muitas referências em que se nota a presença de múltiplos pensamentos influentes, com destaque para o embate entre modernistas e acadêmicos, até os tempos da direção do Professor Alfredo Galvão. Curiosamente, este foi o primeiro diretor na Escola, e posteriormente atuou à frente do Museu.

Mesmo após a incorporação por completo da Escola Nacional de Belas Artes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nota-se alguma convergência entre a antiga escola e o novo museu. Apesar de o decreto de incorporação da ENBA pela UFRJ ter sido publicado em 1931 (BRASIL, 1931a), observa-se a manutenção de conexões, principalmente devido ao fato de a escola permanecer no mesmo espaço físico até 1975, data em que se mudou, em definitivo, para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. Isto é notado nos documentos em que são encontrados elementos relacionados a personalidades que fizeram parte do histórico

institucional.

A trajetória histórica da escola consegue ser identificada em muitos documentos e nas ambiguidades de ordenação do pretérito, talvez pela dificuldade em se estabelecer um raciocínio lógico através da linha temporal contínua, visto que as muitas ações desenvolvidas pela escola foram mantidas como padrão. Isto inclui eventos, premiações, como as Exposições Gerais de Belas Artes, os prêmios de viagem ao exterior, os quais eram concedidos a pintores acadêmicos, e cujas premiações se mantiveram mesmo após a instituição anterior ter se transformado em ENBA. Sendo assim, observa-se como as conexões entre Academia, Escola e Museu são constantes. De forma a facilitar a compreensão dos diversos fatos destacados e que impactaram na história da escola e, conseqüentemente, na constituição do acervo, desenvolveu-se o quadro 8, em que se apresenta as transformações ocorridas no decorrer dos anos.

Quadro 8 – História administrativa da Escola Nacional de Belas Artes

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES	
Ano	Trajectoria
1890	– Criação da Escola Nacional de Belas Artes através do Decreto nº 983 de 8 de novembro de 1890 (BRASIL, 1890), por consequência das transformações ocorridas no cenário político cultural do país, com o a proclamação da República. – Este mesmo decreto foi responsável por criar o Conselho Superior de Belas-Artes, o qual ficou com a responsabilidade de tomada de decisões superiores no âmbito da escola, tais como reformas do ensino artístico, além de sua propagação e aperfeiçoamento, entre outras atribuições.
1891	Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891 (BRASIL, 1891) promoveu a reorganização dos serviços da administração federal, incluindo a Escola Nacional de Belas-Artes, a qual passou ser subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
1894	Com o advento da nova instituição, são restabelecidos alguns concursos do período da Academia, como as Exposições Gerais de Belas Artes, promovidas anteriormente de forma intermitente a partir 1840, no Rio de Janeiro. Durante o período imperial foram realizadas 26 edições da mostra até 1884. Após uma década suspensas, voltaram a ser realizadas em 1894.
1901	Decreto n. 3.987, de 13 de abril de 1901 (BRASIL, 1901), responsável por aprovar o regulamento da Escola Nacional de Belas-Artes e criar o Conselho Escolar. Este último era responsável por aprovar os programas de ensino e o conteúdo de concursos e exames, regular horário de professores, definir premiações a docentes e alunos, entre outras atividades pedagógicas e administrativas.
1908	Transferência da escola para edifício projetado por Adolfo Morales de Los Rios, onde atualmente funciona o MNBA, na avenida Rio Branco, antiga avenida Central, como parte de um projeto de modernização na capital, durante a gestão do ex-prefeito Pereira Passos.
1911	Decreto n. 8.964, de 14 de setembro de 1911 (BRASIL, 1911). Neste decreto há a incorporação de determinações da reforma educacional conhecida como Reforma Rivadávia Corrêa. A mesma ficou conhecida por acabar com a exclusividade do governo na criação de instituições de ensino superior, com equiparação dos cursos privados aos administrados pela União. Definiu normas comuns aos estabelecimentos de ensino.
1915	Reorganização da ENBA, instituída pelo Decreto n. 11.749, de 13 de outubro de 1915 (BRASIL, 1915). A instituição não tinha sofrido alterações consideráveis em sua estrutura, após a publicação da Reforma Carlos Maximiliano, que reestruturou os ensinos secundário e superior na República, no início do ano.
1925	Reforma educacional estabelecida pela Lei Rocha Vaz, medida responsável pela criação de novos órgãos, como o Conselho Nacional de Ensino. Este contava com subdivisões, sendo importante destacar

	a participação da direção da Escola Nacional de Belas Artes, como alguns dos integrantes, no Conselho do Ensino Artístico.
1930	Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930 (BRASIL, 1930), responsável por criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, como consequência da desintegração das competências do Ministério da Justiça e Negócios Interiores relacionadas a essas áreas.
1931	Decreto n. 19.627, de janeiro de 1931 (BRASIL, 1931b), dissolve o Conselho Superior de Belas Artes. Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931a), incorpora a Escola Nacional de Belas-Artes à UFRJ.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Os documentos arquivísticos da Escola Nacional de Belas Artes, custodiados pelo Museu Nacional de Belas Artes, são atualmente considerados como os de maior procura por acesso, tanto pelos consulentes internos como aos externos à instituição. Os acessos ocorrem não somente objetivando a realização de pesquisas acadêmicas ou gerais, mas também em momentos em que a gestão museal usa o acervo para compor exposições promovidas na repartição.

Assim, há uma memória histórica de muitas mudanças e transformações. Por esta razão, é possível notar, através dos documentos presentes no Arquivo Histórico, o benefício ao se desenvolver uma forma de estabelecer as conexões temporais entre essas informações históricas, como no quadro 8. Esta medida deve facilitar a sistematização do contexto do acervo. Relacionar a trajetória, os fatos marcantes e as características do legado documental da escola pode e deve contribuir para a oferta de dados de apoio nas pesquisas solicitadas pelos pesquisadores, em seus acessos ao acervo da ENBA.

Nomes de personalidades como os dos irmãos Bernardelli, Lúcio Costa, Zeferino da Costa, Rodolfo Amoedo, entre outros, encontram-se em registros documentais como ofícios, fichas de inscrições, recibos e outras correspondências contidas nos itens deste acervo arquivístico.

3.2.3 Mudanças nos nomes da instituição ao longo do tempo

A exposição de variadas perspectivas ajudou a compor as circunstâncias para a demonstração da complexidade que foi a elaboração desta pesquisa. As constantes oscilações na historicidade da instituição estimularam a construção de uma linha temporal, para trazer clareza à trajetória institucional desde sua criação, com afluência de todas as transições realizadas até sua consolidação enquanto Museu Nacional de Belas Artes.

Na figura 15 inclui-se, então, a esquematização da temporalidade a partir da primeira instituição, com a Escola Real de Artes e Ofícios, no período de D. João VI, até os dias atuais.

Figura 15 – Mudanças no nome da instituição ao longo do tempo



Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Os variados órgãos focados na estruturação das artes nacionais e seu respectivo ensino em solo brasileiro nunca existiram de maneira concomitante. Sempre que um decreto criava um órgão, o anterior deixava de existir e seguia com a nova denominação, determinada pela legislação. Às vezes, em um único dia, poderiam ocorrer duas publicações com igual finalidade, alterando o nome da estrutura seguidamente. Esta experiência no levantamento de dados para a pesquisa, foi evidente e preocupante na própria forma de facilitar a difusão de dados quanto à história institucional.

Assim, esta esquematização contribui não somente para a pesquisa atual. Ela facilita os processos investigativos futuros, ao concentrar, em um único lugar, os dados relativos a todas as sucessões hierárquicas institucionais do museu.

Houve muita dificuldade em se alcançar esta clareza. Para se chegar a este esquema, foi preciso consultar, mapear decretos desde o início, e muita leitura nas mais variadas fontes de pesquisa. O desenvolvimento envolveu acesso a publicações, jornais e *homepages* que abordam as artes na estrutura do Estado brasileiro.

É necessário também que o museu possa reconhecer sua própria historicidade, para repassar sua cultura histórica e artística para a população e pesquisadores.

4 PROPOSTA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO PARA OS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MNBA

Apresenta-se, neste capítulo, uma proposta para a construção empírica do Quadro de Arranjo dos documentos institucionais presentes no acervo arquivístico do Museu Nacional de Belas Artes. Dando sequência à lógica exposta nesta pesquisa, aborda-se os acervos das duas coleções que integram o acervo institucional: a Academia e a Escola Nacional de Belas Artes, tendo em vista que o MNBA tem origem a partir destas primeiras instituições, além da proposta de arranjo para o próprio Museu em si.

4.1 ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES

Os documentos da Academia Imperial de Belas Artes passaram por ordenações que interferiram na estrutura de suas relações hierárquicas. Apresentou-se então, por desafio, conseguir estabelecer critérios que remontassem minimamente a viabilidade de compreensão lógica de como a instituição funcionava desde o início de sua existência. Há alguns estudos e publicações que colaboraram parcialmente, neste aprofundamento de análise das relações. Dentre eles, destaca-se a legislação, revisão da conferência de itens do acervo e acesso a fontes documentais custodiadas.

A proposta para o quadro de arranjo da Academia Imperial de Belas Artes delineou-se em dois níveis, com mensuração das características de informações predominantes nos itens sob a responsabilidade do Arquivo Histórico do MNBA. O quadro 9 estabelece dados importantes que impactaram na escolha de aplicação técnica a ser utilizada.

Quadro 9 – Panorama do acervo da Academia Imperial de Belas Artes

Acervo da Academia Imperial de Belas Artes
Itens relacionados às atividades administrativas, técnicas artísticas e culturais da instituição.
Apresenta nomes de enorme importância da história nacional, tanto de artistas, como políticos e grandes personalidades da época, como por exemplo, D. Pedro II, D. João VI, Lebreton, Taunay, Debret, Montigny, Pedro Américo, General Osório, dentre outros.
Documentos do período da Academia Imperial de Belas Artes datados de 1802 a 1890.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Aproveita-se esta sistematização de dados para enfatizar os impactos relevantes sobre a

contextualização dos documentos arquivísticos da AIBA custodiados pelo setor. Após avaliar a atual organização interna do acervo, pode-se refletir sobre o fato de as informações sobre o funcionamento da AIBA e sua estrutura organizacional serem melhor representadas pelos estatutos publicados pelo Decreto de 30 de dezembro de 1831 (BRASIL, 1831), Decreto nº 1.603 de 14 de maio de 1855 (BRASIL, 1855) e Decreto nº 2.424 de 25 de maio de 1859 (BRASIL, 1859).

O avanço da pesquisa aguçou a percepção de que a quantidade de documentos custodiados no MNBA configura uma coleção e não um fundo de arquivo, como reflexo da fragmentação do fundo, tão discutido nos conceitos de Millar (2015).

Outra problemática observada refere-se às ações de inventariado anteriores, executadas já como Museu Nacional de Belas Artes. Alguns documentos estão com uma datação que não confere com o período de funcionamento da Academia. Portanto, nestes casos, a organização deverá colocar os elementos em sua temporalidade correta. Quanto aos itens não datados, assume-se deixá-los conforme a ordenação que lhes foi dada no passado, em continuidade à posição em que foram guardados.

Na figura 16 se delinea a proposta de quadro de arranjo para a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA).

Figura 16 – Proposta de quadro de arranjo para Academia Imperial de Belas Artes



Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

A proposta de quadro de arranjo para a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) está construída em dois níveis: Nível 1, para o Produtor, e Nível 3, para suas Funções. O critério estabelecido para o terceiro nível foi desenvolvido após análise de textos, dos estatutos localizados com publicação na época, planilhas e documentos que remontam a estrutura administrativa, com reinterpretação para os dias atuais. Em razão de ser um órgão definido por Decreto em 1820, com o foco no ensino das artes, além de sua difusão, estabeleceu-se conexões entre os modelos do passado e o atual, para conseguir balizar interpretação que pudesse ser a

mais próxima da realidade possível.

Descrição Nível 1 – Produtor

O primeiro nível descritivo foi construído para ofertar dados sobre o produtor e o seu acervo. Nele são apresentadas informações que permitem a leitura de acontecimentos históricos importantes sobre a trajetória institucional da Academia Imperial de Belas Artes e mensuração. Viabiliza ao leitor conhecer a história arquivística dos itens custodiados, fornece informações sobre o âmbito e conteúdo, com apontamentos de fatos importantes que impactaram na composição do acervo. Ademais, relaciona a outras fontes a interligação do acervo descrito, para subsidiar maior detalhamento aos pesquisadores que busquem acessar esta fonte de consulta.

4.1.1 Coleção Academia Imperial de Belas Artes

Nível 1

Quadro 10 – Descrição AIBA – Nível 1 – Coleção

COLEÇÃO ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 1	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA AIBA	
Título: Academia Imperial de Belas Artes	
Data(s): 1802 – 1890 (produção)	
Nível de Descrição: (1) Coleção	
Dimensão e Suporte: Textual. Fotográfico. 1,13 metros lineares.	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) (1826-1890)	
<p>História administrativa/ Biografia: Criada por decreto oficial de 1826 e com efetiva atividade apenas a partir de 1831, a instituição foi apresentada pelo imperador D. Pedro II como um dos mais importantes representantes de seu programa para a cultura nacional. Foi sucessora de outros dois projetos que buscavam fomentar as artes nacionais, iniciado primeiro com a Escola Real de Artes e Ofícios (decreto de 12 de agosto de 1816) e substituída pela Imperial Academia/ Escola das Bellas Artes) através do decreto de 23 de novembro de 1820,</p> <p>Em 1826, ocorreu mudança de instalações para o prédio projetado por Grandjean de Montigny, com melhoria de estrutura. Já em 1831, o Decreto publicado em 30 de dezembro desse ano, aprovou novo regulamento, no qual foi possível perceber que a Academia passava a dedicar-se exclusivamente às artes, excluindo as ciências naturais, físicas e exatas do quadro de ensino da instituição. Além disso, foram inclusos o ensino das especialidades de pintura histórica, paisagem, arquitetura e escultura. As aulas de desenho, anatomia e fisiologia funcionavam como disciplinas complementares aos quatro cursos da escola.</p> <p>Entre os anos de 1853 e 1857, o país passou por idealizações de projetos de reformas educacionais para</p>	

o ensino brasileiro. Assim sendo, a AIBA, como uma das várias instituições de ensino presentes no país, passou a integrar um projeto reformista, o qual determinou transformações na instituição. Estas mudanças ocorreram quando o pintor Manuel de Araújo Porto Alegre assumiu a direção (1854-1857) e exerceu a responsabilidade pela construção de novos estatutos, oficializados pelo Decreto n. 1.603, de 14 de maio de 1855 (BRASIL, 1955).

Este mesmo estatuto criado em 1855, foi modificado pelo Decreto n. 2.424 de 25 de maio de 1859 (BRASIL, 1859). Uma reformulação, que instituiu que dividiu o curso, com aulas em turnos distintos: curso diurno, com foco nas lições artísticas; e curso noturno, com foco na formação prática. Posteriormente, o horário noturno foi abolido, deixando de existir em 1888.

O fim da Monarquia e o advento da República, em 1890, contribuíram para o país começar a enfrentar novos processos de transformações políticas internas. Isto impactou na remodelagem das estruturas de repartições nacionais, incluindo a renovação do projeto a ser pensado para as artes nacionais. Logo, a constituição de um novo sistema político impactou em mudança para um novo momento político: a República. Devido a este fato, ocorrido em novembro de 1890, a instituição deixou de ser chamada Academia Imperial de Belas Artes e foi rebatizada como Escola Nacional de Belas Artes. Esta instituição deu-se através da edição de um novo decreto.

Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes

História arquivística: Os documentos produzidos pela Academia Imperial de Belas Artes se encontram sob custódia do Museu Nacional de Belas Artes. No decorrer da trajetória institucional, estes documentos permaneceram como legado para instituições posteriores, que sucederam e substituíram a função do órgão anterior. Atualmente, o que há é uma coleção e não a totalidade dos documentos que foram produzidos pela instituição. Esta situação é consequência das perdas naturais do tempo, problemas de preservação e/ou desgastes naturais, além das interferências políticas institucionais que colaboraram para a fragmentação do fundo institucional deste acervo. Portanto, registramos, por exemplo, a localização de uma parte do acervo da AIBA sob a guarda no Museu D. João VI, como resultado de uma divisão documental realizada na década de 1970 pelos responsáveis pela gestão de acervos no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e UFRJ, na época. O MNBA atual ainda continua em busca dos parâmetros que serviram de base para que ambas as instituições estabelecessem esta divisão, a qual fragmentou definitivamente o fundo deste acervo.

Sobre as datas de alguns itens documentais deste acervo, ponderamos que se apresentam alguns elementos cronologicamente anteriores à criação da Academia, como alguns poucos documentos da Missão Artística Francesa. Outro ponto a se ressaltar está na ordenação adotada nos anos 1990. A listagem, instrumento de pesquisa originária dessa organização, reflete um ponto sensível a destacar, que se refere à localização de documentos datados posteriormente à época da existência da instituição. A administração pública criou e extinguiu o órgão por meio de Decretos. No entanto, a organização do acervo na década de 1890 reuniu, em uma mesma pasta, documentos de períodos distintos. Um aspecto que possibilita encontrar, nesse acervo, documentos que poderiam ser considerados como parte integrante do órgão que sucedeu a Academia Imperial de Belas Artes.

Procedência: Documentos produzidos e acumulados institucionalmente pela Academia Imperial de Belas Artes, durante seu período de funcionamento. Documentos sob custódia do Museu Nacional de Belas Artes, recebidos por legado.

Área de conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo: Os estatutos publicados em 1830, 1855 e 1859 apresentam, em seu escopo, a Academia Imperial de Belas Artes focada em lecionar artes, através do exercício de funções específicas da área de educação, além da prática de promoção de concursos para alunos e acadêmicos. Nota-se, além disso, funções estabelecidas para o desenvolvimento de rotinas administrativas, com profissionais técnicos contratados, conservadores, secretariado e pessoal de segurança, apontados como integrantes do quadro. Devido à fragmentação do acervo, os itens desta coleção, que se apresentam sob custódia do MNBA, refletem um conjunto com característica forte de ausências de alguns registros documentais. Portanto, em sua composição constam alguns dos documentos produzidos na administração durante a gestão, como recibos, atas, correspondências de D. Pedro II a Cândido Vianna relativas a questões administrativas, recibos de quadros. E sente-se a falta de maior constância de outros itens, como os relacionados a pagamento de pessoal, por exemplo. Para a conservação, observa-se pareceres de avaliações quanto ao estado de obras, documentos de aquisição, entre outros. A área técnica é representada por ofícios, pareceres técnicos, relatórios de obras a serem colocadas em exposição. Grande parte da documentação demonstra como as atividades da área técnica podem se confundir, nesse momento, com as de educação e administração. Isto pelo fato de muitas das funções estarem interligadas às intencionalidades das práticas finalísticas.

Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.

Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Idiomas: Português, Francês, Alemão
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Academia Imperial de Belas Artes; Acervo Institucional; AIBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Descrição Nível 3 – Funções

Para o nível 3, optou-se pela forma de descrição pautada nas funções de áreas encontradas nos estatutos da época:

Administração: Por abarcar responsabilidade na gestão de contratos dos profissionais (inclui-se professores), bens e serviços para a instituição. Atuação direta na parte mais burocrática das rotinas de qualquer instituição.

Área Técnica: Por concentração de uma rotina que inclui atuação direta nas responsabilidades de realizações de exposições, difusão artística ao grande público e eventos de artes da

Academia.

Educação: Por se tratar principalmente de uma instituição criada para a finalidade de ensinar. As cadeiras criadas em decreto, no ato da formalização da fundação da instituição, preveem, desde o início, o objetivo de difundir a prática do ensino das técnicas artísticas definidas.

Conservação: Devido à previsão, em estatuto, da presença de profissionais atuantes nesta área, com o objetivo de exercerem atividades relacionadas à conservação e restauração de obras de arte nos seus mais variados formatos, além de manterem ações efetivas para restauração e preservação dos acervos.

Nível 3

Quadro 11 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Administração

COLEÇÃO ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA AIBA ADM	
Forma autorizada do nome: Administração	
Data(s): 1802 – 1890 (produção)	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Academia Imperial de Belas Artes	
Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes	
<p>História arquivística: A Academia Imperial de Belas Artes foi criada para ser uma instituição educacional, através do fomento do ensino das artes, estabelecida por decreto e estatuto regulamentado nos anos de 1855 (BRASIL, 1855) e 1859 (BRASIL, 1859). Nos atos regulamentadores, há o apontamento de direção, serviços de secretariado, portaria, guarda e uma polícia acadêmica, com atuação em situações de eventual desacato interno ou transgressão de normas. O atual acervo custodiado não contém documentos administrativos relativos a esta particularidade de repreensão prevista em estatuto.</p> <p>Quanto aos processos de sucessões institucionais, o acervo caracteriza-se por constantes transformações normativas, além dos impactos causados por uma divisão dos itens documentais, fato ocorrido na década de 1970, envolvendo o Museu Nacional de Belas Artes e a UFRJ.</p>	
Área de conteúdo e estrutura	
<p>Âmbito e conteúdo: Formado por documentos que refletem as funções administrativas da AIBA. Apresenta, em sua composição, a parcialidade de alguns dos itens produzidos pela área na execução das atividades. Isto se deve à fragmentação do acervo e à dificuldade de se remontar a estrutura responsável pelas ações de rotina, como contratação e pagamento de pessoal, pagamento de contas de todo tipo, para manutenção do funcionamento da instituição, entre outros procedimentos próprios da gestão de um setor de administração. Localizam-se documentos como recibos, balancetes, atas, alguns documentos com determinações assinadas por D. Pedro II, recibos de quadros, comprovantes de pagamentos, transações financeiras com obras de artes. Sente-se a carência de maior constância quanto a itens como os relacionados a pagamento de pessoal, contratos gerais, explicada pela</p>	

forma de legado do acervo no decorrer do tempo.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Academia Imperial de Belas Artes; Acervo Institucional; AIBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 12 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Área Técnica

COLEÇÃO ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA AIBA ATEC
Forma autorizada do nome: Área Técnica
Data(s): 1802 – 1890 (produção)
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Academia Imperial de Belas Artes
Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes
História arquivística: Classe documental caracterizada por peculiaridades resultantes das transformações

<p>institucionais. As intervenções, constantes alterações de métodos de gestão organizacional, e sucessão de órgãos responsáveis pelo acervo, além da divisão dos itens documentais, ocorrida na década de 1970 entre o Museu Nacional de Belas Artes e a UFRJ, causaram a fragmentação do fundo. Essas e outras ações, no decorrer do tempo, prejudicaram a identificação dos critérios utilizados na seleção dos documentos e na divisão deste acervo.</p> <p>Ao final de cada ano, realizavam-se exposições públicas, incluindo premiações, as quais aceitavam tanto alunos como candidatos estrangeiros ou de fora da instituição. O evento durava alguns dias, e muito da documentação referente aos trâmites técnicos não se encontra custodiado neste acervo. Há fragmentos de dados dos concursos, além de alguns itens relacionados aos trabalhos das comissões. Além disso, a previsão de bibliotecário para atuação na academia, de acordo com os estatutos, não deixou legado da documentação dessas atividades para o acervo arquivístico atual.</p>
Área de conteúdo e estrutura
<p>Âmbito e conteúdo: Consta, em sua composição, a parcialidade de alguns dos itens produzidos pela área técnica da Academia Imperial de Belas Artes durante a execução das atividades com esta função. Representada por itens como pareceres técnicos, relatórios de obras em processos de participação em exposições, até ofícios com nomes de personalidade, como um emitido pelo Marquês de Olinda para o Diretor da instituição, solicitando alteração na data de uma exposição. Grande parte da documentação permite notar como as atividades da área técnica se confundiam, na época, com outras funções existentes na academia, como educação e administração. Justifica-se esta confusão em razão de várias funções se interligarem nas intencionalidades das práticas finalísticas.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
Área de condições de acesso e uso
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.</p>
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
Área de controle da descrição
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Academia Imperial de Belas Artes; Acervo Institucional; AIBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 13 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Conservação

COLEÇÃO ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA AIBA CONSER	
Título: Conservação e Restauração	
Data(s): 1802 – 1890 (produção)	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Academia Imperial de Belas Artes	
Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes	
<p>História arquivística: As atividades de conservação e restauração de documentos geram documentos responsáveis pelo estabelecimento de métodos e rotinas a serem adotados nos cuidados com obras e itens de acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Área normatizada em estatuto próprio para a AIBA. Nota-se, no atual acervo documental, carência de alguns itens que registrem a rotina da área na época. Há lacunas quanto a relatórios sobre a forma de guarda, a estudos de restauração de obras e escritos quanto aos métodos adotados na aplicação de técnicas de conservação, que permitam entender o funcionamento de ações características do exercício prático da área na época.</p> <p>Tal como em outras séries desta coleção, a fragmentação do fundo, resultante de múltiplas transformações estruturais e de gestão, além da divisão do acervo entre UFRJ e MNBA na década de 1970, podem ter agravado a ausência desses registros.</p>	
Área de conteúdo e estrutura	
<p>Âmbito e conteúdo: Constituído por itens que demonstram as funções da área de conservação presente na Academia Imperial de Belas Artes. Apresenta-se esta área por meio de documentos arquivísticos técnicos próprios da prática das funções de conservação e restauração de obras de artes, tal como, a aplicação das técnicas em objetos de arte de variadas naturezas. Assim como ocorrido com as demais partes deste acervo, tendo em vista as perdas ocorridas em razão das inconstâncias de gestão e de outros fatores, como intempéries do tempo, também nesta área se apresenta a parcialidade dos documentos que fizeram parte do conteúdo arquivístico original relativo a essa função na instituição. Portanto, nesta área são encontrados documentos como pareceres sobre o estado das obras, documentos de aquisição, solicitações de ajuda de restauradores para a instituição, comunicados e outras espécies.</p>	
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.	
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso: Sem restrições	
Condições de reprodução: Sem restrições	
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.	
Área de fontes relacionadas	
<p>Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>	

<p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
<p>Área de controle da descrição</p>
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
<p>Área de pontos de acesso e indexação de assuntos</p>
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Academia Imperial de Belas Artes; Acervo Institucional; AIBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 14 – Descrição AIBA – Nível 3 – Série – Educação

<p>COLEÇÃO ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3</p>
<p>Área de identificação</p>
<p>Identificador: BR RJMNBA AIBA EDU</p>
<p>Título: Educação</p>
<p>Data(s): 1802 – 1890 (produção)</p>
<p>Nível de Descrição: (3) Série</p>
<p>Área de contextualização</p>
<p>Nome do produtor: Academia Imperial de Belas Artes</p>
<p>Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes</p>
<p>História arquivística: Na Academia Imperial de Belas Artes, a área de educação era responsável pelo ensino de artes, de acordo com os estatutos de 1855 e 1859, em cursos ofertados em horários diurno e noturno. Dentre as cadeiras regulamentadas em legislações, constam arquitetura, música, pintura, escultura, ciências assessorias, e matemáticas voltadas para a arte. Itens usuais da área de educação, como registro de conteúdos programáticos, boletins de avaliações de alunos, histórico de frequência, modelos de provas, entre outros, não constam deste acervo.</p> <p>A divisão de acervo, na década de 1970, corroborou para a maior parte dos documentos relacionados à educação ter sido destinada à guarda custodiada pelo Museu D. João VI, integrante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. O legado remanescente no MNBA apresenta itens com maior relação a trabalhos e atividades de alguns professores ou personalidades artísticas destacadas.</p>
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>
<p>Âmbito e conteúdo: Conforme os decretos publicados em 1830, 1855 e 1859, a principal atividade e função da AIBA estava em lecionar artes, através do exercício de funções específicas desta área de ensino. Sendo assim, fazem parte desta área documentos produzidos de acordo com as ações desenvolvidas durante o funcionamento e oferta de ensino pela instituição. Tais como em outras funções existentes à época, o conjunto documental foi impactado por inconstâncias de gestão e implicações do tempo, corroborando para uma coleção, visto que o conjunto foi fragmentado por aquelas circunstâncias. Diante do exposto, é possível verificar documentos como ofícios sobre a criação de cursos, correspondência de D. Pedro II para Cândido Vianna remetendo teses e</p>

dissertações do doutor João Capistrano Bandeira, além de documentos sobre a promoção de concursos para alunos e acadêmicos.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Academia Imperial de Belas Artes; Acervo Institucional; AIBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

4.2 ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES

O acervo documental da Escola Nacional de Belas Artes, assim como no caso dos documentos da Academia Imperial de Belas Artes, passou por ordenações que influenciaram a estrutura de relações hierárquicas dos documentos. Portanto, encontrou-se dificuldade em estabelecer parâmetros para a reconstrução de funções e acontecimentos, que viabilizassem um melhor entendimento sobre como a instituição funcionou no período de sua existência. A consulta a bibliografias, documentos gerais e integrantes da coleção, legislações, além de

variadas publicações, contribuiu de certo modo para aprofundar a análise das relações das funções e itens documentais integrantes do acervo.

Tal como os documentos da Academia Imperial de Belas Artes e Museu Nacional de Belas Artes, o acervo da Escola Nacional de Belas Artes, atualmente sob custódia, passou por uma ordenação que interferiu na estrutura de suas relações hierárquicas documentais. Como em um grande enigma a ser resolvido, trabalhou-se para viabilizar a melhor forma de estabelecer conexões e a compreensão de períodos e hierarquias. Dessa forma, atuou-se estrategicamente na contextualização documental, visto que esta ação era parte essencial no desenvolvimento deste estudo.

A proposta para o quadro de arranjo da Escola Nacional de Belas Artes delineou-se em dois níveis, com mensuração das características de informações predominantes nos itens com guarda no Arquivo Histórico do MNBA. O quadro 15 determina dados importantes sobre a escolha da aplicação técnica que foi utilizada.

Quadro 15 – Panorama do acervo da Escola Nacional de Belas Artes

Acervo da Escola Nacional de Belas Artes
A instituição contou, em sua trajetória, com nomes de suma importância nas artes nacionais, seja por lecionarem, estudarem ou participarem de concursos. Dentre eles encontram-se Eliseu Visconti, Lúcio Costa, Anita Malfati, Cândido Portinari, entre tantos outros.
Ela foi criada com Rodolfo Bernardelli como diretor e Rodolfo Amoedo na vice-direção.
Como ponto crucial, tem-se a mudança da Escola para a UFRJ. No entanto, analisou-se o período anterior, em que a instituição fazia parte do contexto documental com o acervo do museu. Esses aspectos foram esclarecidos com o avanço da pesquisa, através de leitura de livros sobre a Escola Nacional de Belas Artes.
Itens relacionados às atividades administrativas, técnicas artísticas e culturais, além de alguns determinados aspectos do ensino de belas artes praticados no país na época, dentro da instituição.
Documentos do período da Escola Nacional de Belas Artes datados de 1890 até 1937.
Observação: este é outro problema de pesquisa, relacionado aos dados tabulados inicialmente em planilha. A data de criação do Museu é de 1937. A alteração de natureza institucional da Escola, em que o ensino foi deslocado para a UFRJ, ocorreu no período da criação do MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Conforme destacado anteriormente, constatou-se, durante toda a pesquisa, a carência de dados que pudessem determinar os critérios adotados no passado para a separação de documentos, sua organização e a conseqüente fragmentação do fundo. Outro ponto obscuro nesta pesquisa relaciona-se aos critérios adotados na seleção dos itens que deveriam permanecer sob custódia da UFRJ e os que deveriam permanecer no MNBA. Esta carência de fontes justifica a ausência de dados relacionados às metodologias aplicadas anteriormente para ordenação deste conjunto documental.

Além disso, as datas constantes em alguns documentos não conferem com o período de funcionamento da Escola. Principalmente os documentos que se confundem com o período chamado de transição entre Academia Imperial e Escola Nacional de Belas Artes. Para estes casos, assumiu-se as datas estabelecidas pela legislação vigente em cada época. Assim, foram estabelecidos critérios para a adequação de datas que definissem a que período cada item de fato pertence.

Outro aspecto a se ponderar refere-se aos dados relacionados à ordem interna do acervo. Questões ligadas ao funcionamento da ENBA, sua estrutura organizacional, foram aprofundadas por meio de mais estudos sobre as relações hierárquicas internas, em investigação sobre os itens do acervo, além de ampliação de leitura bibliográfica e análise dos seguintes decretos e leis: Decreto nº 983 de 8 de novembro de 1890 (BRASIL, 1890); Lei n. 23 de 30 de outubro de 1891 (BRASIL, 1891); Decreto n. 3.987 de 13 de abril de 1901 (BRASIL, 1901); Decreto n. 8.964 de 14 de setembro de 1911 (BRASIL, 1911); Decreto n. 11.749 de 13 de outubro de 1915 (BRASIL, 1915); Decreto n. 19.402 de 14 de novembro de 1930 BRASIL, 1930); Decreto n. 19.627 de janeiro de 1931 (BRASIL, 1931b) e Decreto n. 19.852 de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931a).

Na figura 17 segue a proposta de quadro de arranjo, em dois níveis, para o acervo.

Figura 17 – Proposta de quadro de arranjo para Escola Nacional de Belas Artes



Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

A proposta de quadro de arranjo para a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) segue delineada em dois níveis: Nível 1, para Produtor e Nível 3, para Funções. O critério escolhido para o desenvolvimento do terceiro nível, mais uma vez, foi adotado após análise de textos, plano museológico, planilhas e documentos que remontam a estrutura administrativa, com reinterpretção para os dias atuais, além das funções atribuídas para a instituição, na época. Esta instituição, diferentemente de sua antecessora, apresenta regimentos com maior frequência e maior viabilidade de acesso aos decretos publicados no período. Além disso, nota-se a presença de itens relacionados à arquitetura, a partir desta instituição, fato justificado pela construção de

prédio próprio.

Apesar de a Escola Nacional de Belas Artes ter sido reorganizada e enquadrada como parte integrante da UFRJ após publicação do Decreto nº 19.852, de 11 de Abril de 1931 (BRASIL, 1931b), e o Museu Nacional de Belas Artes ser criado apenas com a publicação da Lei nº 378 em 13 de janeiro de 1937 (BRASIL, 1937), nota-se que houve um período de transição entre esses eventos. Sendo assim, considerou-se apenas o ano de 1937 como o do fim definitivo da ENBA para efeito de organização da data limite adotada para os documentos produzidos institucionalmente naquele período.

Rememora-se que há um acervo parcial, e não a totalidade de itens daquilo que foi produzido. Salienta-se aqui os impactos resultantes da divisão realizada na década de 1970 e sua repercussão no acervo sob custódia do MNBA atual. Por falta de registros dos critérios adotados para a datação e divisão destes documentos na época, ou, pelo menos, de algum documento que possa identificar os métodos aplicados a esta divisão de nível, optou-se por fundamentá-la nas tipologias e itens presentes no acervo atual.

A Escola Nacional de Belas Artes, assim como a Academia, esteve focada, desde sua constituição, em 1890 (BRASIL, 1890), no ensino, difusão das artes e desenvolvimento artístico nacional. Portanto, aqui também são equiparadas as realidades, como forma de se investigar elementos interpretativos que possam aproximá-las o mais fidedignamente possível. Assim como para a AIBA, para a ENBA manteve-se a mesma lógica de distinção das divisões aplicada para estruturação do segundo nível descritivo.

Descrição Nível 1 – Produtor

A construção do primeiro nível descreve os dados relativos ao produtor e seu acervo. Neste nível são contempladas informações ilustrativas quanto à historicidade institucional da Escola Nacional de Belas Artes, com acréscimo de medição do acervo. Propicia ao pesquisador inteirar-se sobre a história arquivística dos itens custodiados, concede referências sobre o âmbito e conteúdo do acervo, através da demonstração de fatos importantes que impactaram na sua composição. Além disso, estabelece conexões entre os documentos arquivísticos da ENBA e outras fontes. Apresenta-se, portanto, detalhes relevantes aos consulentes que acessarem esta fonte de informações.

4.2.1 Coleção Escola Nacional de Belas Artes

Nível 1

Quadro 16 – Descrição ENBA – Nível 1 – Coleção

COLEÇÃO ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 1	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA ENBA	
Título: Escola Nacional de Belas Artes	
Data(s): 1890 – 1937	
Nível de Descrição: (1) Coleção	
Dimensão e Suporte: Textual. Fotográfico. 2,84 metros lineares	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Escola Nacional de Belas Artes	
<p>História administrativa/ Biografia: A Proclamação da República resultou numa série de ações e reformas políticas que impactaram na renovação das instituições de ensino e cultura. Foram publicados, portanto, decretos que readequaram a estrutura do Estado brasileiro. Com a extinção do Conservatório de Música, a Academia Imperial de Belas Artes foi transferida para a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, além de o antigo nome institucional ser alterado para Escola Nacional de Belas Artes.</p> <p>O Decreto nº 983, de 8 de novembro de 1890, criou a escola, bem como aprovou novos estatutos, em que Rodolfo Bernardelli assumiu como diretor, e Rodolfo Amoedo, na vice-direção. O mesmo decreto criou o Conselho Superior de Belas-Artes, o qual ficou com a responsabilidade de tomada de decisões superiores no âmbito da escola, tais como reformas do ensino artístico, além de sua propagação e aperfeiçoamento, entre outras atribuições. No ano seguinte ao dessa publicação, a necessidade de reorganizar os serviços da administração pública federal contribuiu para a edição da Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, que subordinou a Escola Nacional de Belas-Artes ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.</p> <p>A partir de 1894, com a nova instituição, foram restabelecidos alguns concursos da época da AIBA, como, por exemplo, as Exposições Gerais de Belas Artes. Este evento foi realizado de forma intermitente a partir de 1840, totalizando 26 edições no período imperial até 1884. Voltou a acontecer após uma década de suspensão.</p> <p>O regulamento da ENBA foi aprovado conforme o Decreto n. 3.987, de 13 de abril de 1901. A publicação criou o Conselho Escolar, aprovou os programas de ensino e o conteúdo de concursos e exames, definiu a regulação do horário de professores, assim como as premiações a docentes e alunos, entre outras atividades pedagógicas e administrativas. E, em 1908, a escola foi transferida para a avenida Rio Branco, antiga avenida Central, para o prédio projetado por Adolfo Morales de Los Rios, no qual atualmente funciona o MNBA. Esse acontecimento fez parte de um projeto de modernização na capital, durante a gestão do ex-prefeito Pereira Passos.</p> <p>Em 1911 foram incorporadas as determinações da reforma educacional, conhecida como Reforma Rivadávia Corrêa, definida pelo Decreto n. 8.964, de 14 de setembro do mesmo ano. A partir dessa publicação, o governo deixou de ter exclusividade na criação de instituições de ensino superior, equiparando os cursos privados aos administrados pela União. Ademais, normas em comum foram definidas aos estabelecimentos de ensino.</p> <p>No início de 1915, a Reforma Carlos Maximiliano reestruturou os ensinos secundário e superior na República. Após sua publicação e tantas redefinições na área, desde a criação, por meio de decretos, a ENBA passou por uma reorganização. Definida pelo Decreto n. 11.749, de 13 de outubro de 1915, esta reforma não causou alterações consideráveis em sua estrutura.</p> <p>Outra remodelagem a ser destacada no âmbito da escola ocorreu em 1925. A Lei Rocha Vaz estabeleceu mais uma reestruturação educacional. A ação foi responsável por criar novos órgãos, como o</p>	

<p>Conselho Nacional de Ensino. Este contava com subdivisões, destacando-se a participação da direção da Escola Nacional de Belas Artes como alguns dos integrantes do Conselho do Ensino Artístico.</p> <p>Como consequência da desintegração das competências do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em definições relacionadas a essas áreas, o Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930 criou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em ano seguinte, a publicação do Decreto n. 19.627, de janeiro de 1931, dissolveu o Conselho Superior de Belas Artes, enquanto o Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931 incorporou a Escola Nacional de Belas-Artes à UFRJ.</p> <p>Em toda sua trajetória, a Escola Nacional de Belas Artes foi uma instituição que contou com grandes nomes, de suma importância para as artes nacionais, seja por lecionarem, estudarem ou participarem de concursos. Dentre muitos nomes, tem-se, por exemplo: Eliseu Visconti, Lúcio Costa, Anita Malfati, Cândido Portinari.</p>
<p>Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes</p>
<p>História arquivística: A Escola Nacional de Belas Artes apresenta pontos cruciais que devem ser considerados, desde a sua criação até à fase de transição para autonomia enquanto escola, com mudança de trajetória para a UFRJ. Deste acervo constam itens relacionados às atividades administrativas, técnicas, artísticas e culturais, além de elementos do ensino de belas artes, praticados no país na época de sua existência, dentro da instituição.</p> <p>Apesar de o Museu Nacional de Belas Artes ter sido criado em 1937, com o decreto de transferência da ENBA em 1831, encontram-se neste acervo documentos datados de 1890 até 1983. Considera-se que o período de transição entre ENBA e MNBA ocorreu entre 1931 a 1937. A planilha de revisão, utilizada no processo de inventário para revisar a organização deste acervo, encontrou conflito na listagem de ordenação, no atual instrumento de pesquisa, em decorrência dos métodos empregados em sua elaboração no passado. Além disso, ainda como produto desse mecanismo metodológico utilizado na década de 1990, também é possível encontrar, na listagem, apontamentos de documentos da AIBA e ENBA na mesma pasta de guarda.</p> <p>Acrescenta-se, a esse histórico, um fato importante sobre a fragmentação desse fundo, ocorrido na década de 1970, quando a UFRJ e MNBA distribuíram os documentos entre ambas as instituições. Os critérios aplicados para a classificação desses documentos foram determinantes na escolha dos que ficariam sob a guarda da Escola, na UFRJ, e os que deveriam permanecer custodiados no MNBA. Entretanto, não é possível identificar, atualmente, a memória das metodologias aplicadas, naquele período, para a ordenação deste conjunto documental.</p>
<p>Procedência: Documentos produzidos e acumulados institucionalmente pela Escola Nacional de Belas Artes, durante seu período de funcionamento. Documentos sob custódia do Museu Nacional de Belas Artes, recebidos por legado. Na história arquivística, estão apontadas questões sobre documentos arquivísticos de períodos da Academia localizados na Escola.</p>
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>
<p>Âmbito e conteúdo: O advento da República influenciou diretamente na reorganização dos serviços da administração federal e consequente transformação da AIBA em ENBA. Com isso, atividades e funções desempenhadas na antiga instituição foram reestruturadas, assim como acrescidas de novas perspectivas. O estatuto publicado com o decreto nº 983 de 8 de novembro de 1890, diferente da Academia, inclui restauradores no quadro, por exemplo. No decorrer de sua existência, as constantes tentativas de aprimoramento para o melhor funcionamento da estrutura se refletem em decretos com estatutos de readequação da instituição de ensino. Por consequência, impactam nos documentos arquivísticos produzidos para todo período. Quanto a itens mais relacionados ao funcionamento da própria escola, há uma quantidade bem menor do que a esperada para uma instituição construída para o fomento de ensino de artes. Nota-se, portanto, o reflexo das ações do tempo aliadas à interferência humana, na divisão dos itens documentais produzidos na instituição, contribuindo para a composição de um fundo fragmentado.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
<p>Área de condições de acesso e uso</p>
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Idiomas: Português, francês, espanhol, italiano, alemão e latim.</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.</p>

Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; ENBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Descrição Nível 3 – Funções

Este nível foi desenvolvido com descrição baseada nas funções exercidas pelas áreas localizadas nas regulamentações legais da época. Nota-se, a partir da Escola Nacional de Belas Artes, alguns itens relacionados à área de Arquitetura:

Administração: refere-se a ações desenvolvidas por profissionais contratados para desempenhar trabalhos no campo administrativo. Engloba elementos de ações operacionais emanadas por setores como direção, por exemplo, dentre outros. Também inclui a gestão de contratos dos profissionais, bens e serviços de todo o tipo, realizados com a instituição.

Área Técnica: inclui-se, aqui, os itens relacionados a rotinas museais vinculadas diretamente à difusão artística de conteúdo direcionado ao grande público, como eventos de artes, realizações de concursos e exposições.

Educação: como principal atribuição da instituição, definida em decreto, a educação é a

continuidade da AIBA, com estabelecimento de inclusão ou exclusão de cadeiras no lecionamento de matérias. Assim, relaciona-se ao que foi desenvolvido no decorrer das ações vinculadas ao ensino de artes na ENBA.

Conservação: profissionais de conservação estão previstos em estatuto, desde a existência da AIBA. A diferença está no fato de, a partir da ENBA, a legislação ter incluído uma classificação para conservador restaurador. Consta, nesta função, tudo o que for relacionado a atividades de conservação e restauração de obras de arte, nos seus mais variados formatos. Além disso, devem ser consideradas ações efetivas exclusivas para restauração e preservação dos acervos.

Arquitetura: tradição referencial de seu valioso acervo arquitetônico, com registros de formas empregadas para sua edificação, manutenção, obras e imagens de construção do prédio, fachada, além de algumas reformas. Há pouco material constante do Arquivo Histórico. Para esse período, há registros fotográficos e da construção do prédio, o local ocupado até os dias atuais pelo Museu Nacional de Belas Artes.

Nível 3

Quadro 17 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Administração

COLEÇÃO ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA ENBA ADM
Título: Administração
Data(s): 1890 – 1937
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Escola Nacional de Belas Artes
Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes
História arquivística: Acervo caracterizado pelos processos de sucessão institucional, constantes transformações normativas, além dos impactos causados por uma divisão dos itens documentais, ocorrida na década de 1970, envolvendo o Museu Nacional de Belas Artes e a UFRJ. Assim como seu órgão antecessor, a ENBA seguiu como instituição focada principalmente em lecionar artes. Oficializada por decreto em 1890, foi regulamentada por decretos publicados em 1890 e 1901, além de reorganizações e regulamentações como as ocorridas em 1911 e 1915. Com isso, há documentos de gestão gerados pela administração, que registram as atividades relacionadas ao funcionamento da estrutura, a qual contava com direção, professores, secretariado, bibliotecário, conservadores e restauradores, amanuense, inspetor de alunos, portaria e guardas. O atual acervo custodiado denota ausência de documentos administrativos relativos à parte burocrática de contratação de professores, entre outros detalhes específicos para o funcionamento da escola.

Área de conteúdo e estrutura
<p>Âmbito e conteúdo: Constituído por itens que refletem as funções administrativas da Escola Nacional de Belas Artes. Apresenta parte de alguns documentos arquivísticos produzidos pela área no desenvolvimento das atividades da instituição. Constam documentos como regimentos, regulamentos, telegramas, pareceres, portarias, guias de remessas de documentos como notas fiscais e boletos bancários, atas de reuniões, atestados, correspondências, contratos, convênios, decisões (solicitações, requerimentos e reclamações), declarações, despachos, editais, determinações de serviços, instrução de serviço, memorando, processos, protocolos de intenções e relatórios como um todo. Por ser um acervo fragmentado, há dificuldade em reconstituir a estrutura, assim como todas as ações próprias de uma administração. Isto impacta diretamente na ausência de alguns tipos documentais relacionados aos trâmites internos da escola em si.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
Área de condições de acesso e uso
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.</p>
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p> <p style="padding-left: 40px;">Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p style="padding-left: 40px;">Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p> <p style="padding-left: 40px;">Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
Área de controle da descrição
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; ENBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 18 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Área Técnica

COLEÇÃO ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA ENBA ATEC	
Título: Área Técnica	
Data(s): 1890 – 1937	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Escola Nacional de Belas Artes	
Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes	
<p>História arquivística: Caracterizada por acervo proveniente das atuações técnicas, como a realização de Exposições Gerais, eventos artísticos de diferentes naturezas, concursos e premiações, a área técnica da ENBA engloba também documentação do Conselho Superior de Bellas Artes. Este, apesar de ter sede na escola, funcionava de forma independente e constituía-se pela direção, professores temporários e honorários, além dos artistas que apresentassem reconhecimento de mérito e fossem eleitos.</p> <p>Os documentos arquivísticos classificados como de área técnica da ENBA apresentam-se em formato parcial, devido às particularidades sofridas devido às mudanças institucionais. Além disso, as sucessivas gestões e métodos impactaram na ordenação interna, tal como a fragmentação do acervo, com destaque para uma divisão dos itens entre a UFRJ e o MNBA na década de 1970. Medidas como esta contribuíram para dificultar a identificação de critérios utilizados na seleção de documentos para guarda permanente e sua distribuição entre as duas instituições.</p>	
Área de conteúdo e estrutura	
<p>Âmbito e conteúdo: Composto pela parcialidade de alguns documentos arquivísticos produzidos pela área técnica da Escola Nacional de Belas Artes no desenvolvimento das atividades desta função. Apresenta itens como atas de reuniões, de congressos e assembleias, certidões, propostas de compra e venda de obras de artes, convites para eventos como abertura dos Salões Nacionais, fichas de dados para participação em eventos como as Exposições Gerais, Atas de reuniões para decisão de premiações, chanceladas por artistas julgadores como Rodolpho Chambelland, Augusto Bracet, Guttman Bicho, Rodolpho Amoedo e João Timotheo da Costa, entre outros documentos.</p> <p>Assim como no período da Academia, algumas atividades da área técnica se interconectam a outras funções presentes na instituição. É possível entender a interligação quanto ao objetivo finalístico prático em comum. Pode-se notá-la, por exemplo, no processo de compra de um quadro, em que se observa a necessidade de parecer técnico da área, além de avaliação quanto ao bom estado de conservação da obra, e sua passagem pela administração para análise das questões financeiras.</p>	
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.	
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso: Sem restrições	
Condições de reprodução: Sem restrições	
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.	
Área de fontes relacionadas	
<p>Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes.</p>	

<p>Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p> <p>Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
<p>Área de controle da descrição</p>
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
<p>Área de pontos de acesso e indexação de assuntos</p>
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; ENBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 19 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Arquitetura

<p>COLEÇÃO ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3</p>
<p>Área de identificação</p>
<p>Identificador: BR RJMNBA ENBA ARQT</p>
<p>Título: Arquitetura</p>
<p>Data(s): 1890 – 1937</p>
<p>Nível de Descrição: (3) Série</p>
<p>Área de contextualização</p>
<p>Nome do produtor: Escola Nacional de Belas Artes</p>
<p>Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes</p>
<p>História arquivística: Diversamente ao ocorrido na Academia Imperial de Belas Artes, em que não há menção nem registro de itens relativos às instalações de funcionamento, no atual acervo custodiado pelo Museu Nacional de Belas Artes, a partir da ENBA, nota-se itens referentes à arquitetura. A construção da nova sede, a mudança de local destinado à construção das novas instalações da escola, adicionadas ao lançamento da pedra fundamental e projeto de Adolfo Morales de los Rios, são alguns dos elementos importantes constantes da área de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes.</p> <p>Seguindo a lógica das demais séries integrantes da coleção, nota-se também a fragmentação desse acervo custodiado. Plantas, estudos e outros tipos documentais apresentam uma lacuna por não estarem sob a guarda no Arquivo Histórico do museu. Neste caso, a própria dinâmica de funcionamento atual, em que a maioria dos documentos arquitetônicos está sob a guarda do setor de arquitetura, ajuda nesta descentralização de dados.</p>
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>
<p>Âmbito e conteúdo: Pequena coleção de itens, com a parcialidade de documentos arquivísticos relacionados à arquitetura do prédio construído para ser sede da Escola Nacional de Belas Artes. Há fotografias do antigo local que seria sede, imagens da derrubada do Morro do Castelo, foto do projeto de Adolfo Morales de los Rios e</p>

colocação da pedra fundamental. Há carência de registros de plantas e outros dados de obras da construção do prédio, na custódia deste acervo no setor de arquivo.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; ENBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 20 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Conservação

COLEÇÃO ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA ENBA CONSER
Título: Conservação
Data(s): 1890 – 1937
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Escola Nacional de Belas Artes

Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes
História arquivística: As funções de conservação e restauração desenvolvidas pela Escola Nacional de Belas Artes resultaram em documentos dos quais pode-se extrair dados quanto ao estabelecimento de métodos, rotinas, adotadas e praticadas nos cuidados com obras e itens de acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Previstas e normatizadas em estatuto da ENBA, observa-se, no entanto, no acervo atual, a falta de documentos que registrem as rotinas estabelecidas para o acondicionamento, guarda e retirada de acervos para exposições, por exemplo. Logo, sente-se a falta de relatórios próprios da área, estudos de restauração de obras e escolha de padrões técnicos aplicados no exercício prático da área na época. Alia-se, a esta carência, a fragmentação do acervo, decorrente das múltiplas transformações na estrutura e gestão, além de uma divisão do acervo entre UFRJ e MNBA na década de 1970. Esta série de acontecimentos pode ter contribuído para problemas ocorridos com alguns registros.
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Composto por documentos que refletem as funções desempenhadas na área de conservação na Escola Nacional de Belas Artes, em que constam documentos arquivísticos técnicos específicos das práticas de conservação e restauração de obras de artes, além da aplicação das técnicas em objetos de arte de variadas naturezas. Como em outras partes do acervo, por consequência de perdas causadas pelas oscilações de gestão e intempéries do tempo, nota-se apenas uma parte do que um dia foi o total do conteúdo arquivístico relacionado a esta função na instituição. Logo, localizam-se, atualmente, alguns relatórios de atividades, ofício sobre acontecimentos na seção de restauração de pintura, ofício sobre conservação de monumentos antigos, entre outros documentos.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; ENBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 21 – Descrição ENBA – Nível 3 – Série – Educação

COLEÇÃO ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador:	BR RJMNBA ENBA EDU
Título:	Educação
Data(s):	1890 – 1937
Nível de Descrição:	(3) Série
Área de contextualização	
Nome do produtor:	Escola Nacional de Belas Artes
Entidade Custodiadora:	Museu Nacional de Belas Artes
História arquivística:	<p>O decreto nº 983 de 8 de novembro de 1890 aprovou o estatuto para a Escola Nacional de Belas Artes, mantendo-a como instituição dedicada ao ensino. Nos primeiros artigos do estatuto para a ENBA já foram incluídas especificações para os cursos, contemplando um curso geral e outros especiais de pintura, escultura, arquitetura e gravura, além da criação do Conselho Superior de Belas Artes para finalidades específicas. Apesar de contemplar um bom volume documental, observa-se a carência de documentos que mapeiem melhor como se davam as relações entre os alunos matriculados com os professores titulares e a instituição. Esses dados prejudicam o entendimento de muitas dinâmicas da parte educacional da época.</p> <p>Os documentos custodiados atualmente pelo MNBA também compõem uma coleção fragmentada, em decorrência de múltiplos fatores, com destaque para a divisão de acervo entre museu e UFRJ na década de 1970. Logo, muitos dos itens faltantes podem estar acessíveis no Museu D. João VI, integrante da Universidade e responsável pelo recebimento dos documentos destinados ao novo local de guarda.</p>
Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo:	Constituído por parte dos documentos produzidos pela área de educação da Escola Nacional de Belas Artes. Apresenta itens que refletem suas funções, como regimento escolar, calendário, fichas de matrículas, histórico escolar, declarações, certificados, diplomas e editais. Não há conteúdos programáticos, documentos sobre métodos de avaliação, estilos de provas aplicadas e de outros tipos que seriam característicos de uma instituição de ensino.
Sistema de arranjo:	Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso:	Sem restrições
Condições de reprodução:	Sem restrições
Instrumentos de pesquisa:	Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas	
Unidades de descrição relacionadas:	<p>Entidade Custodiadora: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>

Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Escola Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; ENBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

4.3 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

O enfoque de todo este estudo está no Acervo Institucional. Portanto, a prioridade atual está em seguir o caminho a partir dos conjuntos documentais do período em que o MNBA existiu como Academia e, posteriormente, foi sucedido pela Escola Nacional de Belas Artes. Deste modo, trabalhou-se primeiro estes acervos, conforme explicitado no quadro 22, de forma a viabilizar maior fluidez à transição entre os períodos, até se chegar ao acervo dos dias atuais, já como Museu.

Quadro 22 – Panorama do acervo da Academia Imperial de Belas Artes

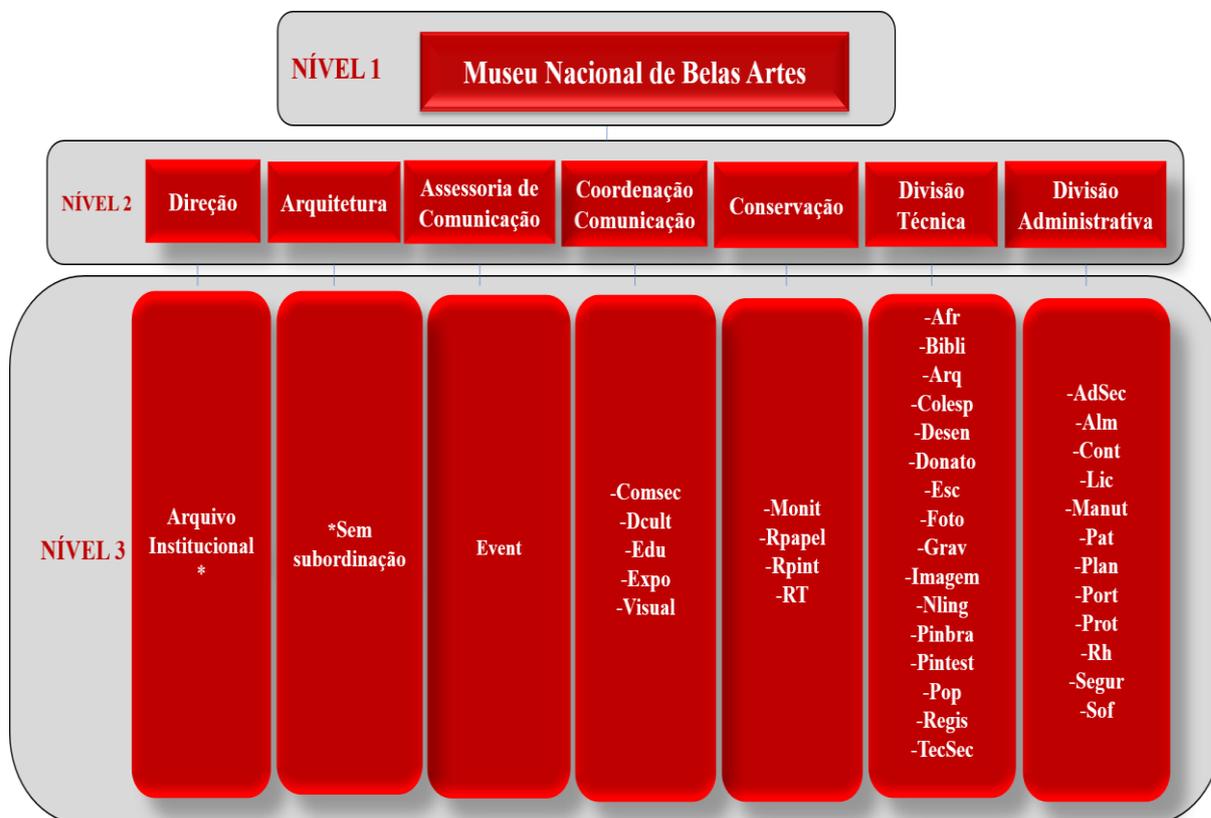
Acervo do Museu Nacional de Belas Artes
Documentos relacionados às atividades administrativas, técnicas artísticas e culturais da instituição.
Documentos do período do Museu Nacional de Belas Artes datados a partir da sua criação, em 1937.
Como fato importante, constata-se a divisão dos itens do acervo entre a UFRJ e o MNBA na década de 1970. Parte dos documentos que foram destinados para guarda na Universidade encontra-se, hoje, sob responsabilidade do Museu D. João VI.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Esta escolha se deve por acreditar na impossibilidade de enfatizar apenas o Museu, sem analisar toda a trajetória da unidade até a estrutura conhecida nos dias de hoje. No entanto, a reconstrução dessa historicidade institucional é, atualmente, um dos pontos de dificuldade e gargalo do órgão. Reafirma-se, aqui, que uma instituição precisa entender sua própria realidade e contexto, de modo a viabilizar a realização de arranjo e descrição eficaz para a instrumentalização e difusão arquivística.

Na figura 18 apresenta-se uma prévia da proposta de arranjo para o MNBA, em três níveis.

Figura 18 – Proposta de quadro de arranjo para Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Observação 1: Todas as áreas são subordinadas hierarquicamente à Direção. O delineamento aqui foi apenas para efeito prático na divisão dos itens de acervo documental em níveis.

Observação 2: Todas as abreviações foram utilizadas com base nas siglas adotadas como identificação pelo SEI. Legenda: Event – Eventos / Comsec – Secretaria de Comunicação / Dcult – Difusão Cultural / Edu – Educativo / Expo – Exposições / Visual – Programação Visual / Monit – Monitoramento Climático / Rpapel – Restauração de Papel / Rpint – Restauração de Pintura / RT – Reserva Técnica / Afr – Arte Africana / Bibli – Biblioteca / Arq – Arquivo Histórico / Colesp – Coleções Especiais / Desen – Desenho / Donato – Simba e Donato / Esc – Escultura / Foto – Fotografia / Grav – Gravura / Imagem – Núcleo de Imagem / Nling – Novas Linguagens / Pinbra – Pintura Brasileira / Pintest – Pintura Estrangeira / Pop – Arte Popular / Regis – Núcleo de Registro / TecSec – Divisão Técnica / Adsec – Secretaria de Administração / Alm – Almoxarifado / Cont – Contratos / Lic – Licitações / Manut – Manutenção / Pat – Patrimônio / Plan – Planejamento / Port – Portaria e Recepção / Prot – Protocolo / Rh – Recursos Humanos / Segur – Segurança / Sof – Orçamento e Finanças

A proposta de quadro de arranjo para o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) está apresentada em três níveis. Adotou-se, neste caso, o padrão com base na estrutura organizacional utilizada na atualidade: Nível 1, para Produtor; Nível 2, para Seções; Nível 3, para Estrutura. A escolha por esta formatação deu-se por meio de análise textual de bibliografias, relatórios internos presentes no sistema Sistema Eletrônico de Informações (SEI),

planilhas eletrônicas, regimentos internos e planos museológicos. Desta forma, chegou-se ao critério apontado como o mais adequado para remontar a estrutura administrativa atual.

A diferença entre o MNBA e as instituições antecessoras está principalmente em dois fatores. O primeiro fator a ser destacado é a criação de dois setores para atividades de Comunicação, ao contrário da realidade da AIBA e ENBA, em que não havia um núcleo para esta área. Logo, a lógica identificada nas distintas divisões aplicadas na estruturação dessas instituições percebeu a necessidade da construção de três níveis para a descrição do MNBA. Dessa forma, foram criadas as seções e consequentes subordinações com o acréscimo da estrutura vigente atualmente no museu, segundo cadastro de áreas presentes no SEI.

O segundo fator de destaque está na forma como o setor de Educação passou a se posicionar dentro da estrutura. Em consequência da mudança de paradigmas, a Educação deixou de ser a principal atividade institucional e passou a estar vinculada à Coordenação de Comunicação. Desta forma, para esta definição dos critérios do nível 2, a Educação consta como parte específica da descrição. Nela, estão os aspectos que passaram por alterações de abordagem e foram considerados para a nova definição em relação ao museu. O nível 3 é o desdobramento de subordinações para o nível 2.

Descrição Nível 1 – Produtor

Este primeiro nível de descrição apresenta dados relativos ao produtor e o seu acervo. Contemplam-se informações sobre a história do Museu Nacional de Belas Artes e a medição do acervo. Permite ao pesquisador conhecer mais a história arquivística dos itens custodiados. Dá referências sobre o seu âmbito e conteúdo, com a demonstração de fatos importantes que impactaram na composição do acervo. Ressalta-se, também, as conexões estabelecidas entre os documentos arquivísticos do MNBA e outras fontes de informação. Inclui-se a apresentação de detalhes relevantes aos consulentes para o acesso a esta fonte de informações.

4.3.1 Fundo Museu Nacional de Belas Artes

Nível 1

Quadro 23 – Descrição MNBA – Nível 1 – Fundo

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 1
--

Área de identificação

Identificador: BR RJMNBA MNBA
Título: Museu Nacional de Belas Artes
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (1) Fundo
Dimensão e Suporte: Textual. Fotográfico. 16,71 metros lineares
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
<p>História administrativa/ Biografia: Instituição criada em 1937, através da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, sendo inaugurada no ano seguinte, em 19 de agosto de 1938. Seu primeiro regimento interno aprovado foi publicado apenas em 14 de janeiro de 1955, através do Decreto nº 36.778.</p> <p>Desde a criação, o Museu não apresentou subordinação a qualquer órgão ou entidade específica. Apenas em 1973, quando houve o tombamento, passou ser integrante do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, conforme o processo nº 860-T-72 no livro das Belas Artes, Inscrição nº 505, fls. 92, de 24/05/1973.</p> <p>A antiga Escola Nacional de Belas Artes, apesar de vinculada à UFRJ desde o início dos anos 1930, deixou as dependências do prédio do MNBA apenas em 1975. A desocupação da ENBA abriu espaço que logo foi ocupado pela Fundação Nacional de Arte (Funarte), criada nesse mesmo ano. Ainda em 1975, foi aprovado um novo Regimento Interno. A nova regulamentação tinha por característica principal a ampliação da estrutura, com maior definição das competências de setores institucionais, além da criação de uma Divisão de Atividades Pedagógicas.</p> <p>Em 1981, há a criação da Fundação Pró-Memória pela Lei 6.757, em 29 de outubro de 1981. O museu foi integrado à Fundação, via Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura através da portaria nº 585, do mesmo ano.</p> <p>No ano seguinte, em 1982, foi publicado um terceiro regimento interno do MNBA. Esta é a normativa vigente nos dias atuais, enquanto o museu busca consolidar um novo regimento a ser editado em breve. A diferença primordial em relação às normas anteriores está na forma de apresentar uma renovação estrutural, tal como a inclusão de um novo modo de propor as competências para a área técnica e de educação. Além disso, a organização interna foi dividida em três grandes áreas de coordenação: técnica, educação e administrativa.</p> <p>A Fundação Pró-Memória e seus órgãos subordinados foram transferidos para o Ministério da Cultura, constituído pelo Decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985. Neste mesmo ano houve a criação do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes.</p> <p>Nos anos 1990, através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, há extinção e dissolução da Fundação Pró-Memória e constituição do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A mesma lei instituiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Decreto nº 99.492, de 30 de setembro de 1990, inseriu o museu como parte integrante do Iphan.</p> <p>A Funarte efetuou a desocupação integral das dependências da edificação pertencente ao MNBA apenas em 2002 e, em 2005 e 2006, foram realizadas obras de restauração da fachada do prédio.</p> <p>Após tantas mudanças por subordinação a órgãos públicos criados e extintos, em 2009 foi criada a autarquia com a qual a instituição se encontra vinculada até a data atual. A Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia que, com a extinção do Ministério da Cultura pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, atualmente está vinculada à Secretaria Especial da Cultura. A secretaria, criada primeiramente dentro do Ministério da Cidadania, após publicação do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, passou a estar subordinada ao Ministério do Turismo.</p> <p>Desde 2020, o Museu Nacional de Belas Artes passa por uma grande reforma em seu prédio histórico, com previsão de reabertura em 2022.</p>
<p>História arquivística: O acervo institucional do Museu Nacional de Belas Artes não apresentava uma política arquivística organizacional oficializada até a criação do setor Arquivo Histórico, em 1985. Desde a sua formação, em 1937, os documentos produzidos pelo museu estavam sob guarda das diversas áreas técnico-administrativas.</p> <p>A criação do setor Arquivo Histórico objetivou manter o acervo permanente, datado desde o período de Academia Imperial de Belas Artes, para atender principalmente demandas de pesquisa e consulta pelo público interno e externo. Portanto, permaneceu sem tramitação e fluxo documental do acervo corrente para o intermediário e seu recolhimento ao Arquivo Histórico. A documentação produzida, com trâmite interno, seguiu</p>

sem um programa de gestão por muitos anos, o que justifica o fato de alguns dos documentos de períodos já considerados para guarda permanente não constarem neste fundo. Portanto, há um hiato documental de acervo que deveria já estar disponível no Arquivo Histórico do museu, disposto neste fundo.

A documentação que ainda consta como parte da gestão corrente e intermediária da instituição está em fase de tratamento pela arquivista responsável pela área no momento. No Arquivo Histórico, trabalha-se em parceria, para a revisão deste acervo com o objetivo de viabilizar brevemente o acesso a mais documentos institucionais do fundo.

Procedência: Documentos produzidos e acumulados institucionalmente pelo Museu Nacional de Belas Artes, durante seu período de funcionamento.

Área de conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo: Criado em 1937 e com regimentos internos datados de 1955, 1975 e 1982, a instituição atualmente passa por revisão de propostas para a publicação de uma nova normativa relacionada à sua estrutura de funcionamento. Diversamente ao ocorrido nas instituições anteriores, que eram focadas no ensino, o museu está definido para ser um lugar de conservação, guarda e exposição das obras de arte de propriedade federal.

Desde o primeiro regimento, a educação ganha outro posicionamento dentro da hierarquia e passa a estar relacionada ao desenvolvimento de atividades didáticas com acervos de arte, enquanto outras áreas definem-se e ganham maior espaço na estrutura. A direção segue como o topo da hierarquia comum a todas as áreas. Os subordinados incluem os setores de Arquitetura, Divisão Técnica, Divisão Administrativa, Assessoria de Comunicação, Coordenação de Comunicação e a Conservação.

A carência de um programa de gestão contínuo, no decorrer da existência institucional, impacta no acervo com guarda no Arquivo Histórico, pois muitos documentos que já deveriam estar na guarda permanente ainda não foram recolhidos. É um fundo aberto, em que o acervo sob guarda do Arquivo Histórico do museu apresenta itens provenientes da produção documental, resultado do desenvolvimento das atividades em âmbito institucional.

Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.

Área de condições de acesso e uso

Condições de acesso: Sem restrições

Condições de reprodução: Sem restrições

Idiomas: Português, Francês, inglês, espanhol

Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.

Área de fontes relacionadas

Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil).

Localização: Rio de Janeiro.

Código de Referência: BR RJMNBA MNBA

Coleção: Escola Nacional de Belas Artes.

Código de Referência: BR RJMNBA ENBA

Coleção: Academia Imperial de Belas Artes.

Código de Referência: BR RJMNBA AIBA

Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.

Área de controle da descrição

Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Data da descrição: 2015-2021

Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.
--

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Descrição Nível 2 – Seção

Nível desenvolvido por descrição pautada na estrutura configurada no Sistema Eletrônico de Informações. Conforme dito anteriormente, o último regimento publicado para o funcionamento da instituição data de 1982. Nos últimos 39 anos, muitas formatações e novas configurações das relações de funções, formatos de estruturas e trabalhos passaram por modificações. Por meio de muita leitura das normativas, investigação documental e acesso a dados internos publicados e em edição interna para submissão e aprovação, optou-se por aplicar os nomes registrados na implantação do SEI.

Todavia, importa considerar as inúmeras oscilações nas definições de cargos, coordenações, seções e chefias. Um dos casos a se observar é a criação de um Arquivo Institucional após 2016. Anteriormente o arquivo funcionava como parte da administração, sem desvinculação, e as rotinas contribuíram pela necessidade de um setor específico, subordinado à Direção, para cuidar das rotinas documentais nas fases corrente e intermediárias.

Direção: Estando nível mais elevado na hierarquia da instituição, a Direção é responsável por coordenar todas as ações do museu. Atua no planejamento estratégico, na elaboração e implantação de instrumentos de gestão que garantam o bom funcionamento da instituição, conforme a natureza, a missão e os objetivos institucionais. Segue as normativas legais, os regulamentos vigentes, por meio de adoção de condutas de natureza técnica, executiva, administrativa e financeira que visem garantir a excelência na área.

Arquitetura: Área dedicada a cuidar de todas as ações relacionadas à edificação e instalações do prédio onde se localiza o museu. Desenvolve, portanto medidas que vão desde ações para conservação, preservação, segurança até a gestão dos riscos do patrimônio predial. Coordena equipes operacionais, providencia cuidados de manutenção, vistorias periódicas por prevenção e dá assistência à logística envolvida nas montagens de exposições, eventos, filmagens, transferências de acervos.

Assessoria de Comunicação: Parte responsável pelas questões que envolvam a imagem

institucional. Sendo assim, idealiza, apresenta, executa operações para a divulgação e difusão da reputação do Museu Nacional de Belas Artes como referência no campo museológico de artes. Em sua subordinação está o núcleo de Eventos.

Coordenação de Comunicação: Responsável pelo aperfeiçoamento da comunicação na instituição. Planeja, supervisiona ações que possam dar maior fluência às conexões entre o museu de arte e a sociedade, com a inclusão de todos os tipos de público. Realiza intercâmbios com instituições científicas e universidades. Possui trabalhos de coordenação em parceria com outras áreas do museu, como a Curadoria, Área Técnica, Conservação e Restauração. Em sua subordinação estão a Secretaria de Comunicação, Difusão Cultural, Educativo, Exposições e Programação Visual.

Conservação: Dedicada-se à coordenação, supervisionamento e avaliação das ações das atividades de conservação, restauração, monitoramento climático e rotinas da reserva técnica do museu. Trabalha com projetos da área, realiza intercâmbios com outras instituições, assim como emite pareceres e laudos técnicos para outras instituições, após a realização de vistorias solicitadas. Estabelece as melhores condições para a realização de exposições, armazenamento, manuseio, além do transporte de itens dos acervos museológicos, bibliográficos e arquivístico do MNBA. Em sua subordinação estão a Reserva Técnica, Restauração de Pintura, Restauração de Papel e o Monitoramento Climático.

Divisão Técnica: Responsável pela coordenação e supervisão das curadorias e a gestão dos acervos. Incluem-se, nesta atribuição, os acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos. Desenvolve pesquisas, além de propor e supervisionar procedimentos técnicos documentais próprios de atividades com acervos. Isto inclui identificação, registros, catalogação de dados relacionados aos bens culturais integrantes do acervo. Estas atividades são desenvolvidas sob a forma de registros, inventários e sistemas de recuperação de informação. Em sua subordinação estão a Secretaria da Divisão Técnica, Núcleo de Registro, Biblioteca, Arquivo Histórico, Núcleo de Imagem, Sistema Simba/Donato e as curadorias de Arte Africana, Coleções Especiais, Desenho, Escultura, Fotografia, Gravura, Novas Linguagens, Pintura Brasileira, Pintura Estrangeira e Arte Popular.

Divisão Administrativa: Área encarregada de desenvolver, executar, coordenar e supervisionar todos os trabalhos desenvolvidos no campo administrativo do museu. Estas

atividades englobam operações que vão desde a parte orçamentária, financeira, contábil até a patrimonial, sempre em conformidade com as normas e a legislação vigente. Assessora a direção na formulação e monitoramento de processos de gestão administrativa do patrimônio público federal. Atua em processos licitatórios, contratos, aquisição de bens e serviços, além de gestão administrativa interna e de pessoal. Em sua subordinação estão a Secretaria da Administração, Almoxarifado, Contratos, Licitações, Manutenção, Patrimônio, Planejamento, Portaria/Recepção, Protocolo, RH, Segurança e, por fim, Orçamento e Finanças.

Algumas áreas apontadas nesta proposta apresentam pouca ou nenhuma documentação com guarda no Arquivo Histórico, devido a definições de sistema de tramitação de gestão ou por opção institucional por hora. No entanto, como o fluxo natural será o aporte de muitos dados para o acervo permanente, em algum momento, inclui-se aqui todas as áreas na proposta de sistematização sugerida.

Nível 2

Quadro 24 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Direção

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA MNBA
Título: Direção
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Função mais antiga da instituição, apresenta documentos produzidos pela alta hierarquia no desenvolvimento das atividades de gestão institucional. Em sua composição há processos de todos os tipos, como de contratação de serviços, ofícios, Atas de reuniões, Editais dos quais o museu participou ou promoveu, convênios, despachos decisórios, entre outros. Por uma questão cultural, a produção documental não consta em sua totalidade. No passado, muitos gestores não compreendiam a dimensão de separação entre a pessoa profissional exercendo atividade e a pessoa física no desenvolvimento de atribuições pessoais. Com isso, muitos documentos permaneceram em poder de diretores, os quais, quando eram destituídos do cargo, levavam consigo grande parte daquilo que desenvolviam durante seu tempo na ocupação do cargo. Atualmente isso mudou. No entanto, o acervo ainda reflete essas perdas ocasionadas pela mentalidade de outras épocas.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições

Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 25 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Arquitetura

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA ARQT
Título: Arquitetura
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Apresenta acervo formado por documentos arquivísticos relacionados às atividades de cuidados com a edificação e instalações do prédio do Museu Nacional de Belas Artes. Incluem-se fotografias de fachadas, dados sobre a construção, registros documentais, intervenções, manutenções e vistorias para prevenção ou melhorias. Salienta-se que, atualmente, grande parte dessa documentação permanece arquivada no próprio setor e pouca coisa tramitou para o recolhimento permanente no Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições

Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 26 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Assessoria de Comunicação

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA ASCOM
Título: Assessoria de Comunicação
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Atua na construção e projeção da imagem institucional internamente e para o grande público externo. Realiza eventos e, por consequência, gera documentação que envolva essas ações. Há um pequeno acervo sob guarda do Arquivo Histórico, com <i>folders</i> sobre exposições, divulgações de eventos, ofícios e circulares relativas às ações desenvolvidas pela área. Os documentos deste setor se enquadram na observação inicial para algumas áreas, em que a maior parte da guarda de documentos ainda não foi tramitada para o acervo permanente.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.

Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 27 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Coordenação de Comunicação

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA COMUN
Título: Coordenação de Comunicação
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Constituída por áreas responsáveis por atuarem na comunicação institucional. Portanto, dessa seção constam núcleos que têm por finalidade a difusão cultural e a programação visual do museu, além do desenvolvimento de ações em exposições e atividades educativas. A documentação arquivística resultante dessas funções vai de memorandos, processos, atas de reuniões, pesquisa de público, livros de assinaturas em exposições, convênios a relatórios. Destaca-se, aqui, a grande quantidade de documentos relativos a exposições

temporárias sob a guarda do acervo do Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 28 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Coordenação de Conservação

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA CONSER
Título: Coordenação de Conservação
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Formado por itens provenientes das funções desenvolvidas no campo da conservação. Apresenta documentos técnicos próprios das atividades realizadas em restauração, conservação e

monitoramento de climas em ambientes. Sendo assim, dessa área constam relatórios e laudos técnicos, estudos de materiais, memorandos dos mais variados quanto a intervenções e orientações no trato com o acervo, além de outros documentos. Este setor se enquadra na observação inicial para algumas áreas devido ao fato de estar com guarda da maioria dos documentos que ainda não foram tramitados para o acervo permanente.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 29 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Divisão Técnica

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC
Título: Divisão Técnica
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes

Área de conteúdo e estrutura
<p>Âmbito e conteúdo: Apresenta documentos arquivísticos produzidos na área técnica do Museu Nacional de Belas Artes, no exercício das atividades desta função. Formado por itens como atas de reuniões, certidões, aquisições, plano museológico, processos, contratos, prestação de contas, entre outros tipos documentais. Reflete as ações desenvolvidas pelas áreas sob sua subordinação, como a Secretaria da Divisão Técnica, Núcleo de Registro, Biblioteca, Arquivo Histórico, Núcleo de Imagem, Sistema Simba / Donato, e as curadorias de Arte Africana, Coleções Especiais, Desenho, Escultura, Fotografia, Gravura, Novas Linguagens, Pintura Brasileira, Pintura Estrangeira e Arte Popular. Muito deste acervo, que já poderia estar no Arquivo Histórico, ainda está sob guarda dos núcleos, em decorrência da necessidade de maior fluxo de tramitação dos dados.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
Área de condições de acesso e uso
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.</p>
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
Área de controle da descrição
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 30 – Descrição MNBA – Nível 2 – Seção – Divisão Administrativa

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 2
Área de identificação
<p>Identificador: BR RJMNBA DIVAD</p>
<p>Título: Divisão Administrativa</p>
<p>Data(s): 1937 – atual</p>

Nível de Descrição: (2) Seção
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
<p>Âmbito e conteúdo: Composto por documentos que refletem as funções administrativas do Museu Nacional de Belas Artes. Apresenta, no Arquivo Histórico, parte de alguns itens produzidos pela área no desenvolvimento das atividades da instituição. Formado pelos núcleos de Secretaria da Administração, Almoxarifado, Contratos, Licitações, Manutenção, Patrimônio, Planejamento, Portaria / Recepção, Protocolo, RH, Segurança e, por fim, Orçamento e Finanças. Dele constam atas de reuniões, editais, regimentos, regulamentos, telegramas, despachos, pareceres, portarias, determinações de serviços, guias de remessas de documentos como notas fiscais e boletos bancários, atestados, correspondências, contratos, convênios, decisões (solicitações, requerimentos e reclamações), declarações, instrução de serviço, memorando, processos, protocolos de intenções e relatórios como um todo.</p> <p>Além de acondicionar itens no setor de Administração, sem o seu recolhimento para o acervo permanente, há um passivo institucional não tratado, como resultado dos problemas de gestão e tramitação. Logo, trata-se de documentos que já deveriam estar sob guarda no Arquivo Histórico. Esta situação deve ser resolvida a partir dos esforços iniciados com o desmembramento do Arquivo Institucional como setor e pelo fato de ter sido vinculado à direção, além de contar, agora, com uma arquivista cuidando desta parte.</p>
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thais Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Descrição Nível 3 – Estrutura

De todas as áreas apontadas em nível 2, a única sem subordinação é a Arquitetura. Ainda que atue em parceria com outros setores, sua relação hierárquica não possui outro núcleo que a ele esteja vinculado diretamente. Em muitos momentos, as áreas são apontadas de acordo com o seu cadastro no SEI. No entanto, isto não significa a concepção de um setor único, com atuação de profissionais específicos para cada definição. Muitas atividades são cumulativas, com uma única pessoa sendo responsável pelo desenvolvimento de trabalhos em dois, três ou mais núcleos. Ainda assim, apontou-se esta área em razão de a produção documental ser distinta para cada estrutura apontada. A seguir, definem-se as atribuições de cada área relacionada à estrutura do Museu Nacional de Belas Artes em nível 3.

Arquivo Institucional: Desvinculado da administração recentemente e subordinado à direção, o Arquivo é responsável por coordenar e implementar a adoção de procedimentos arquivísticos na etapa de produção, tramitação, uso de acervos correntes e intermediários da instituição. Atua também para aplicação de normas quanto ao uso e preservação de documentos técnicos e administrativos do MNBA, para assegurar condições de consulta a estas fontes documentais.

Núcleo de Eventos: Atua em todas as atividades relacionadas a eventos institucionais, lida com ações necessárias antes, durante e após a realização de eventos no MNBA. Realiza contatos, estabelece conexões de logística, supervisiona os trâmites de infraestrutura juntamente com a Administração e faz reuniões entre as equipes envolvidas. Está vinculado hierarquicamente à Assessoria de Comunicação.

Secretaria de Comunicação: Atribuições de secretariado com relação às atividades da coordenação de comunicação, seção à qual está subordinada hierarquicamente. A coordenação apresenta, em sua subordinação, além da secretaria, núcleos para o educativo, programação visual, difusão cultural e exposições.

Difusão Cultural: Desenvolvedor de ações para divulgação, fomento, execução e integração das atividades culturais e pesquisas do museu, atua diretamente na promoção de operações de difusão para a disseminação dos programas institucionais. Trabalha subordinado à coordenação de comunicação. Esta função é realizada muitas vezes em conjunto com as Curadorias de Gestão de acervos e de Conservação e Restauração.

Educativo: Diversamente às formas como o setor de educação existia na época de Academia Imperial de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes, ao se consolidar como museu, a instituição passou a ter esta área subordinada à coordenação de comunicação. Tem como alguns de seus focos a promoção de ações educativas e artísticas com envolvimento do público interno e externo. Elabora, executa e supervisiona programas, ações e atividades educativas, conforme políticas e estratégias de educação em museus, definidas e desenvolvidas no âmbito do MNBA. Desenvolve programas de acessibilidade. Propõe, elabora, implementa e supervisiona cursos, seminários, oficinas, *workshops*, encontros, congressos, debates, palestras, cursos de capacitação, formação e atualização, em parceria com as demais áreas do museu e/ou comunidade externa como Universidades, Centros Culturais e Museus. Além disso, propõe, elabora e acompanha projetos educativos das exposições no MNBA.

Exposições: É incumbido do planejamento, supervisão, acompanhamento e documentação de todas as atividades relacionadas aos fluxos de produção das exposições. Sendo assim, trabalha com as montagens e desmontagens de exposições, entrada e saída de materiais utilizados, obras de arte e equipes. Avalia cronogramas e a execução das atividades, conforme as normas da instituição, com produção de relatórios, além de ser uma área interdisciplinar com outros núcleos em funcionamento no museu.

Programação Visual: Trabalha com a identidade visual do museu. Por meio de pesquisas e criações, idealiza, desenvolve e supervisiona a execução dos conteúdos pensados pelos técnicos, para as peças gráficas a serem utilizadas pela instituição.

Monitoramento Climático: Realiza o acompanhamento do sistema de climatização dos ambientes do MNBA. Logo, com a utilização de aparelhos, faz o registro dos dados relacionados à temperatura e umidade dos espaços. Faz propostas de melhorias do clima. Estabelece padrões de iluminação nas exposições. Emite pareceres de controles, faz relatórios técnicos e monitora os agentes biológicos, assim como os ambientais, seja em espaços de exposição ou de guarda de acervos.

Restauração de Papel: Inclui toda atividade destinada a conservar e restaurar os documentos em papel sob guarda do museu. Para isso, elabora projetos para trabalhar com os itens dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológico. Avalia estado de conservação das obras,

assim como define os critérios para transporte e preparo de exposições. Emite laudos técnicos, além de documentar procedimentos. Atende visitantes, pesquisadores, estudantes e profissionais da área.

Restauração de Pintura: Inclui toda atividade destinada a conservar e restaurar as pinturas sob guarda do museu. Sendo assim, elabora projetos, avalia o estado de conservação das obras, tal como define os critérios para transporte e preparo de exposições. Emite laudos técnicos e documenta procedimentos. Atende visitantes, pesquisadores, estudantes, profissionais da área.

Reserva Técnica: Responsabilidade pela gerência de todas as ações relacionadas à guarda dos bens musealizados do acervo do museu. Define métodos de acondicionamento, os materiais a serem utilizados e organiza os itens do acervo que não estão em exposição. Elaborar projetos, orienta movimentações das obras, faz a gestão da guarda dos objetos. Faz vistorias periódicas em parceria com o setor de manutenção, para garantir segurança e condições adequadas para o acervo.

Arte Africana: Área curatorial vinculada à Divisão Técnica do MNBA. Desenvolve atividades de concepção, montagem e supervisão de exposições de obras sobre arte africana. Realiza estudos, projetos, emite pareceres e laudos técnicos quanto ao exercício de um trabalho que visa ofertar acesso do público às obras existentes sobre o tema de exposição proposto. Propõe, coordena e supervisiona a gestão do acervo e aplicação dos procedimentos técnicos. Isto está vinculado ao ato de documentar, cuidar do acervo por meio de ações de identificação, catalogações, atualização de inventários e sistemas de recuperação de dados.

Biblioteca: Atua com o acervo bibliográfico e multimídia institucional, em conformidade com a política de aquisição do museu e regras vigentes na área. Faz a seleção, identificação, aquisição, registra, organiza e cataloga os acervos bibliográficos. Utiliza base de dados própria. Viabiliza acesso dos pesquisadores internos e externos aos livros, periódicos, catálogos e outros tipos de documentos sob guarda do setor. Preserva e faz o controle de consultas, empréstimos e pedidos de reprodução das obras deste acervo. Realiza intercâmbio de dados com outras instituições.

Arquivo Histórico: Trabalha com o acervo arquivístico institucional e de artistas das belas artes. Desenvolve atividades relacionadas aos documentos de guarda permanente do museu.

Estrutura e executa diretrizes em conexão com as normas técnicas brasileiras e internacionais vigentes. Organiza, trata e confecciona instrumentos de pesquisa arquivísticos para melhorar o acesso às fontes documentais sob sua guarda. Dá acesso a pesquisadores internos e externos. É o único dos três acervos que não apresenta um sistema eletrônico de gestão de dados do acervo.

Coleções Especiais: Área de curadoria vinculada à Divisão Técnica do MNBA. Trabalha na concepção, montagem e supervisão de exposições de obras de arte das coleções especiais. Desenvolve projetos, estudos, pareceres e laudos técnicos sobre atividades que visem ofertar acesso do público às obras existentes sobre o tema de exposição proposto. Propõe, coordena e supervisiona a gestão do acervo, assim como a aplicação dos procedimentos técnicos. Documenta, cuida do acervo com ações de identificação, catalogações, atualização de sistemas de recuperação de dados e inventários.

Desenho: Campo de curadoria ligado à Divisão Técnica do MNBA. Faz a montagem, concepção e supervisão das exposições de obras que envolvam os desenhos. Estuda, emite pareceres e laudos técnicos, cria projetos para ofertar acesso do público às obras existentes sobre esta temática, com a exposição dos itens. Desenvolve propostas, coordena e supervisiona aplicação de procedimentos técnicos para melhor gestão do acervo. Cuida do acervo com ações de identificação, documenta, cataloga, atualiza os inventários e os sistemas de recuperação de informações.

Simba/ Donato: Foi o programa responsável pelo funcionamento do sistema informatizado do acervo museológico da instituição – Programa Donato (ainda vigente). Trabalhou não somente com uma estrutura de atendimento para o MNBA, mas com outros 121 museus que receberam a cessão gratuita do sistema, o qual foi desenvolvido pela equipe do MNBA nos anos de 1990. A transferência de sua *expertise* para a sede do IBRAM chegou a ser cogitada.

Escultura: Curadoria subordinada hierarquicamente à Divisão Técnica do MNBA. Cria, supervisiona e concebe exposições de obras de arte da área de escultura. Elabora projetos, pareceres, laudos técnicos e conteúdo para proporcionar o acesso ao público por meio de exposições. Aplica procedimentos técnicos quanto à identificação, catalogações, inventários atualizados e sistemas de recuperação de dados. Desempenha a gestão das esculturas, com aplicação das técnicas e normas vigentes na área.

Fotografia: Curadoria vinculada à Divisão Técnica do Museu Nacional de Belas Artes. Atua na supervisão, montagem e concepção das exposições de obras de arte fotográficas. Idealiza projetos, emite laudos técnicos, pareceres e elabora conteúdos que promovam o contato do público por meio das exposições. Aplica técnicas com a realização da gestão de fluxo do material fotográfico. Identifica, cataloga, inventaria e atualiza os sistemas de recuperação de dados.

Gravura: Área curatorial subordinada à Divisão Técnica do MNBA. Idealiza, supervisiona e faz a montagem das exposições de obras de arte que envolvam as gravuras do museu. Realiza sugestões, cuida e coordena a gestão do acervo, com o emprego de técnicas da área. Desenvolve estudos, pareceres e laudos técnicos. Propõe projetos que tornem as obras de arte acessíveis, por meio de exposição dos itens de sua coleção. Atualiza os inventários e sistemas de recuperação de dados. Cataloga e identifica o acervo.

Núcleo de imagem: Responsável por orientar e atender demandas de usuários em processos de solicitação de uso de imagem, de acordo com a instrução normativa nº 01/2013 IBRAM. Orienta e fornece acesso aos consulentes de acordo com as normas, instrui e acompanha processos abertos para a finalidade de reprodução de conteúdo institucional em outros locais. Também consta em suas atribuições o envolvimento em serviços de aquisição e recepção de arquivo digital. Organiza o arquivo digital das imagens por meio de seu armazenamento em CD-ROM e/ou banco de dados. Além disso, trata e edita imagens que devem ser incluídas em sistema informatizado de gerenciamento do acervo.

Novas linguagens: Curadoria ligada à Divisão Técnica do Museu Nacional de Belas Artes. Trabalha com a concepção, montagem e supervisão de exposições de obras de arte em área de novas linguagens. Concebe projetos, consolida laudos técnicos e pareceres. Desenvolve conteúdo para o público nas exposições. Realiza a identificação, catalogação, inventaria e atualiza os sistemas de recuperação de informações. Utiliza técnicas na realização da gestão do acervo.

Pintura brasileira: Ligada à Divisão Técnica, esta área de curadoria atua na idealização, montagem e supervisão de exposição de obras de artes de pinturas nacionais. Trata o acervo com atividades técnicas de catalogação, inventário e atualização de sistema de informação. Emite pareceres, laudos técnicos, faz projetos e estuda os dados sobre as obras. Busca oferecer

maior riqueza de informação ao público que tenha contato com as pinturas em exposição nas galerias.

Pintura Estrangeira: Subordinada hierarquicamente à Divisão Técnica do museu. Desenvolve rotinas técnicas de inventário, catalogação e atualização de dados em sistema de informação. Faz projetos, pareceres, laudos técnicos e estuda as obras do acervo. Realiza a montagem e supervisão de exposições de obras de artes de pinturas estrangeiras nas galerias do MNBA, sempre com objetivo de ofertar maior acesso ao grande público.

Arte Popular: Curadoria com subordinação hierárquica à Divisão Técnica do MNBA. Faz a gestão das obras da área de arte popular, utilizando técnicas e normas vigentes. Elabora pareceres, projetos, emite laudos técnicos e conteúdo para ofertar acesso ao público em exposições do acervo. Concebe, cria e supervisiona exposições das obras. Realiza procedimentos técnicos para a identificação, através de catalogações, mantendo inventários atualizados e atualização de sistemas de recuperação de dados.

Núcleo de Registro: Trabalha com as aquisições, movimentações de obras de arte para empréstimos de longa e curta duração, com a atualização dos registros. Desenvolve inventários dos bens culturais que constam no acervo do MNBA, em conformidade com o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados. Identifica, registra, gerencia a documentação de aquisições em livro de registro. Mantém dados atualizados no sistema Donato. Atua na política de aquisição e descarte. Faz propostas de pesquisas, assim como ações para conservação e segurança do patrimônio cultural.

Secretaria da Divisão Técnica: Tem atribuições de secretariado com relação às atividades da coordenação de divisão técnica, seção à está subordinada hierarquicamente. A coordenação apresenta, em sua subordinação, além da Secretaria: Biblioteca, Arquivo Histórico, Sistema Simba/Donato, Registro, Núcleo de Imagens e as Curadorias (Arte Africana, Coleções Especiais, Desenho, Escultura, Fotografia, Gravura, Novas Linguagens, Pintura Brasileira, Pintura Estrangeira e Arte Popular).

Secretaria da Administração: Atribuições de secretariado com relação às atividades da coordenação de administração, seção à qual está subordinada na hierarquia. A coordenação apresenta, em sua subordinação, além da Secretaria, núcleos para Almoxarifado, Contratos,

Licitações, Manutenção, Patrimônio, Planejamento, Portaria/ Recepção, Protocolo, Recursos Humanos, Segurança, além de Orçamento e Finanças.

Almoxarifado: Entre suas principais atribuições está o controle do estoque de materiais, com observação de prazos de validades e com garantia de acondicionamento da melhor forma. Realiza a conferência das especificações de materiais adquiridos. Faz o direcionamento dos materiais de consumo para os solicitantes.

Contratos: Elabora, controla, fiscaliza procedimentos relacionados à gestão de contratos das mais diversas naturezas para o museu. Acompanha diligências, execução de contrato, analisa reajustes, revisões econômico-financeiras e verificação de conformidades com as cláusulas contratuais. Realiza procedimentos para publicações no Diário Oficial da União (DOU).

Licitações: Cuida da gestão de compras, licitações, contratos e processos. Trabalha na orientação de ações cabíveis para a confecção de projetos básicos e termos de referência de processos licitatórios junto às áreas. Dá instruções, acompanha e faz a execução de processos de licitação. Trabalha com os sistemas próprios para compras e o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF). Oferece informações sobre atualizações de trâmites de processos, além de demandar adequações cabíveis em razão de questões jurídicas.

Manutenção: Atua nas ações relacionadas à manutenção das dependências do prédio do museu. Portanto, orienta, acompanha e supervisiona os trabalhos da equipe operacional, através de medidas preventivas como vistorias periódicas, ações de conservação e manutenção de instalações nos espaços de trabalho ou exposições. Participa da elaboração e implantação de Plano de Emergência, além de estar presente nas logísticas de eventos de toda natureza, que aconteçam no espaço do MNBA.

Patrimônio: Trabalha com ações relacionadas ao gerenciamento do patrimônio. Logo, realiza toda a rotina de identificação de bens móveis e imóveis, doações, repactuações. Registra, movimenta, inventaria os bens. Presta contas a alçadas superiores sobre variações ou eventuais baixas e perdas de materiais.

Planejamento: Desenvolve o planejamento e a condução de atos da administração para a realização de pagamento e liquidação de despesas do museu. Para isso, segue as normas

administrativas vigentes. Acompanha a execução orçamentária anual. Registra, trata, executa e controla a gestão do orçamento, campo financeiro, contábil e patrimonial dos recursos em posse do museu. Supervisiona e coordena ações entre áreas correlatas, como a administração financeira, contabilidade federal e os serviços gerais. Monitora programas e projetos do museu. Executa gestão de processos de licitação para aquisição de bens e serviços via contratos. Sistematiza atos que formalizem convênios, acordos e outros instrumentos legais, além de prestação de contas com as áreas abrangidas.

Portaria / Recepção: Cuida das rotinas de controle de entrada e saída de pessoal ou objetos das dependências do museu. Monitora o fluxo de acesso de funcionários, público e outros que transitam pelo prédio, para garantia de segurança. Apresenta vínculo com a área de segurança do museu. Foi apontado em separado por constar desta forma no SEI.

Protocolo: Ocupa-se de atividades relacionadas às rotinas de protocolo na instituição. Sendo assim, é de sua responsabilidade o recebimento de documentos, sua conferência, classificação, registro e expedição às áreas. Cadastra, junta e separa os itens a serem colocados em processos. Acompanha a tramitações de malotes dos Correios.

Recursos Humanos: Apesar do RH oficial estar sediado no IBRAM, em Brasília, há uma parte responsável no museu por conectar as demandas quanto às rotinas de pessoal, tanto por definições estabelecidas pela instituição, como pelas necessidades dos funcionários. Logo, esta área atua em questões como folha de ponto, férias, licenças e inclusive em outros casos mais específicos, que envolvam o capital humano institucional.

Segurança: Cuida das ações para o estabelecimento de ordem nas dependências da instituição visando garantir segurança patrimonial e de equipamentos. Envolve supervisão e escala de serviço de vigilantes e brigadistas, monitoramento de sistema de vigilância, controle de entrada e saída de pessoal, visitantes, obras de arte e equipamentos, em conformidade com as normas. Elabora relatórios sobre ocorrência de irregularidades, avalia a existência de riscos e realiza os primeiros cuidados, em casos de sinistro, como incêndios e vazamentos.

Orçamento e finanças: Ocupa-se das atividades de orçamento e finanças do museu. Com a identificação das necessidades financeiras da unidade, o setor conduz o gerenciamento através de empenho, movimentação, pagamento e liquidação de despesas. Prevê receitas, lida com as

rotinas do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) utilizado pelo governo federal. Concretiza o planejamento orçamentário, de acordo com as necessidades finalísticas do museu.

Nível 3

Quadro 31 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Arquivo Institucional

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA MNBA ARQINST
Título: Arquivo Institucional
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Desmembrado recentemente da gestão, pela administração, o Arquivo Institucional foi realocado com subordinação direta à Direção. Trabalha com a gestão do acervo corrente e intermediário, na busca por solucionar o trâmite e fluxo documental institucional. Portanto, coordena e implanta métodos arquivísticos para possibilitar fluidez desde a produção até o recolhimento ao arquivo permanente. Em sua rotina, há documentos como memorandos, ofícios, processos, despachos, relatórios, além dos documentos criados e tramitados pelo SEI. Ressalta-se a existência de um grande passivo. Este ficou por muitos anos sem um cuidado mais técnico de especialista em gestão documental, impactando na formação de uma massa documental acumulada, composta por muitos itens que já deveriam ter sido descartados ou recolhidos ao Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA

Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 32 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Eventos

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA ASCOM EVENT
Título: Núcleo de Eventos
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Responsável por ações relacionadas a eventos no museu. Desempenha atividades que vão desde a etapa de concepção até à finalização do evento. Sendo assim, gera documentações relacionadas a logísticas e infraestrutura, por meio de contratos de serviços, atas de reuniões entre as partes envolvidas, firmação de convênios, despachos, entre outros documentos. Área subordinada à Assessoria de Comunicação.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA

Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 33 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Secretaria de Comunicação

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA COMUN COMSEC
Título: Secretaria de Comunicação
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Desenvolve rotinas de secretariado da Coordenação de Comunicação. Logo, apresenta conexão com outras áreas subordinadas a esta coordenação, como o Educativo, Difusão Cultural, Programação Visual e Exposições. Deste acervo constam documentos como despacho, <i>e-mail</i> , projeto, carta, portfólio, entre outros.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes.

Código de Referência: BR RJMNBA ENBA
Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 34 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Divisão Cultural

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA COMUN DCULT
Título: Núcleo de Divisão Cultural
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Criado pela Direção, em 2003, para atuar em ações de divulgação, pesquisa, fomento, execução e integração de atividades culturais no museu, estabelecendo ações que contribuíssem para a disseminação dos programas desenvolvidos na instituição. É uma área interdisciplinar, pois foi delimitada para trabalhar em parceria com outros núcleos do museu, como as Curadorias de Gestão de acervo e a Conservação e Restauração. Em consulta ao SEI, nota-se que esta área foi cadastrada em sistema, porém, com pouco registro de atividades nesse sistema. A maior parte seria documentação física, em que foram produzidos pareceres, ofícios, memorandos.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.

Código de Referência: BR RJMNBA MNBA
Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA
Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 35 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo Educativo

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA COMUN EDU
Título: Núcleo Educativo
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: A formatação da educação no Museu Nacional de Belas Artes diferencia-se das épocas das instituições antecessoras, por mudança da atribuição institucional. Enquanto no pretérito a principal função da AIBA e ENBA era a prática do ensino, nesse momento, como instituição de salvaguarda de memória cultural, a educação se reposiciona na estrutura e passa a ser subordinada à Coordenação de Comunicação do museu. Responsável pelo desenvolvimento de programas que estabeleçam conexão entre arte e educação, o núcleo promove seminários, oficinas, <i>workshops</i> , encontros, cursos, palestras, debates, visitas guiadas para escolas. Promove programas de inclusão e acessibilidade, além de mais atividades focadas nesta área. Todas as ações refletem em documentos como relatórios, ateste, processos, ofícios, demandas, despachos, cartas, entre outros. No Arquivo Histórico consta parcialidade dos documentos relacionados à área.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de

Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.
Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 36 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Exposições

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA COMUN EXPO
Título: Núcleo de Exposições
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Encarregado por desempenhar atividades vinculadas aos fluxos de produção de exposições. Trabalha com planejamento, supervisão e acompanhamento de trâmites de entrada e saída de materiais a serem utilizados, pessoal e obras de arte. Isto se denota em documentos como contratos, termos aditivos, ateste, processos, comunicados. No Arquivo Histórico há uma grande parcela de documentos sobre exposições temporárias de décadas passadas. Existe uma quantidade de itens para serem recolhidos ao Arquivo Histórico. O recolhimento foi solicitado há alguns anos e segue no aguardo de uma decisão nesse sentido.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições

Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 37 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Programação Visual

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA COMUN VISUAL
Título: Núcleo de Programação Visual
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
<p>Âmbito e conteúdo: Responsável pela identidade visual do museu, idealizou, criou e executou conteúdos para peças gráficas e outras fontes que usassem imagens como linguagem. Atualmente é um setor paralizado, por aposentadoria de funcionário. Documentos foram produzidos para as peças e precisam ser recolhidos para o Arquivo Histórico. Aponta-se este fator, aqui, pois, por se tratar de uma proposta, ela deve contemplar a existência de documentos. A área foi criada no Sistema Eletrônico de Informação. No entanto, esse sistema não gerou documentos diretamente da unidade. Neste acervo localizam-se registros como <i>e-mails</i> para programação visual para sacolas do MNBA, orçamentos, mapa comparativo de preços preliminares, estudo técnico e notas de empenho, por exemplo, como parte de processos que envolveram o núcleo.</p>

Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 38 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Monitoramento Climático

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA CONSER MONIT
Título: Monitoramento Climático
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: A necessidade de acompanhar, monitorar, controlar a temperatura em ambientes das dependências do museu, contribuiu para o estudo das instalações. Esta área também é responsável por controle de temperatura, umidade e iluminação dos padrões em espaço expositivo. Tem como função a melhoria e

garantia de um clima estável, por meio de boa conservação e preservação das obras, além da observação de agentes ambientais e biológicos. As ações resultam na produção de uma documentação considerável, como relatórios técnicos, propostas, estudos, comunicados internos, mapa comparativo, projetos básicos, <i>e-mails</i> , por exemplo. Esta documentação não está sob responsabilidade do Arquivo Histórico atualmente.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas. ²
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 39 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Restauração de Papel

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA CONSER RPAPEL
Título: Restauração de Papel
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes

Área de conteúdo e estrutura
<p>Âmbito e conteúdo: Os cuidados para conservar e restaurar acervos em suporte papel envolvem aplicação de técnicas nos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Sendo assim, avalia-se o estado de conservação das obras, definem-se critérios para traslados de acervo e preparam-se exposições. É uma área tradicional do museu, que atende demandas internas e externas. Recebe visitantes, estudantes e profissionais. Sua produção documental engloba emitir laudos técnicos, documentar procedimentos utilizados, atas, pareceres, ateste para nota fiscal, acordos de cooperação, processos de contratação, entre outros.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
Área de condições de acesso e uso
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.</p>
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
Área de controle da descrição
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 40 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Restauração de Pintura

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
<p>Identificador: BR RJMNBA CONSER RPINT</p>
<p>Título: Restauração de Pintura</p>
<p>Data(s): 1937 – atual</p>
<p>Nível de Descrição: (3) Série</p>

Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: As atividades desta área se direcionam a conservar e restaurar as pinturas pertencentes ao MNBA. É o núcleo responsável pela aplicação de técnicas impactantes nos estados de conservação das obras. Portanto, trabalha estabelecendo critérios técnicos, assim como para traslados de acervo e preparação de exposições. Campo tradicional do museu. Atende demandas internas e externas. Recebe visitantes, estudantes e profissionais. A produção documental engloba atas, pareceres, ateste para nota fiscal, laudos técnicos. Documenta procedimentos utilizados, acordos de cooperação, processos de contratação, entre outros.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 41 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Reserva Técnica

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA CONSER RT
Título: Núcleo de Reserva Técnica

Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Encarregado de toda a gestão de guarda dos bens musealizados do MNBA. Estrutura projetos, define métodos de acondicionamento e os materiais a serem utilizados na guarda de itens do acervo que não estão em exposição. Realiza parceria com a área de manutenção para garantir segurança e condições adequadas para o acervo. Orienta a movimentação de obras e cuida da rotina de guarda dos objetos. Sua função é representada por projetos, relatórios de fiscalização técnica, ofícios, despachos, acordos de cooperação técnica, inventários. Grande parte da documentação está em posse do setor e não foi para o Arquivo Histórico. É possível que muitos itens estejam entre os passivos da área do Arquivo Institucional.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 42 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Arte Africana

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA DITEC AFR	
Título: Núcleo de Arte Africana	
Data(s): 1937 – atual	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes	
Área de conteúdo e estrutura	
<p>Âmbito e conteúdo: Parte de curadoria está subordinada hierarquicamente à Divisão Técnica do MNBA. Esta área atua na gestão de obras sobre arte africana. Desenvolve estudos, propõe procedimentos técnicos e cuida das rotinas do acervo. Suas ações de gerenciamento resultam na elaboração de documentos como: projetos básicos, inventários, memorandos, ofícios, notas técnicas, despachos. Estes documentos não foram recolhidos para o Arquivo Histórico, até o momento.</p>	
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.	
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso: Sem restrições	
Condições de reprodução: Sem restrições	
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.	
Área de fontes relacionadas	
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>	
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.	
Área de controle da descrição	
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.	
Data da descrição: 2015-2021	
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.	

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 43 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Biblioteca

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA DITEC BIBLI	
Título: Núcleo de Biblioteca	
Data(s): 1937 – atual	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes	
Área de conteúdo e estrutura	
<p>Âmbito e conteúdo: As rotinas de gerenciamento do acervo bibliográfico e multimídia do museu incidem na criação de documentos sobre as atividades realizadas pelo núcleo. Assim como o acervo museológico, a biblioteca apresenta base de acesso eletrônico para o acervo. Suas ações de catalogação, identificação, aquisição, registro, organização, controle de consultas, empréstimos e intercâmbio de dados interinstitucionais constituem uma vasta produção documental sob guarda do próprio núcleo, sem recolhimento para o Arquivo Histórico. Entre os documentos de gestão, considerando apenas os administrativos, estão projetos básicos, <i>e-mails</i>, inventários, ofícios, memorandos, pareceres técnicos, normas, manuais, termo de doação, comunicados internos, cartas, despachos, propostas, processos.</p>	
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.	
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso: Sem restrições	
Condições de reprodução: Sem restrições	
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.	
Área de fontes relacionadas	
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>	
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.	
Área de controle da descrição	
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.	
Data da descrição: 2015-2021	

Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 44 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Arquivo Histórico

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC ARQ
Título: Arquivo Histórico
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Acervo composto por documentos institucionais provenientes das atividades e ações desenvolvidas pelo Museu Nacional de Belas Artes. Realiza o tratamento, organização e confecção de instrumentos de pesquisa para ampliação do acesso às fontes documentais sob sua guarda. É o único dos três acervos a não apresentar um sistema eletrônico específico próprio para controle do acervo. O trabalho de gestão dos documentos de guarda permanente, estruturação, execução de técnicas conforme diretrizes e normativas nacionais e internacionais, resulta em produção documental. Há, portanto, projetos básicos, relatórios, inventários, instrumentos de pesquisa, ofícios, memorandos, <i>e-mails</i> , pareceres técnicos, despachos, cartas de doação.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.

Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 45 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Coleções Especiais

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC COLESP
Título: Núcleo de Coleções Especiais
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Atua na gestão de obras das coleções especiais do museu. Núcleo de curadoria com subordinação hierárquica à Divisão Técnica. Realiza estudos, aplica e propõe procedimentos técnicos. Encarrega-se das rotinas do acervo. As ações desenvolvidas pelo seu gerenciamento refletem em documentos como notas técnicas, projetos básicos, inventários, memorandos, ofícios, despachos. Os documentos até o momento não foram recolhidos para o Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA

Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 46 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Desenho

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC DESEN
Título: Núcleo de Desenho
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Curadoria vinculada à Divisão Técnica do Museu Nacional de Belas Artes. Efetua estudos, propõe procedimentos técnicos, além de cuidar das rotinas do acervo. Trabalha com a gestão dos desenhos da instituição. As atividades de gestão refletem na construção de documentos como ofícios, notas técnicas, projetos básicos, inventários, memorandos, despachos. Os documentos não foram recolhidos para o Arquivo Histórico até o momento.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA

Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 47 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Sistema Simba / Donato

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC DONATO
Título: Sistema Simba / Donato
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Sistema responsável pelo funcionamento do sistema informatizado de acervo museológico da instituição – Programa Donato (ainda vigente). Chegou a ter sua transferência de <i>expertise</i> cogitada para a sede do IBRAM, mas foi devolvido para o museu. Com uso e atendimento por cessão gratuita a mais de 121 museus, seu acervo apresenta registro da memória da construção, manutenção e veiculação do sistema. Está sob a responsabilidade da Divisão Técnica. Não ocorreu recolhimento para o Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes.

Código de Referência: BR RJMNBA ENBA
Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021 pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 48 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Escultura

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC ESC
Título: Núcleo de Escultura
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Faz o gerenciamento curatorial das esculturas do acervo do museu. Vinculado à Divisão Técnica, realiza as rotinas do acervo. Estuda, aplica e propõe procedimentos técnicos. Os atos provenientes da gestão resultam em documentos como ofícios, despachos, atestes, notas técnicas, projetos básicos, inventários, memorandos. Os documentos não foram recolhidos para o Arquivo Histórico, até o momento.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA

<p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
<p>Área de controle da descrição</p>
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
<p>Área de pontos de acesso e indexação de assuntos</p>
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 49 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Fotografia

<p>FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3</p>
<p>Área de identificação</p>
<p>Identificador: BR RJMNBA DITEC FOTO</p>
<p>Título: Núcleo de Fotografia</p>
<p>Data(s): 1937 – atual</p>
<p>Nível de Descrição: (3) Série</p>
<p>Área de contextualização</p>
<p>Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes</p>
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>
<p>Âmbito e conteúdo: Área curatorial ligada à Divisão Técnica do Museu Nacional de Belas Artes. Trabalha com a gestão das fotografias da instituição. Desenvolve estudos, cuida das rotinas do acervo e propõe a aplicação de ações técnicas. As rotinas de gerenciamento resultam em documentos como memorandos, ofícios, inventários, notas técnicas, projetos básicos, despachos. Os documentos das rotinas do núcleo não foram recolhidos para o Arquivo Histórico até o momento.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
<p>Área de condições de acesso e uso</p>
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.</p>
<p>Área de fontes relacionadas</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro.</p>

<p>Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
<p>Área de controle da descrição</p>
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
<p>Área de pontos de acesso e indexação de assuntos</p>
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 50 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Gravura

<p>FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3</p>
<p>Área de identificação</p>
<p>Identificador: BR RJMNBA DITEC GRAV</p>
<p>Título: Núcleo de Gravura</p>
<p>Data(s): 1937 – atual</p>
<p>Nível de Descrição: (3) Série</p>
<p>Área de contextualização</p>
<p>Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes</p>
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>
<p>Âmbito e conteúdo: Núcleo curatorial vinculado à Divisão Técnica do MNBA. Trabalha na gestão das gravuras. Realiza estudos, faz proposta de procedimentos técnicos e desenvolve as rotinas de administração do acervo. Como resultado de suas ações de gerenciamento, encontram-se documentos como despachos, projetos básicos, inventários, memorandos, ofícios, notas técnicas. Os documentos não foram recolhidos para o Arquivo Histórico, até o momento.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
<p>Área de condições de acesso e uso</p>
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.</p>
<p>Área de fontes relacionadas</p>

<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
<p>Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.</p>
<p>Área de controle da descrição</p>
<p>Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p>
<p>Data da descrição: 2015-2021</p>
<p>Área de pontos de acesso e indexação de assuntos</p>
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.</p>

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 51 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Imagem

<p>FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3</p>
<p>Área de identificação</p>
<p>Identificador: BR RJMNBA DITEC IMAGEM</p>
<p>Título: Núcleo de Imagem</p>
<p>Data(s): 1937 – atual</p>
<p>Nível de Descrição: (3) Série</p>
<p>Área de contextualização</p>
<p>Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes</p>
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>
<p>Âmbito e conteúdo: Área responsável pelo atendimento das demandas dos usuários sobre solicitações para uso de imagens, em conformidade com as normativas vigentes no IBRAM. Concede acesso, acompanha e dá instrução aos processos que objetivam reproduzir o acervo do museu. Trabalha com arquivos digitais das imagens, com armazenamento em CD-ROM e banco de dados. Realiza aquisição e recebe arquivos digitais. Tem documentos como processos de cessão de imagens, memorandos, <i>e-mails</i>, ofícios, despachos, relatórios, formulários, comunicados internos.</p>
<p>Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.</p>
<p>Área de condições de acesso e uso</p>
<p>Condições de acesso: Sem restrições</p>
<p>Condições de reprodução: Sem restrições</p>
<p>Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de</p>

Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 52 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Novas Linguagens

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC NLING
Título: Núcleo de Novas Linguagens
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Área de curadoria subordinada hierarquicamente à Divisão Técnica. Atua na gestão do acervo de novas linguagens do Museu Nacional de Belas Artes. Realiza rotinas de cuidados com o acervo, com aplicação de procedimentos técnicos e estudos. Suas atividades de gerenciamento resultam em documentos como inventários, notas técnicas, ofícios, projetos básicos, memorandos, despachos. Os documentos produzidos pelo núcleo não foram recolhidos para o Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições

Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 53 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Pintura Brasileira

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC PINBRA
Título: Núcleo de Pintura Brasileira
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Vinculada à Divisão Técnica, a curadoria atua na idealização, montagem e supervisão de exposição de obras de artes de pinturas nacionais. Faz a gestão das pinturas com a realização de rotinas e cuidados com o acervo. Estuda e realiza procedimentos técnicos refletidos em documentos como despachos inventários, <i>e-mails</i> , notas técnicas, ofícios, memorandos e projetos básicos. O Arquivo Histórico ainda não apresenta os documentos produzidos pela área.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso

Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por e-mail e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 54 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Pintura Estrangeira

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC PINTEST
Título: Núcleo de Pintura Estrangeira
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Com subordinação hierárquica à Divisão Técnica, essa área realiza a gestão das obras com a aplicação de técnicas nas rotinas de cuidados com o acervo. A curadoria atua na montagem, supervisão e idealização das exposições de obras de artes de pinturas estrangeiras. Estuda e realiza procedimentos técnicos, refletidos em documentos como notas técnicas, <i>e-mails</i> , despachos, inventários, ofícios, memorandos e projetos básicos. Os documentos produzidos pela área não foram recolhidos ao Arquivo Histórico.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.

Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 55 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Arte Popular

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC POP
Título: Núcleo de Arte Popular
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Subordinada à Divisão Técnica, esta curadoria se ocupa de cuidados com as obras de arte popular. Por meio de estudos, idealiza exposições e faz a montagem. Trabalha com o gerenciamento e aplicação de técnicas relacionadas a rotinas de tratamento do acervo. Os procedimentos técnicos empregados resultam em documentos como <i>e-mails</i> , ofícios, notas técnicas, despachos, inventários, memorandos e projetos básicos. O Arquivo Histórico não apresenta os documentos produzidos pela área, que seguem com o setor.

Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 56 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Registro

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC REGIS
Título: Núcleo de Registro
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Responsável por identificar, gerenciar e fazer o registro dos bens culturais do acervo do museu, esta área atua na política de aquisição e descarte. Realiza inventários em conformidade com o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados. Propõe pesquisas e procedimentos para segurança e conservação do

acervo. Portanto, trabalha com documentos como inventários, livros de registro, <i>e-mails</i> , ofícios, despachos, cartas, comunicados, notas técnicas e relatórios.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 57 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Secretaria da Divisão Técnica

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DITEC TECSEC
Título: Secretaria da Divisão Técnica
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: As atividades de secretariado da coordenação da Divisão Técnica do museu desenvolvem

documentos que estão ligados a todas as áreas subordinadas a este setor. Produz-se, portanto, <i>e-mails</i> , comunicados, ofícios, memorandos. Conecta-se com o Arquivo Histórico, Biblioteca, Núcleo de Imagens, sistema Simba/Donato, Registro e as Curadorias (Arte Africana, Coleções Especiais, Desenho, Escultura, Fotografia, Gravura, Novas Linguagens, Pintura Brasileira, Pintura Estrangeira e Arte Popular). Os documentos seguem com guarda na própria secretaria.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
<p>Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA</p> <p>Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA</p> <p>Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA</p>
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 58 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Secretaria da Administração

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD ADSEC
Título: Secretaria da Administração
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes

Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: As atividades de secretariado da coordenação de administração do museu contribuem para documentos que são ligados a todas as áreas subordinadas a este setor. A secretaria tem conexão com os núcleos para Almoxarifado, Contratos, Licitações, Manutenção, Patrimônio, Planejamento, Portaria/ Recepção, Protocolo, Recursos Humanos, Segurança além de Orçamento e Finanças. Os documentos seguem com guarda na própria Administração. Sendo assim, há <i>e-mails</i> , comunicados, ofícios, memorandos e outros documentos que refletem o desempenho da função.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 59 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Almoxarifado

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD ALM
Título: Núcleo de Almoxarifado
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série

Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Esta área atua na gestão e controle de estoque de materiais utilizados pelo museu. Confere especificações técnicas das aquisições, controla a distribuição e estoque dos materiais. Verifica prazos de validade de produtos e os direciona para solicitantes. Sua produção documental está relacionada às rotinas de suas atividades. Há, com isso, desde movimentação de material de consumo, <i>e-mails</i> , relatórios, inventários, notas fiscais, despachos, contas contábeis até portarias.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 60 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Contratos

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD CONT
Título: Núcleo de Contratos
Data(s): 1937 – atual

Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Área responsável pelo controle, fiscalização e elaboração de procedimentos atribuídos à gestão de contratos. Acompanha desde as diligências até as execuções do contrato. Revisa valores econômico-financeiros, analisa reajustes e conformidades de cláusulas contratuais. Envia publicações para divulgação no Diário Oficial da União. Apresenta documentos como contratos, orçamentos, <i>e-mails</i> , despachos, ofícios, memorandos.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Quadro 61 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Licitações

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD LIC
Título: Núcleo de Licitações

Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Área encarregada da gestão de compras, contratos, processos e licitações. Por consequência, gera documentação relacionada a essas funções. Apresenta sistema próprio de compras e fornecedores (SICAF). Orienta ações para elaboração de projetos básicos e termos de licitação em parceria com as áreas demandantes. Fornece dados de atualizações processuais, além de indicar adequações em conformidade com a legislação e normas jurídicas vigentes.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 62 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Manutenção

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD MANUT

Título: Núcleo de Manutenção
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Atividades de manutenção nas instalações prediais do Museu Nacional de Belas Artes. Orienta, supervisiona e acompanha a equipe operacional na realização dos trabalhos. Para ações preventivas, faz vistorias periódicas aos espaços de trabalho ou exposições, para garantir a boa conservação e manutenção das instalações. Atua na idealização e implantação do Plano de Emergência, com participação nas operações logísticas de eventos que ocorram no espaço do museu. Suas funções contribuem para o uso de relatórios, pareceres, processos, mapa de riscos, <i>e-mails</i> , notas técnicas, propostas, despachos, entre outros.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 63 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Patrimônio

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD PAT
Título: Núcleo de Patrimônio
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Gerencia o patrimônio do museu através do estabelecimento de ações de movimentações, registro e inventário de bens. Executa rotinas para identificação dos bens móveis e imóveis, faz repactuações e doações. Presta contas de eventuais perdas e baixas materiais a instâncias superiores da instituição. Logo, gera documentos como despachos, relatórios, notas técnicas, certidões, <i>e-mails</i> .
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 64 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Planejamento

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD PLAN
Título: Núcleo de Planejamento
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Área estratégica responsável por fazer o planejamento e estabelecer a conduta de atos da administração quanto a pagamento e liquidação de despesas do museu. Faz a supervisão e coordenação entre áreas correlatas, como administração financeira, contabilidade federal e os serviços gerais. Observa a execução do orçamento anual, além de efetuar o gerenciamento dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços por contratos. Sistematiza instrumentos legais dos mais variados, como convênios. Realiza a prestação de contas com as áreas. Desenvolve despachos, orçamentos, planejamentos, <i>e-mails</i> , relatórios e outros documentos que refletem suas ações.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 65 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Portaria / Recepção

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA DIVAD PORT	
Título: Núcleo de Portaria / Recepção	
Data(s): 1937 – atual	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes	
Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo: Atividade ligada à área de segurança do museu. Apontada em separado em razão da estrutura adotada no cadastro do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Para garantia de segurança, controla a entrada e saída de pessoal ou objetos nas dependências da instituição. Monitora o fluxo de acesso dos funcionários, equipes externas, público e outros que acessem as instalações. Produz relatórios e registros de acessos, ocorrências em livros.	
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.	
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso: Sem restrições	
Condições de reprodução: Sem restrições	
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.	
Área de fontes relacionadas	
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA	
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.	
Área de controle da descrição	
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.	
Data da descrição: 2015-2021	
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.	

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 66 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Protocolo

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	
DESCRIÇÃO NÍVEL 3	
Área de identificação	
Identificador: BR RJMNBA DIVAD PROT	
Título: Núcleo de Protocolo	
Data(s): 1937 – atual	
Nível de Descrição: (3) Série	
Área de contextualização	
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes	
Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo: Responsável pelo recebimento, conferência, classificação, registro e expedição de documentos para as áreas. Executa atividades de rotinas de protocolo do museu. Produz documentos resultantes de sua função. Realiza o cadastro, juntada e separação de itens a serem colocados em processos. Monitora trâmites de malotes do serviço dos correios.	
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.	
Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso: Sem restrições	
Condições de reprodução: Sem restrições	
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.	
Área de fontes relacionadas	
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA	
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.	
Área de controle da descrição	
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.	
Data da descrição: 2015-2021	
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.	

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 67 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Recursos Humanos

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD RH
Título: Núcleo de Recursos Humanos
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Este núcleo é um ponto de apoio para atuar nas demandas de rotinas de pessoal no museu. A gestão de pessoal oficial está locada em Brasília, pois o MNBA é integrante do Instituto Brasileiro de Museus. No entanto, em razão da descentralização em forma de unidades museais, são necessários pontos de apoio para conectar as funções de recursos humanos com a sede. Sendo assim, é uma área que se ocupa de folhas de ponto, férias, licenças e outras situações próprias das especificidades da gestão do capital humano institucional.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 68 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Segurança

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD SEGUR
Título: Núcleo de Segurança
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Encarregada da manutenção da ordem, segurança do patrimônio e equipamentos, é uma área responsável pela segurança institucional. Desempenha ações de monitoramento de sistema de vigilância, com o controle de entrada e saída de pessoas, obras de arte, equipamentos e visitantes. Realiza a escala de vigilantes e brigadistas. Gera relatórios de ocorrências sobre incidentes, irregularidades, avalia riscos latentes e, caso haja indício de sinistro, por fogo ou água, providencia os primeiros cuidados, tudo em conformidade com as normas vigentes. Emite relatórios, mapas de controles, pareceres.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

Quadro 69 – Descrição MNBA – Nível 3 – Série – Núcleo de Orçamento e Finanças

FUNDO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES DESCRIÇÃO NÍVEL 3
Área de identificação
Identificador: BR RJMNBA DIVAD SOF
Título: Núcleo de Orçamento e Finanças
Data(s): 1937 – atual
Nível de Descrição: (3) Série
Área de contextualização
Nome do produtor: Museu Nacional de Belas Artes
Área de conteúdo e estrutura
Âmbito e conteúdo: Desenvolve as ações relacionadas às finanças e orçamento do museu. Atua na concretização do planejamento orçamentário, em conformidade com as necessidades finalísticas da instituição. Identifica as necessidades monetárias da unidade e conduz o setor na confecção de empenhos, movimentações, pagamentos, liquidação de despesas. Faz a previsão de receitas e trabalha com o sistema utilizado pelo governo federal, chamado Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Gera processos de pagamentos, despachos e outros documentos que refletem o desempenho das atividades.
Sistema de arranjo: Em tratamento. Parcialmente organizado. Organização: listagem.
Área de condições de acesso e uso
Condições de acesso: Sem restrições
Condições de reprodução: Sem restrições
Instrumentos de pesquisa: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Setor Arquivo Histórico. Listagem. Rio de Janeiro, s/d. Disponível digitalmente por <i>e-mail</i> e no local.
Área de fontes relacionadas
Unidades de descrição relacionadas: Fundo: Museu Imperial de Belas Artes. (Brasil). Localização: Rio de Janeiro. Código de Referência: BR RJMNBA MNBA Coleção: Escola Nacional de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA ENBA Coleção: Academia Imperial de Belas Artes. Código de Referência: BR RJMNBA AIBA
Área de notas: Descrição realizada entre os anos de 2015 e 2021, pelos profissionais Cintya dos Santos Callado, João Henrique do Nascimento e Thaís Rodrigues de Freitas.
Área de controle da descrição
Regras ou convenções: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição: 2015-2021
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos
Pontos de acesso e indexação de assuntos: Museu Nacional de Belas Artes; Acervo Institucional; MNBA.

Fonte: A autora (2021), com base em dados da pesquisa.

4.4 RECOMENDAÇÕES

A constituição de uma memória institucional, no decorrer de toda a trajetória do que veio a se tornar o atual Museu Nacional de Belas Artes, passou pelo impacto de muitas oscilações na gestão pública administrativa. Logo, isto incide diretamente no questionamento sobre como dar continuidade à memória documental arquivística quanto à sua própria constituição do acervo.

Pensar em ordenação, organização, estabilidade da informação para o acervo institucional com guarda no Arquivo Histórico consiste em ações que permitam ofertar acesso aos dados do passado, atuais e futuros. É importante pensar em uma forma de os documentos físicos centenários seguirem preservados e coexistindo, de modo otimizado e eficaz, com um acervo digital em produção e uso nos dias atuais. A documentação em tramitação no formato digital, num futuro não longínquo, deverá ser recolhida ao Arquivo Histórico do museu junto aos demais itens do acervo.

Os trabalhos e esforços realizados pelas arquivistas que atuam nas diferentes etapas desta produção documental e guarda não devem se limitar apenas a mecanismos de resoluções de passivos. Uma herança da qual houve acúmulo informacional e pouca efetividade de atos que viabilizassem esforços anteriores a resolverem por completo a gestão, uso, tramitação e guarda de acervo arquivístico dos documentos do museu. As ações com objetivo de melhorias precisam de alinhamento entre passado, presente e futuro para estes documentos.

Além deste panorama, há uma transformação global em curso desde o período pós-guerras, a partir da qual houve um salto de aceleração principalmente nas últimas décadas. Após a segunda metade do século XX, a sociedade entra em alta velocidade de transformações, conforme destaca McSwite, em prefácio dedicado ao livro de Cavalcanti (2005), em que o autor aborda estratégias de gestão no setor público. No citado prefácio, McSwite afirma que “lidar com a transformação como condição permanente” passou a ser a maior certeza da sociedade, além de uma condição causadora do que ele denomina de aforismo (CAVALCANTI, 2005, p. 13-14).

O desenrolar desses cenários denotam o que McSwite chama de cataclismo, com o fim da era moderna e sucessão pela pós-modernidade (CAVALCANTI, 2005, p. 14). Destaca-se que, apesar de se ter ciência e conhecimento de algumas teorias relacionadas ao fim da pós-modernidade e início de hipermodernidade, conforme suscitada pelo teórico Lipovetsky (2004, 2005 *apud* CRUZ, 2018), não se deve entrar nesta seara de discussão de temporalidades. O

enfoque deve ser especificamente a questão de a atualidade ser uma fase em que a humanidade está em momento completamente díspare ao vivenciado até então pelas gerações anteriores. Como bem destacado ainda por McSwite “Talvez o que mais se aproxime da nossa mudança atual seja aquela que a precedeu, isto é, a mudança do período medieval para o período moderno” (CAVALCANTI, 2005, p. 14).

Na continuidade de toda conjuntura de aceleração nos processos de uma sociedade analógica para imersão em cenários híbridos ou até mesmo totalmente digitais, assistiu-se ao transmutar de metodologias, rotinas de trabalho em diferentes escalas. Nota-se, portanto, maior impacto no cenário brasileiro no decorrer das últimas décadas, principalmente:

Nas últimas décadas, particularmente após as guerras mundiais, vimos uma profusão de inovações. Particularmente assistimos ao advento dos microprocessadores, da fibra ótica e, principalmente, da internet. Vivemos agora mais uma era de profundas transformações sociais e tecnológicas, ambas significativamente estimuladas principalmente pela incessante e crescente geração de inovações em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Uma era em que uma nova sociedade parece estar emergindo a partir da tão alardeada e transformação digital. (WEISS, 2019, p. 203)

Enquanto o Museu Nacional de Belas Artes atualmente se preocupa com os passivos do acervo, sem conseguir se adequar a um momento de web 2.0, um conceito do início dos anos 2000, a chamada próxima era da internet já se encontra em andamento, com foco em descentralizar, corrigir e aperfeiçoar heranças das duas primeiras eras da rede:

Na Web3, os dados ficarão atrelados diretamente às pessoas, a mesma coisa acontece com valores financeiros. O usuário pode levá-los para onde quiser, tendo controle total sobre eles. É a portabilidade. Cria-se uma identidade digital soberana, permitindo a interoperabilidade, com todos os dados e dinheiro embutidos diretamente nos protocolos da Web3. (NATAL, 2021)

A grande mídia apresenta notícias sobre uma nova revolução no horizonte. Empresas de tecnologia indicam maior interoperabilidade de sistemas e direcionamento para o dito metaverso⁶.

⁶ De acordo com Schlemmer e Backes (2008): “A ideia de metaverso, embora descrita com outros termos, surge em 1984, em livros como *Neuromancer*, de William Gibson. Entretanto, o termo metaverso, em si, foi criado pelo escritor Neal Stephenson no início da década de 90, em um romance pós-moderno, intitulado *Snow Crash* (em português *Samurai: Nome de Código*).

Segundo o autor, metaverso tem caráter real, bem como utilidade real pública e privada, pois se trata de uma ampliação do espaço real do mundo físico dentro de um espaço virtual na internet.

Em seu livro, Stephenson descreve algumas questões relativas à implementação de tais espaços, questões que começam a se tornar mais relevantes à medida que esses meios se tornam mais abrangentes e fundamentais na vida dos indivíduos. Isso pode ser evidenciado na medida em que usamos um avatar para nos representar virtualmente num mundo o qual vivemos e convivemos, por meio de seus códigos.

Algo que para muitos pode demorar até uma década, aporta nas projeções de modo que não se deve deixar de repensar um cenário, como esse, dentro do panorama de instituições culturais como os museus, que desejem seguir alinhadas às linguagens da sociedade de seu tempo.

Nota-se o futuro com uma projeção para a exploração de espaços que repliquem a expansão de experiências coletivas por plataformas digitais, as quais reproduzam o mundo real no virtual. Um modelo a ser renovado, ampliado, e que, apesar do enfoque no futuro, consegue ser cada vez mais observado no cotidiano das rotinas sociais. Pode-se dizer isso, em razão de situações como a integração da realidade com o mundo virtual, em reuniões como as que ocorrem, por exemplo, via plataformas Zoom, Google meet, entre outras.

A tendência é o aumento e aprimoramento de um mundo mais digital, com ampliação do avanço deste cenário híbrido atual. Gigantes como Microsoft, Xbox, mercados de criptomoedas, cripto arte e até o Facebook, este último com o posicionamento de anunciar a adoção de um novo nome para a marca, passando a ser chamar de Meta, reforçam o fluxo da constante velocidade nas perspectivas de transformação digital.

A figura 19, que faz um comparativo entre as fases da internet, ilustra como notar as alternâncias de fases. Há apontamentos sobre o significado de cada etapa, a tecnologia, formas de percepção e perspectivas da *web* em cada fase.

Este cenário, quando configurado para a realidade de metaverso a ser aplicado nos museus, significaria a ampliação de espaços de interação, melhoria de visitas virtuais a ambientes culturais e alcance de maior público. Vislumbrar-se-iam experiências em que o público seria agraciado com momentos ainda mais interativos, envolto em sentimentos de melhor aproximação do que as opções ofertadas na *web* atual.

O metaverso é, então, uma tecnologia que se constitui no ciberespaço e se “materializa” por meio da criação de Mundos Digitais Virtuais em 3D – MDV3D, no qual diferentes espaços para o viver e conviver são representados em 3D, propiciando o surgimento dos “mundos paralelos contemporâneos”.

Figura 19 – Comparativo das fases da *web*

CUADRO COMPARATIVO DE LA WEB 1.0, 2.0, 3.0,4.0

	WEB 1.0	WEB 2.0	WEB 3.0	WEB 4.0
El Significado es...	Dictado	Construido socialmente	Construido socialmente y reiventado contextualmente	Comprensión del lenguaje natural (NLU) y técnicas de Speech-to-Text. Nuevos modelos de comunicación máquina-máquina (M2M). La red estará formada por agentes inteligentes en la nube, que serán capaces de comunicarse entre si y delegar la respuesta al agente adecuado. Uso de información de contexto del usuario. Nuevo modelo de interacción con el usuario.
La Tecnología es...	Confiscado en el aula (regulados digitales)	Adoptado con cautela (Inmigrantes digitales)	En cualquier lugar (universo digital)	
La enseñanza se hace...	Profesor-Alumno	Profesor-Alumno y Alumno-Alumno	Profesor-Alumno y Alumno-Alumno y Alumno-Profesor	
Las escuelas se ubican en..	En un edificio	En un edificio u online	En cualquier lugar plenamente imbuido en la sociedad	
Los padres ven la escuela como...	...una guardería	...una guardería	Un lugar en el que ellos tambien pueden aprender	
Los profesores son..	Profesionales certificados	Profesionales certificados	Cualquiera, en cualquier lugar	
Hardware y Software...	Se compran con gran coste y luego se olvidan	Son abiertos y de bajo coste	Son abiertos, de bajo coste y se utilizan con sentido	
La empresa ve a los graduados como...	Trabajadores para una cadena de montaje	Trabajadores mal preparados en una cadena de montaje, en una economía global	Como trabajadores y emprendedores	

Fonte: Flores (2017).

Hoje, há exemplos de visitas virtuais nos museus por todo mundo, além de iniciativas como as de projetos parceiros com empresas como o Google, ao qual o MNBA (2021) dispõe alguns itens de seu acervo, incluindo poucos elementos do Arquivo Histórico, para serem acessados pelo grande público.

Adiciona-se, em meio a isto tudo, o exemplo de como a sociedade atual está exposta a múltiplos fatores na repercussão de como desempenhar seus processos de conduta. O mundo transita atualmente por um dos fatos históricos mais marcantes do século. A pandemia de Covid-19 está sendo um acontecimento de extrema relevância, com impacto na reflexão sobre as muitas escolhas possíveis para as formas de atuar no trabalho, na sociedade geral. Seu advento obrigou o mundo a parar e reposicionar todas as suas formas de lidar com seus fluxos de atuação. Foi preciso repensar estruturas, bem como estabelecer novos mecanismos de relações sociais e laborais. Não há como desconsiderar esse impacto, principalmente quando a própria condução do processo deste estudo sofreu com os efeitos das oscilações de cronogramas, incertezas globais e sociais, consequentes da pandemia mundial iniciada em final de 2019.

O estabelecimento do quadro pandêmico global colocou à prova toda a forma como a sociedade vinha lidando com os acervos sob guarda dos museus. Não obstante, o Museu

Nacional de Belas Artes também precisou se adaptar e ofertar alternativas para seus consulentes internos e externos. Isto não ocorreu da melhor forma, visto as inúmeras tentativas de implantação de um sistema de gestão próprio para os documentos do Arquivo Histórico do museu. Há, desde 2014, o registro de iniciativas da equipe do setor para a adoção e implantação de um sistema próprio de gestão eletrônica do acervo arquivístico. No entanto, a medida não obteve sucesso e até o momento não foi implantada, apesar de sua aprovação pela gestão local, com indicativo da vontade de instituir esse tipo de recurso.

Dos três acervos com guarda na instituição, o arquivístico é o único que não apresenta um programa de gestão eletrônica específico e apropriado para ele. Tanto o acervo bibliográfico quanto o museal trabalham há anos com programas próprios para suas funções.

O Atom foi estudado, incluindo capacitação de profissional na Fiocruz, articulado internamente para ser viabilizado, porém, permaneceu emperrado pelos trâmites burocráticos da administração pública. O MNBA é uma instituição vinculada ao IBRAM, portanto, algumas necessidades específicas para a viabilidade da implantação de sistema necessitam de maior apoio para além da cercania local.

A pandemia acelerou a realidade de uma sociedade mais digital. Sistemas de *home offices* foram adotados, assim como o acesso de consulentes precisou ser desburocratizado da sua limitação presencial, para englobar acessos a pesquisas em ambiente digital. Assim, os pesquisadores que buscaram acesso ao acervo passaram a receber dados diretos. Estas informações poderiam ser facilitadas se o setor tivesse um programa já implantado.

Antes do advento da Covid-19, o MNBA considerava apenas a possibilidade de acessos presenciais, um entrave para pesquisadores de outros estados, estudiosos de diversos países, os quais sempre fizeram parte da rotina de busca por dados na instituição. Este marco histórico, além do episódio do incêndio ocorrido no prédio do Museu Nacional, em 2018, impactou fortemente na mudança de perspectiva quanto à urgência por adesão a programas de gestão em ambientes digitais, bem como a digitalização do acervo como forma de preservação do patrimônio arquivístico e cópia de segurança.

O governo federal se posiciona nos últimos anos por desburocratização de acessos, incentivo à inovação no setor, avanço da digitalização, aceleração da transformação digital e encorajamento à maior participação do cidadão para lidar com serviços de todo tipo na esfera pública. Ao se acessar a página de painel de serviços do governo federal brasileiro, encontram-se informações que reforçam o projeto atual de enfoque no digital. Na figura 20 pode-se observar que 72,00% dos serviços estão totalmente digitalizados (GOVERNO DO BRASIL, 2021). Também se pode verificar a progressão dos dados relacionados à quantidade de serviços

ofertados totalmente no modo digital em 2019, com um salto para o ano de 2021.

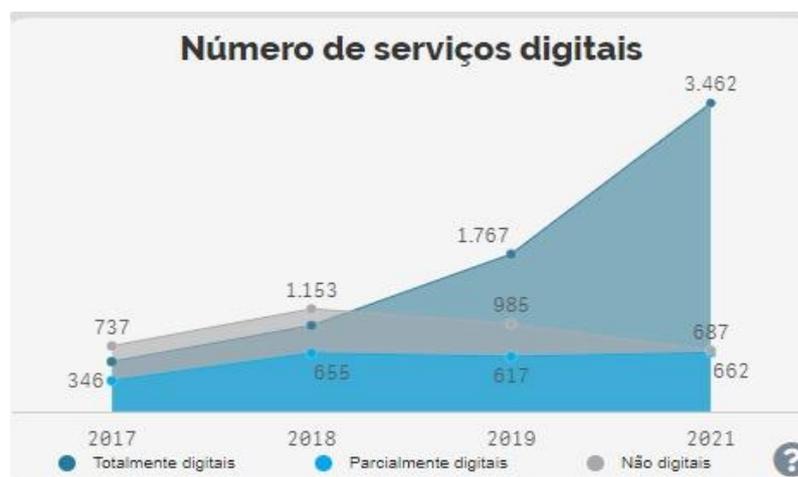
Figura 20 – Quantos serviços são digitais – versão 1



Fonte: Governo do Brasil (2021).

De acordo com a figura 21, enquanto em 2019 havia 1.767 serviços totalmente digitalizados, em novembro de 2021 há o registro de 3.462 (GOVERNO DO BRASIL, 2021). Esta realidade, que já ocorre em várias instituições federais, ainda não ocorre do mesmo modo no universo dos museus da federação.

Figura 21 – Quantos serviços são digitais – versão 2



Fonte: Governo do Brasil (2021).

A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (BRASIL, 2021c), oficializa essa nova mentalidade e permite entender os caminhos atuais. Como apontado em seu resumo, a lei:

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei

nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. (BRASIL, 2021c)

Há, portanto, no escopo desta lei, definições consideradas essenciais a este novo modelo a ser praticado. Esses apontamentos foram inseridos na legislação através de uma divisão por capítulos e seções dedicadas ao aprofundamento dos detalhes. Dentre eles, consta o capítulo dedicado a “disposições gerais”, seguido de um para “digitalização da administração pública e da prestação de serviços públicos – governo federal”, com seções dedicadas à digitalização. Há, também, seções contemplando governo digital; redes de conhecimento; componentes do governo digital; base nacional de serviços públicos; plataformas de governo digital; prestação digital dos serviços públicos; direitos dos usuários à prestação digital de serviços públicos.

Na sequência do escopo desta lei, verifica-se a inclusão de capítulo específico para o cadastro de pessoas físicas e jurídicas (CPF e CNPJ). Aponta-se uma parte para “Governo como plataforma”, com seções dedicadas à abertura dos dados, e interoperabilidade de dados entre Órgãos Públicos. A legislação finaliza abordando princípios, regras e instrumentos com capítulos dedicados a “Domicílio eletrônico”, “Laboratórios de inovação” e “Governança, da gestão de riscos, do controle e da auditoria” (figuras 22 e 23).

Figura 22 – Realizações de governo eletrônico (2000 – 2007)



Fonte: Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

Figura 23 – Realizações de governo eletrônico (2008 – 2015)



Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

A leitura do material ajuda a notar movimentos de direcionamento das instituições federais para práticas viabilizadoras de uma gestão mais digital. No entanto, o avanço é lento, mesmo quando se observam normatizações desenvolvidas para este foco, através de inúmeras publicações construídas, divulgadas por entidades e conselhos como o CONARQ, por exemplo, cujas publicações são resumidas no quadro 70. Portanto, verifica-se uma imensa lacuna entre teoria, aplicações e funcionamentos práticos.

Quadro 70 – Publicações importantes sobre o conteúdo arquivístico em ambiente digital

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS CONARQ PARA DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO ÂMBITO DIGITAL		
Ano	Nome	Definição
2000	Diretrizes gerais para a construção de <i>websites</i> de instituições arquivísticas	Este documento, aprovado pela Resolução nº 13 do CONARQ, não pretende ser um manual para a construção de <i>websites</i> de instituições arquivísticas. Seu objetivo é fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus <i>websites</i> .
2005	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital	A “Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital”, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, aprovada em 2004, tem o objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital, e que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade. A Carta manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.

2009	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil	O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil especifica todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final. Todas essas atividades poderão ser desempenhadas pelo SIGAD, o qual, tendo sido desenvolvido em conformidade com os requisitos aqui apresentados, conferirá credibilidade à produção e à manutenção de documentos arquivísticos.
2010	Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes	Recomendações, aprovadas pela Resolução nº 31 do CONARQ, as quais visam auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização.
2012	Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo	Aprovado pela Resolução nº 36 do CONARQ, define diretrizes e recomendações com o objetivo de orientar os órgãos ou entidades que utilizam o correio eletrônico como ferramenta de trabalho na gestão arquivística das mensagens de correio eletrônico corporativo. Cabe ressaltar que o documento Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo deve ser utilizado em conjunto com o modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ Brasil, o qual aborda a gestão arquivística de documentos digitais e não digitais e a especificação de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD).
2012	Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais	Este documento, aprovado pela Resolução nº 37 do CONARQ, estabelece diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, com o objetivo de garantir a identidade e integridade desses documentos e minimizar os riscos de modificações, a partir do momento em que foram salvos pela primeira vez e em todos os acessos subsequentes.
2013	Diretrizes do produtor. A elaboração e a manutenção de materiais digitais: Diretrizes para indivíduos.	“Diretrizes do Produtor – A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos” e “Diretrizes do Preservador – A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações”, publicadas no âmbito do projeto The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems InterPARES, da Universidade de British Columbia, Canadá, em acordo técnico com o Arquivo Nacional e aprovadas pela Resolução nº 38 do CONARQ, visam ao aperfeiçoamento da gestão e preservação dos documentos de arquivo em formato digital.
2015	Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq	Este documento, aprovado pela Resolução nº 43 do CONARQ, indica parâmetros para repositórios arquivísticos digitais confiáveis, de forma a garantir sua autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente.

Fonte: CONARQ (2021).

Inúmeros locais que ainda constam com grande carga documental de itens analógicos, não conseguem resolver de forma eficaz a gestão de seus acervos, por carência de elementos como a falta de verba, maquinário, apoio e até continuidade de atividades. O trabalho com acervos não é algo pontual, mas contínuo. Portanto, é insuficiente estabelecer projetos que resolvam apenas questões pontuais, em um dado momento, e sem haver garantia de renovação ou manutenção das técnicas no futuro. E esta é uma situação que ocorre frequentemente com

documentos de muitos arquivos nos órgãos públicos. Conforme especificam Cunha e Resende:

A promoção de políticas públicas de longo prazo, ou seja, numa perspectiva temporal mais estendida, implica na mudança de comportamento dos políticos e em novos arranjos institucionais nas atitudes de governo. Isto significa que o foco se desloca do atendimento das necessidades dos diferentes órgãos da administração pública para as tentativas de solucionar os problemas da sociedade. (CUNHA; RESENDE, 2005, p.65 *apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.17)

Jardim e Salomão Neto (2016), em estudo comparativo sobre aplicação de políticas públicas, sob a perspectiva arquivística de governo aberto entre países como Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido, realizaram o mapeamento de características econômico-sociais, bem como de estruturas. Os dados levantados permitiram aos autores concluir, de forma categórica, pela necessidade de um melhor posicionamento de instituições como os Arquivos Nacionais para o fomento de aplicação das normativas e orientações recomendadas para a área:

As constantes transformações na forma de se fazer política nos últimos anos, pressionadas por demandas sociais que reacenderam o debate acerca da transparência e maior acesso à informação, apresentam uma oportunidade ímpar de rediscussão do lugar das instituições arquivísticas no Estado e na sociedade. Nesse sentido, passa a ser parte da agenda dos arquivos a aderência das instituições arquivísticas nacionais (assim como, no caso brasileiro, das estaduais e municipais, quando existirem políticas de governo aberto) aos princípios de governo aberto com a missão das instituições arquivísticas nacionais. (JARDIM; SALOMÃO NETO, 2016, p. 17-18)

Isso pode ilustrar melhor um pouco daquilo que foi abordado até aqui, sobre a dificuldade de muitos órgãos em relação à aplicação das técnicas e da prática. As instituições encontram suas hierarquias divididas em muitas partes. Grande parte das resoluções definidas ou que são assumidas como compromisso pelas altas gestões, encontram entraves práticos para sua aplicação pelos responsáveis por atividades finalísticas.

É intenção do setor de arquivo do Museu de Belas Artes seguir os novos parâmetros definidos para boas práticas normativas, aplicando a gestão e aderindo às ofertas de acesso a dados, em consonância com a atual sociedade contemporânea.

Entretanto, há uma série de detalhes envolvidos, dos quais é preciso ter atenção para a viabilidade técnica. Fatores como autenticidade, gestão, confiabilidade de dados, o estabelecimento de uma dinâmica contínua no ambiente digital, além de ações focadas na construção e uso de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDCs) são essenciais nos tempos de hoje.

Atualmente, o setor Arquivo Histórico do MNBA prossegue com a digitalização do acervo, por iniciativa local e colocando os documentos digitalizados em nuvem do IBRAM.

Esta ação é considerada emergencial, pois objetiva resguardar os documentos com cópia de segurança. A atividade é desenvolvida sem verificar se o documento passou por tratamento ou ordenação. Neste momento, para garantir salvaguarda emergencial, principalmente em caso de sinistros, desconsidera-se a obrigatoriedade de seguir recomendações sugeridas por normativas ou orientações específicas para a prática, não por falta de consciência e sim por entraves quanto ao acesso a recursos.

O procedimento segue com aplicação da notação do instrumento de pesquisa atual, o qual está em modo listagem simples e precisará passar por revisão, além de reformulação, não somente devido a todo o cenário explícito neste trabalho, como pelas próprias recomendações que aqui foram mencionadas como urgentes para adoção pela instituição.

Digitalizar tudo sem parâmetros específicos e sem um projeto bem definido não otimiza a acessibilidade, a guarda e a preservação por completo. Ao contrário, apenas possibilita alguma ação de precaução emergencial para caso de sinistros, além de auxiliar trabalhos em tempos de pandemia ou obra como a que atualmente ocorre nas dependências do prédio museal. Logo, a digitalização deverá ser revisada, com a adoção de normas nacionais e internacionais para a gestão dos dados e metadados que forem gerados a partir desta prática. Assim como será necessário pensar em como trabalhar com representantes digitais e viabilizar a construção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDCs).

Esquematização de recomendações a serem adotadas pela instituição:

- a) Adotar padrões de Arranjo e Descrição arquivística recomendados neste documento.
- b) Aprimorar a capacitação da força de trabalho multidisciplinar atuante no acervo, com garantia de estabilidade nas metodologias aplicadas para a organização dos documentos arquivísticos institucionais.
- c) Aplicar políticas de acesso e uso, de acordo com as práticas vigentes para os documentos arquivísticos institucionais do museu.
- d) Realizar diálogos com funcionários mais antigos e ex-funcionários para conseguir, através da conversa oral, recuperar dados enriquecedores que apresentem possível impacto para aprimoramento aos dados sob guarda do acervo.
- e) Criar parceria com o Museu D. João VI da UFRJ, a fim de estabelecer conexões entre os itens que foram separados na década de 1970, na tentativa de organização dos acervos. Assim, será possível mapear quais documentos que integraram a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes estão sob guarda de qual

instituição neste momento.

- f) Definir, estabelecer e implantar mecanismos de infraestrutura que viabilizem o armazenamento dos dados em âmbito digital.
- g) Adotar critérios para garantia de autenticidade e confiabilidade dos dados e metadados dos documentos em ambiente digital.
- h) Digitalizar todo o acervo arquivístico institucional permanente, com o estabelecimento de representantes digitais, com o objetivo de preservar o patrimônio documental, de modo a garantir a salvaguarda da integridade física dos itens deste acervo.
- i) Confeccionar manual com especificações técnicas para a digitalização dos documentos arquivísticos históricos do museu.
- j) Estabelecer política de preservação de acervos com uma cultura que permita a coabitação híbrida entre os documentos físicos existentes e sua conversão, para permitir a viabilidade de o item analógico progredir a um ambiente que preserve itens arquivísticos no formato digital.
- k) Selecionar *hardwares*, *softwares* e formatos de arquivo que proporcionem expectativas ideais para garantia de permanência e facilidade de acesso para os materiais digitais em longo prazo.
- l) Certificar-se de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma.
- m) Construir Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis e respectiva difusão.
- n) Adotar o Atom como plataforma de acesso e, se possível, a implantar o Repositório Digital Archivemática.
- o) Promover a proteção dos materiais digitais contra eventuais perdas acidentais e por corrupção de dispositivo físico.
- p) Prevenir a obsolescência de *softwares* e *hardwares*.
- q) Estudar, adotar e implementar o estudo de usuário.
- r) Adotar perspectivas de Difusão Cultural por ambientes digitais, com objetivo de ampliar o alcance e acessibilidade para atuais e futuros consulentes do acervo.

5 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral propor um “Plano de arranjo e descrição dos documentos arquivísticos do Museu Nacional de Belas Artes”. Diante do exposto anteriormente, considera-se que este objetivo foi amplamente alcançado no capítulo 4, por meio da apresentação dos quadros de arranjo e descrição ali colocados. Esta abordagem apresentou por finalidade o aprimoramento dos recursos de guarda, acesso, conservação, preservação e difusão cultural dos documentos sob a responsabilidade da instituição.

As questões estabelecidas em todo o trabalho estão ligadas diretamente ao acervo do Arquivo Histórico, o qual apresenta responsabilidade de gestão dos documentos permanentes institucionais. Isto posto, deve-se lembrar que o setor encontra-se inserido em uma estrutura maior. Isolada, a área pode sanar suas necessidades momentâneas, pontuais. No entanto, é vital pensar a necessidade de maior interligação entre as atividades desenvolvidas pelo arquivo corrente e intermediário do museu e o Arquivo Histórico.

A estruturação de uma sequência entre gestão, tramitação e fluxo documental constante, com o estabelecimento de uma cadeia de custódia, ou seja, procedimentos com sequenciamento lógico, viabilizará a estabilidade informacional para os itens de um acervo em conexão entre o analógico e o digital. Recomendar ações apenas focadas no universo setorial seria ignorar os próprios processos de mudanças abordados neste trabalho.

Além disso, o avanço da pesquisa viabilizou ampliação da investigação estrutural da instituição produtora do acervo, como conhecida no momento, assim como a análise de suas entidades antecessoras. Também proporcionou a ampliação dos construtos analíticos referenciais para proposição do melhor arranjo e descrição nesta instituição constituída de órgãos de múltiplas origens.

Em relação aos objetivos específicos propostos para a investigação, ressalta-se que estes foram desenvolvidos nos capítulos 2, 3 e 4.

O primeiro objetivo específico, “sistematizar conceitualmente a organização e a descrição de documentos de arquivo na perspectiva da Arquivologia contemporânea”, foi cumprido conforme apresentado no capítulo 2, relativo aos marcos teóricos. Para tanto, foram pesquisados autores que trabalham aspectos sobre arranjo, descrição, tendências da descrição. Ideias importantes de Millar, Martins, Bellotto, Nesmith, Hollós, Duchein, Cook, entre outros, foram utilizadas para embasamento teórico. Além disso, também ocorreu levantamento bibliográfico usando Google Acadêmico, páginas da *web* de instituições como a UFRJ, Arquivo Nacional e Diário Oficial da União, por exemplo.

O segundo objetivo específico, “caracterizar a trajetória de institucionalização do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes e seus acervos”, foi cumprido no capítulo 3, relacionado a marcos empíricos, acrescido da análise dos documentos institucionais, mapeamento da legislação, decretos, portarias, estatutos, planos museológicos, bem como outros aspectos importantes para viabilizar a explicação de pontos do marco empírico.

O terceiro objetivo específico, “propor um modelo de organização e descrição dos documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes”, foi realizado no capítulo 4.

A primeira projeção para o desenvolvimento desta proposta enfocou a utilização de três áreas da Nobrade (CONARQ, 2006): área de identificação, área de contextualização e área de conteúdo e estrutura. No entanto, foi possível aprofundar a estrutura e incluir outros campos, como, por exemplo, área de condições de acesso e uso, área de fontes relacionadas, área de controle da descrição, e área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

Portanto, inicialmente se objetivou apresentar os campos em dois níveis para a proposição de Arranjo. Sendo assim, desenvolveu-se uma proposta de campos de identificação para a descrição dos documentos. No capítulo 4, foram desenvolvidos quadros para as três instituições, por meio de níveis. Para as coleções da Academia Imperial de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes, foram utilizados dois níveis: nível 1, para produtor; e nível 2, para as suas funções. Em relação ao Fundo Museu Nacional de Belas Artes, ocorreu uma alteração de dinâmica na divisão lógica dos níveis: nível 1 seguiu abordando o produtor; o nível 2 para seção; e nível 3, como estrutural.

O desdobramento dos objetivos e o produto resultaram em uma série de observações e recomendações após a apresentação dos quadros. Logo, discorre-se sobre o momento atual social, político, tecnológico e institucional. Aborda-se a transformação digital quanto à sociedade, além de se considerar que a realidade do museu está em descompasso com as novas perspectivas de governo digital divulgadas em plataformas federais.

A esquematização de recomendações a serem adotadas pela instituição, em 18 apontamentos, abre caminhos para novos estudos e conceitos necessários para aperfeiçoamento das técnicas a serem empregadas no tratamento do acervo arquivístico do museu.

Em certo momento, algumas falas deixaram de ser vitais para o encaminhamento deste trabalho em sua parte final. Um exemplo está na questão da especificação técnica para implantação do ATOM na realidade do museu.

Quanto à intenção de realizar conceituações de especificações técnicas neste trabalho, este recurso ficou em segundo plano, visto que, no momento, tomou-se conhecimento de uma

nova forma de viabilizar a adoção do programa por um museu dentro do Instituto Brasileiro de Museus.

O Museu Histórico Nacional conseguiu colocar sua base de dados no Atom, com ajuda de equipe em Brasília, e divulgou essa nova ferramenta nas redes sociais do Facebook, na primeira semana de dezembro de 2021. Até então, as unidades tentavam realizar a implantação do sistema específico para o acervo permanente com maior uso de recursos locais. Pensava-se em maquinário para servir de base de dados, e as dificuldades já se iniciavam a partir do momento em que os museus apresentavam carência ou obsolescência de computadores para servirem minimamente de base de dados. A nova metodologia utilizada pelo IBRAM, em Brasília, foi viabilizada sem a necessidade deste recurso, pois a instalação aconteceu com o uso da nuvem do instituto. Diante disso, diálogos e projetos devem ser adotados como forma de seguir no processo de melhoria das condições de acesso de usuários ao acervo do MNBA.

Outro aspecto em discussão é o avanço de eficiência com assertividade nas escolhas técnicas para um futuro digital. A digitalização realizada atualmente deve ser readequada e aprimorada, uma vez que está sendo realizada no museu sem que se sigam os requisitos metodológicos indicados para aplicação ao processo.

A digitalização em forma de cópia de segurança deve ser repensada. Ela deverá ser desenvolvida com a aplicação de representantes digitais no processo de digitalização do acervo, e estabelecendo a construção de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDCs). Isto em razão de se estar abordando um acervo que deverá solucionar seu passivo analógico e vislumbrar novos ambientes que incluam os documentos híbridos com os totalmente digitais.

Além destas questões, há o fator estudo de usuário. Ao consultar o acervo do Arquivo Histórico do MNBA, cada pesquisador preenche um formulário no qual aponta seus dados básicos como nome, profissão, instituição (estudante ou profissional) e notação dos documentos acessados. Considerou-se que estes dados seriam insuficientes para dimensionar, de fato, o alcance da difusão deste acervo. Logo, recomenda-se a criação de mais ferramentas, assim como a ampliação de estudos, de maneira que estes não sejam utilizadas apenas para se ter ciência sobre as necessidades dos usuários que procuram acessar as informações contidas no acervo do museu, mas também para intensificar e fomentar essa acessibilidade.

Os usuários não devem ser vistos apenas como meros receptores passivos da informação. Seus acessos e pesquisas são responsáveis pela produção de conteúdos transformadores, responsáveis por ampliar e aprofundar o poder de contribuição histórico social do conhecimento, através do uso dos dados dos acervos. E muitos dados investigados pelos consulentes são desconhecidos até então.

O Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes apresenta um acervo documental arquivístico de importância histórica, social e artística única. Nele, é possível não somente conhecer fatos de extrema relevância e importância sobre artes. Seus documentos são o espelho da história, transições políticas, transformações arquitetônicas culturais, patrimoniais e até sociais. Diante desta percepção, ressalta-se que uma das maiores adversidades encontradas por esta pesquisa foi a dificuldade de acesso a algumas fontes.

O desenvolvimento da pesquisa e processo investigatório foi impactado por questões naturais e outras ocorrências imprevisíveis. Quanto às dificuldades naturais, ressalta-se que já era esperada a necessidade de haver maior dedicação para descobrir, estudar, averiguar dados, em decorrência do conhecimento das múltiplas transformações históricas próprias da formação das instituições aqui analisadas.

A Academia Imperial de Belas Artes, a Escola Nacional de Belas Artes e o Museu Nacional de Belas Artes são instituições complexas quanto à sua constituição, por terem passado por muitas reorganizações, redefinições instituídas tanto por leis, quanto por decretos, portarias internas e regimentos. Muitas dessas regulamentações são de acesso mais complicado, por terem sido publicadas apenas em algum ministério e não em diários oficiais. Além disso, a ajuda e contribuição de colegas foi essencial para a localização de dados disponíveis em relatórios internos, os quais muitas vezes foram destinados a apenas algumas áreas que não envolvem o Arquivo Histórico.

Entre as ocorrências imprevisíveis, deve-se destacar o desenvolvimento de um trabalho em época de eclosão da pandemia global de Covid-19. O advento dessa situação modificou o fluxo de realização do mestrado, resultando em cronogramas alterados. Dificultou também o acesso a dados que necessitavam de averiguação presencial, pois boa parte da população ficou um bom período de quarentena, as instituições trabalharam em regime de *home office* e apenas serviços essenciais funcionaram. O próprio MNBA retomou o trabalho presencial, em sistema de rodízio, apenas após o período da qualificação desta pesquisa, na metade do ano. Uma retomada não dimensionada para todos, visto que o processo de vacinação ainda avançava lentamente e parte da população precisava ainda se resguardar. E, por fim, o museu encontrase em obras visando reparos em suas instalações, com interdição de algumas salas e logística diferenciada para atuação da equipe de obras.

Através desta proposta, sob forma de plano de arranjo e descrição dos documentos do acervo institucional, espera-se conseguir receptividade, anuência e viabilidade para adoção da totalidade ou parcialidade das recomendações apontadas por este estudo, por meio de diálogos interdisciplinares com as mais variadas áreas da instituição ou até a formação de grupos de

trabalho, para desenvolvimento daquilo que já for possível realizar a partir do presente momento.

Sugere-se, nesse sentido, o estabelecimento de um fluxo de gestão de documentos entre todos os setores do museu, com rotinas de tramitação dos itens até o seu recolhimento para o Arquivo Histórico. Atualmente, não há um percurso estabelecido para esse fluxo. Sendo assim, muitos dados permanecem retidos nos setores produtores, mesmo quando o objetivo de criação já foi cumprido e deveriam ter o prazo de eliminação ou destinação estabelecido de forma natural.

Por fim, com as questões aqui abordadas, acredita-se que este trabalho possa contribuir positivamente para outros casos similares, em instituições das mais variadas naturezas. Os encaminhamentos aqui ponderados são apenas algumas das possibilidades existentes na área para solucionar entraves enfrentados pelas instituições na gestão de seus acervos. Ainda há muito o que ser debatido, explorado sobre o tradicional campo de arranjo e descrição de documentos arquivísticos institucionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R. G. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 3, p. 14-29, 2008.

ARQUIVO NACIONAL (1973). **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Associação dos Arquivistas Holandeses. 2ª ed. Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em:

ARQUIVO NACIONAL (2005). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 3. ed. São Paulo: TA Queiroz, 2005.

BRASIL (1816). **Decreto de 12 de agosto de 1816**. Concede pensões a diversos artistas que vieram estabelecer-se no país. Coleção de leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 77-78, 1890.

BRASIL (1831). **Decreto de 30 de dezembro de 1831**. Dá estatutos à Academia das Belas Artes. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 91-98, 1875.

BRASIL (1855). **Decreto nº 1.603, de 14 de Maio de 1855**. Dá novos Estatutos á Academia das Bellas Artes. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, página 402, vol. 1 pt. II (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1603-14-maio-1855-558536-publicacaooriginal-79876-pe.html> Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL (1859). **Decreto nº 2.424, de 25 de Maio de 1859**. Altera varias disposições dos Estatutos vigentes da Academia das Bellas Artes. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1859, página 427, vol. 1 pt II (publicação original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2424-25-maio-1859-557490-publicacaooriginal-77927-pe.html Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL (1890). **Decreto nº 983, de 8 de novembro de 1890**. Approva os estatutos para a Escola Nacional de Bellas-Artes. Rio de Janeiro, RJ. 1890. Coleção de Leis do Brasil - 1890, página 3533, vol. fasc. XI (publicação original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-983-8-novembro-1890-517808-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL (1891). **Lei nº 23 de 30 de outubro de 1891**. Reorganiza os serviços da Administração Federal. Coleção de Leis do Brasil - 1891, página 42, vol. 1, pt. 1 (publicação original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html . Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL (1901). **Decreto nº 3.987, de 13 de Abril de 1901**. Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/4/1901, página 1799 (publicação original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-

1909/decreto-3987-13-abril-1901-515365-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL (1911). **Decreto nº 8.964, de 14 de Setembro de 1911.** Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/9/1911, página 11949 (publicação original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8964-14-setembro-1911-498573-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL (1915). **Decreto nº 11.749, de 13 de Outubro de 1915.** Reorganiza a Escola Nacional de Bellas Artes. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/10/1915, página 10971 (publicação original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11749-13-outubro-1915-513541-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL (1930). **Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930.** Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/1930, página 20883 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL (1931a). **Decreto nº 19.852, de 11 de Abril de 1931.** Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Diário Oficial de 4 de junho de 1931 (republicação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL (1931b). **Decreto nº 19.627, de 26 de Janeiro de 1931.** Dissolve o Conselho Superior de Belas Artes. Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 1931 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19627-26-janeiro-1931-502746-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL (1937). **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 1937. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL (1955). **Decreto nº 36778 de 14 de janeiro de 1955.** Approva o Regimento do Museu Nacional de Belas Artes do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 1955. Disponível em: www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/98309-approva-o-regimento-do-museu-nacional-de-belas-artes-do-ministurio-da-educauuo-e-cultura.html. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL (1979). **Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16757.htm Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL (1985). **Decreto nº 91.144, de 15 de Março de 1985.** Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/3/1985, página 4703 (publicação original). Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91144-15-marco-1985-441406-norma-pe.html> Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL (1990a). **Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 13 de abril de 1990 e retificado em 23 de abril de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL (1990b). **Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990**. Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura IBAC, Biblioteca Nacional (BN), e a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural IBPC. Diário Oficial da União de 4 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99492.htm Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL (1991). **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 1991 e retificado em 28 de janeiro de 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 08 de fev. 2019.

BRASIL (2009). **Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2009. (Arquivada pelo Ato de 13 de fevereiro de 2019). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL (2019a). **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2019. Disponível em: www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830/do1esp-2019-01-01-medida-provisoria-n-870-de-1-de-janeiro-de-2019-57510692. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL (2019b). **Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019**. Transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo. Presidência da República Secretaria - Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2019. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10107.htm. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. (2021a). Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Museus. **Portaria de pessoal IBRAM nº13, de 27 de janeiro de 2021**. Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-de-pessoal-ibram-n-13-de-27-de-janeiro-de-2021-301158293>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL (2021b). Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM. **Sobre o órgão**. Disponível em: www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-orgao. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. (2021c). **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº

7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm acesso em 05/11/2021 Acesso em: 03 nov. 2021.

BROTHMAN, Brien. Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística. *In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org.). Pensar os arquivos: uma antologia.* Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.** Arquivo Nacional, Memórias da Administração Pública Brasileira (MAPA), Quinta, 10 de novembro de 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/173-escola-real-de-ciencias-artes-e-oficios>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CAVALCANTI, Bianor Scelza. **O gerente equalizador: estratégias de gestão no setor público.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD(G):** Norma geral internacional de descrição arquivística, segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição de Estocolmo, Suécia, em 19-22 setembro de 1999. Versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **ISDIAH:** Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Primeira edição. Elaborada pelo Comitê de Boas Práticas e Normas Londres, Reino Unido, 10-11 de março de 2008. Disponível em: www.academia.org.br/sites/default/files/conteudo/norma_internacional_para_descricao_de_instituicoes_com_acervo_arquivistico.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **Declaração universal sobre os arquivos.** Aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em: https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica_2010_universal-declaration-on-archives_pt-1.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf . Acesso em:

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. **Notícias.** Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico:** teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico]. Trad. de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CRUZ, Daniel Nery da. Pós-modernidade ou hipermodernidade? Pensando o sujeito contemporâneo sob as óticas de Lipovetsky e Bauman. *In: Sapere aude – Belo Horizonte*, v. 9 – n. 18, p. 351-371, jul./Dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/thais/Downloads/18319->

Texto%20do%20artigo-68955-1-10-20181229.pdf . Acesso em: 20 out. 2021.

DELMAS, Bruno. Os arquivos na sociedade contemporânea. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, jul./dez. 2010, p.5-14.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-4, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, 35, 1993. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884>. Acesso em: 05 abr. 2021.

DURANTI, L.; MICHETTI, G. O método arquivístico. *In*: GILLILAND, Anne J.; McKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (org.). **Pesquisa do multiverso arquivístico**. Trad. de Ana Cristina Rodrigues. Salvador: Editora 9Bravos, 2019.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.12. n.2, jul./dez. 2013, p.15-27.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Edit. da UFMG, 2016. p. 7-45.

FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa *et al.* **Governo Digital Brasileiro: Relatório Técnico**. Ministério da Economia. Projeto de Cooperação “Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Automação de Serviços Públicos no âmbito da Jornada da Transformação dos Serviços”. Information Technology – Research and Application Center (ITRAC) e Universidade Federal de Brasília, 2019. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34787/3/RELATORIO_GovernoDigitalBrasileiro.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

FLORES, Estefania. **Tic’s 2 Web 1.0, 2.0, 3.0, 4.0**. Universidad Tecnica de Ambato, Facultad de Jurisprudencia y Ciencias Sociales, Segundo de Trabajo Social, 2017. Disponível em: https://pt.slideshare.net/steffynflores5/web-10-203040-82669547?from_action=save. Acesso em: 04 nov. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES. Rio de Janeiro. **Notícias**. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GLABER, Louise. **Academia de Belas-Artes (1889-1930)**. Arquivo Nacional, Memórias da Administração Pública Brasileira-MAPA, Quinta, 10 de Outubro de 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=740>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 2).

GOVERNO DO BRASIL. **Painel de monitoramento de serviços federais**. <https://painelservicos.servicos.gov.br/> Acesso em: 05 nov. 2021.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17025/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20Adriana%20Holl%C3%B3s.pdf> . Acesso em: 25 mar. 2021.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 2-22, mar. 2009. ISSN 19815344. Disponível em: <portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743>. Acesso em: 06 nov. 2021.

JARDIM, J. M.; SALOMÃO NETO, N. A. **A perspectiva arquivística do governo aberto: Um estudo comparativo da participação de Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido na Open Government Partnership**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3323/2016_GT5-CO_11.pdf?sequence=1 Acesso em: 06 nov. 2021.

KETELAAR, Eric. (Des) construir o arquivo. In: NEDEL, Heyman L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2018. p. 193-206.

KOYAMA, A. C. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo**, Rio de Janeiro: v. 29, n. 2, p. 74-88, 17 nov. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/thais/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf> Acesso em: 16 mar 2021.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MACEDO, Patricia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais**. Niterói, 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, 2018.

MARIZ, A. C. A.; CORDEIRO, R. I. de N. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: Universidade Federal de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MARIZ, A. C. A.; CORDEIRO, R. I. de N. Fotografias nos arquivos pessoais: o contexto de produção para organização dos acervos nas instituições. In: BARROS, T. H. B; TOGNOLI, N. B. (Orgs.). **Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: UFPA, 2019. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; 5). Disponível em: < <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDICAO-BELEM.pdf> >. Acesso em: 01 dez. 2020.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MILLAR, Laura. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41789> Acesso em: 01 mar 2021.

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes. **Arts & Culture**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museu-nacional-de-belas-artes>. Acesso em: 06 dez. 2021.

NATAL, Bruno. Muito além do NFT: metaversos, web3 e o futuro digital. **Mit Technology Review**, 2021. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/muito-alem-do-nft-metaversos-web3-e-o-futuro-digital/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo: FFLCH, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. *In*: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). **Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 327-332.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 5. ed. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SEI – Sistema Eletrônico de Informações. **Acesso à informação**. Ministério da Economia, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei>. Acesso em: 05 maio 2021.

THOMASEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5 n 1 p. 5-16, jan-jun 2006.

SCHLEMMER, Eliane; BACKES, Luciana. Metaversos: novos espaços para construção do conhecimento. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 8, n. 24, p. 521-522. maio/ago. 2008.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro Indaiatuba**, São Paulo, v. 3, n. 3, jul. 2004. Disponível em: <http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/2161>. Acesso em: 15 out. 2021.

WEISS, Marcos Cesar. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. Universidade de São Paulo, **Instituto de Estudos Avançados**, 33, 203-214, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jPn3NkF6dYx8b56V8snsnQf/?format=pdf&lang=pt> Acesso

em: 26 out. 2021.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL (2013). Ministério do Turismo. Secretaria Especial da Cultura. **Paulo Herkenhoff deixa Museu Nacional de Belas Artes com elogios a Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://cultura.gov.br/paulo-herkenhoff-deixa-museu-nacional-de-belas-artes-com-elogios-a-gilberto-gil-57660/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CORRÊA Lima. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21766/correa-lima>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COSTA, João Batista da. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21305/baptista-da-costa>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COSTA, Lúcio. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COUTO, André Luiz Faria. *Exposições Gerais de Belas Artes*. Disponível em: http://brasilartesenciclopedias.com.br/tablet/temas/exposicoes_gerais_de_belas_artes.php. Acesso em: 30 mar. 2021.

EDITORES DA ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Rodolfo Amoedo**. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21342/rodolfo-amoedo> às 17:45. Acesso em: 15 abr. 2021.

EDITORES DA ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Rodolfo Bernardelli**. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22066/rodolfo-bernardelli>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ESCRITORIO DE ARTE, São Paulo. João Baptista da Costa. [Internet]. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/joao-baptista-da-costa>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ESCRITORIO DE ARTE, São Paulo. Oswaldo Teixeira [Internet]. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/oswaldo-teixeira>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESCRITORIO DE ARTE, São Paulo. Rodolfo Bernardelli. [Internet]. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/rodolfo-bernardelli>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FAMÍLIAS Mafra: Alcídio Mafra de Souza [database]. Santa Catarina: 1996. Disponível em: <http://www.mafra.com.br/genealogia/getperson.php?personID=I009909&tree=arfamis001>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo. José

Roberto Teixeira Leite. In: Biblioteca Virtual FAPESP. [Internet]. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/90551/jose-roberto-teixeira-leite/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FRAZÃO, Dilva. *Ebiografias. Lúcio Costa Lúcio Costa Arquiteto e urbanista brasileiro*. [Internet]. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/lucio_costa/. Acesso em: 15 abr. 2021.

GALVÃO, Alfredo. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11536/alfredo-galvao>. Acesso em: 16 abr. 2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro. *Sócios Falecidos Brasileiros* [Internet]. Rio de Janeiro. s/d. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/TGSantos.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro. *Sócios honorários Brasileiros* [Internet]. Rio de Janeiro. s/d. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JRTLeite.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

JOSÉ Marianno Filho. *Dezenovevinte: arte no Brasil do Século XIX e Início do XX*. [Internet]. Rio de Janeiro: 2006-2021. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/criticas/la_jmarianno.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

KELLY, Celso. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa284700/celso-kelly>. Acesso em: 16 de abr. 2021.

KELLY, Celso. In: *Museu da TV*. [Internet]. s/d. Disponível em: <http://www.museudatv.com.br/biografia/celso-kelly/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MEMORIA, Arquimedes. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa408608/arquimedes-memoria>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Brasília. *Sistema Eletrônico de informações – SEI*. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acao-a-informacao/sei>. Acesso em: 05 mai. 2021.

MOTTA, Edson. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8639/edson-motta>. Acesso em: 16 de abr. 2021.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (Brasil). *Museu Nacional de Belas Artes: histórico*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1990. não paginado.

MUSEU Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: MNBA, s.d. não paginado: il.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (Brasil). *Plano Museológico: 2016-2020*. Rio de Janeiro, 2016.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (Brasil). *Plano Museológico: 2021-2025*. Rio de Janeiro, 2021.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (Brasil). *Histórico*. s/d. Disponível em: <https://mnba.gov.br/portal/museu/historico>. Acesso em: 31 mar. 2021.

NASCIMENTO, Gabrielle. O Museu Nacional de Belas Artes nos anos de 1961-1964. Rio de Janeiro. *Arte & Ensaios*. Revista do ppgav/eba/ufrj.n. 37, p.60-67, março 2019. Disponível em

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18773/manuel-de-araujo-porto-alegre>. Acesso em: 15 abr. 2021.

QUADRO Diretores. *Dezenovevinte: arte no Brasil do Século XIX e Início do XX*. [Internet]. Rio de Janeiro: 2006-2021. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/aiba_ensino_arquivos/quadro01.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

RODOLPHO Amoêdo. *Dezenovevinte: arte no Brasil do Século XIX e Início do XX*. [Internet]. Rio de Janeiro: 2006-2021. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_ra.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVA, Henrique José da. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23315/henrique-jose-da-silva>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SOUZA, Alcídio Mafra de. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa686/alcidio-mafra-de-souza>. Acesso em: 16 abr. 2021.

TAUNAY, Félix-Émile. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23073/felix-taunay>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TAUNAY, Félix-Émile. *Guia das Artes*. São Lourenço, MG; s/d. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/felix-emile-taunay/obras-e-biografia>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TEIXEIRA, Oswaldo. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa706/oswaldo-teixeira>. Acesso em: 16 abr.2021.

TERRA, Carlos Gonçalves. *Quem foi Alfredo Galvão?* [Internet]. Rio de Janeiro: Biblioteca Alfredo Galvão da Escola de Belas Artes; s/d. Disponível em: <http://biblioteca.eba.ufrj.br/index.php/conheca-a-biblioteca/alfredo-galvao>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. *Pinacoteca Barão de Santo Ângelo. João Baptista da Costa*. Porto Alegre, s/d. [Internet]. Disponível em: https://www.ufrgs.br/acervopbsa/autor_/baptista-da-costa-joao/?view_mode=masonry&perpage=12&paged=1&order=DESC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_17&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=256&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. *Escola de Belas Artes*. Disponível em: <https://eba.ufrj.br/institucional/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói. *Identidades do Rio*. Niterói: 2021. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1857-1858-antonio-nicolau-tolentino>. [Acesso em: 15 abr. 2021].